



**Universidade de
Aveiro
2009**

Departamento de Ambiente e Ordenamento

**Ana Catarina Machado
de Sousa**

**APLICAÇÃO DA AVALIAÇÃO AMBIENTAL
ESTRATÉGICA A PLANOS DE PORMENOR**



**Universidade de
Aveiro**
2009

Departamento de Ambiente e Ordenamento

**Ana Catarina Machado
de Sousa**

**APLICAÇÃO DA AVALIAÇÃO AMBIENTAL
ESTRATÉGICA A PLANOS DE PORMENOR**

Dissertação apresentada à Universidade de Aveiro para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Engenharia do Ambiente, realizada sob a orientação científica da Doutora Maria de Fátima Lopes Alves, Professora Auxiliar Convidada do Departamento de Ambiente e Ordenamento da Universidade de Aveiro.

o júri

presidente

Prof. Doutor António José Barbosa Samagaio
professor associado da Universidade de Aveiro

Prof. ^a Doutora Helena Gregório Pina Calado
professora auxiliar convidada da Universidade dos Açores

Prof. ^a Doutora Maria de Fátima Lopes Alves
professora auxiliar convidada da Universidade de Aveiro

agradecimentos

Gostaria de apresentar o meu sincero reconhecimento e agradecimento a algumas pessoas que me apoiaram durante o período de elaboração da dissertação:

- À Professora Doutora Fátima Alves, pela sua orientação e por toda a disponibilidade, apoio, transmissão de conhecimentos, motivação e confiança demonstrada durante a elaboração da dissertação.
- Ao Dr. António Martins, por todo o seu contributo, apoio e incentivo, pela disponibilidade, colaboração e transmissão de conhecimentos.
- À Susana Silveira e ao José Carlos Correia, pela compreensão e motivação.
- Ao José Miguel, por toda a compreensão, apoio e motivação.
- Ao Marcelo Ferreira, por todo o apoio.
- Aos meus pais e irmãos pela compreensão e incentivo.

palavras-chave:

Avaliação Ambiental Estratégica, Avaliação de Impacte Ambiental, Plano de Pormenor, Planos, Projectos

resumo

A Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) de planos e programas surge, ao nível do planeamento, para garantir que os efeitos ambientais são tomados em consideração durante a elaboração de um plano e antes da sua aprovação, contribuindo para a adopção de soluções inovadoras e para o estabelecimento de directrizes de seguimento e medidas que reduzam os efeitos significativos decorrentes da execução do plano. Este instrumento encontra-se reconhecido na legislação nacional, através do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de Junho. Por outro lado, a Avaliação de Impacte Ambiental (AIA), instrumento preventivo da política do Ambiente e do Ordenamento do Território, permite assegurar que as prováveis consequências sobre o ambiente de um determinado projecto de investimento sejam analisadas e tomadas em consideração no seu processo de aprovação. Os projectos são concebidos tendo em consideração as localizações compatíveis com os Instrumentos de Gestão Territorial (IGT), no entanto, nem sempre a sustentabilidade ambiental é garantida no desenvolvimento dos planos. O processo de AAE desenvolve-se em cinco fases: definição do âmbito e dos objectivos da AAE; Identificação dos efeitos significativos e das opções alternativas; elaboração do Relatório Ambiental; consulta pública, emissão da Declaração Ambiental e aprovação do Plano e Execução e monitorização do Plano. A presente Dissertação tem como objectivos gerais a identificação das metodologias utilizadas na Avaliação Ambiental Estratégica de Planos de Pormenor (PP), a análise de casos de estudo e das fronteiras existentes entre a AAE de planos e a AIA de projectos. Os casos de estudo analisados são referentes ao PP da *Zona Industrial I de Cantanhede (ampliação)*, PP da *Zona a nascente da designada Urbanização do Lidador*, Proposta de alteração do PP da *Zona Industrial de Mira (Pólo II)* e PP da *Cova do Lago*. A análise dos casos de estudo permite verificar que a utilização do procedimento de AAE pode não ser o mais adequado para avaliar os efeitos ambientais que resultam da aplicação de um Plano de Pormenor. Conclui-se que o processo de AAE está ainda numa fase muito inicial, quer em Portugal, quer ao nível da União Europeia, pelo que só a experiência acumulada pelos diferentes Estados-Membros poderá contribuir para eventuais propostas de alterações à Directiva n.º 2001/42/CE, de 27 de Junho.

keywords

Strategic Environmental Assessment, Environmental Impact Assessment, Detailed Plan, Plans, Projects

abstract

The Strategic Environmental Assessment (SEA) of plans and programs arises in planning to ensure that environmental effects are taken into account during the preparation of a plan and before its adoption. In this way, it contributes to the adoption of innovative solutions and to the definition of monitoring guidelines and of measures to reduce the significant effects arising from the implementation of the plan. This instrument is recognized in national legislation by Decree-Law N.º 232/2007 of 15 June. Furthermore, as a preventive instrument of the Environment and Spatial Planning policy, the Environmental Impact Assessment (EIA) will ensure that the likely impact of an investment project on the environment is reviewed and taken into account in the process of approval. Projects are designed for locations which are compatible with the instruments of land management; however, environmental sustainability is not always guaranteed in the development of plans. The SEA process consists in five stages: defining the scope and objectives of SEA; identifying significant effects and alternative options; preparing the environmental report; carrying out public consultation; issuing the environmental statement and approving, implementing and monitoring of the plan. This thesis aims to identify the general methodologies used in the Strategic Environmental Assessment of detailed plans, the analysis of case studies and the existing borders between SEA plans and EIA projects. For this purpose, the case studies analyzed regard the detailed plan of *Zona Industrial I de Cantanhede (extension)*, the detailed plan of *Zona a Nascente da Designada Urbanização do Lido*, the proposed revision of *Zona Industrial de Mira (Pólo II)* and the detailed plan of *Cova do Lago*. The analysis of the case studies shows that using the procedure of SEA may not be the most appropriate way to assess the environmental effects implied in the application of a detailed plan. We conclude that the SEA process is still very recent, both in Portugal and at UE level, thus only future accumulated experience by individual Member States can lead to any possible amendments to Directive N.º 2001/42/CE of 27 June.

ÍNDICE GERAL

ÍNDICE GERAL	I
ÍNDICE DE QUADROS	III
ÍNDICE DE FIGURAS	V
1. INTRODUÇÃO	1
1.1.ENQUADRAMENTO	1
1.2.OBJECTIVOS	1
1.3.PRESSUPOSTOS DE TRABALHO.....	2
1.4.METODOLOGIA	2
1.5.ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO	3
2. MECANISMOS LEGAIS DE AVALIAÇÃO AMBIENTAL	5
2.1. ENQUADRAMENTO LEGISLATIVO DA AAE	5
2.1.1 <i>ENQUADRAMENTO LEGISLATIVO DA AAE NA UNIÃO EUROPEIA</i>	5
2.1.2. <i>ENQUADRAMENTO LEGISLATIVO EM PORTUGAL</i>	11
2.2. ENQUADRAMENTO LEGISLATIVO DA AVALIAÇÃO DE IMPACTE AMBIENTAL	16
2.3. FASEAMENTO DOS PROCESSOS DE AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA DE PLANOS DE PORMENOR E DE AVALIAÇÃO DE IMPACTE AMBIENTAL DE PROJECTOS	18
2.3.1. <i>AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA DE PLANOS DE PORMENOR</i>	18
2.3.2. <i>AVALIAÇÃO DE IMPACTE AMBIENTAL DE PROJECTOS</i>	25
2.3.3. <i>FRONTEIRAS ENTRE A AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA E A AVALIAÇÃO DE IMPACTE AMBIENTAL</i>	32
3. AAE DE PLANOS DE PORMENOR - CASOS DE ESTUDO	41
3.1. APRESENTAÇÕES DE CASOS PRÁTICOS DE AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA E ANÁLISE DAS METODOLOGIAS UTILIZADAS	41
3.1.1. <i>RELATÓRIO INICIAL</i>	42
3.1.2. <i>RELATÓRIO DE FACTORES CRÍTICOS</i>	44
3.1.3. <i>RELATÓRIO AMBIENTAL</i>	55
3.1.4. <i>DECLARAÇÃO AMBIENTAL</i>	64
4. DISCUSSÃO E RECOMENDAÇÕES.....	67
4.1. PROCESSO DE AAE E AIA	67
4.2. DISCUSSÃO DA APLICAÇÃO DAS METODOLOGIAS	71
5. CONCLUSÕES FINAIS	81
BIBLIOGRAFIA.....	83
ANEXOS	87

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1 – Esquema Metodológico da Dissertação.....	3
Quadro 2 – Antecedentes (regulamentares e legislativos) da Directiva (Directiva 2001/42/CE)	6
Quadro 3 – Principais questões levantadas pelos Estados-Membros, na transposição da Directiva 2001/42/CE, de 27 de Junho de 2001 (adaptado de CCE, 2009)	8
Quadro 4 – Organização do sistema de gestão territorial nacional (adaptado do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, na redacção que lhe é conferida pelo Decreto-Lei n.º 46/2009, de 20 de Fevereiro)	13
Quadro 5 – Diferentes abordagens relativas à selecção de Planos de Pormenor à luz do regime jurídico dos IGT e do regime jurídico da AAE (adaptado de DGOTDU, 2008).....	15
Quadro 6 – Condições em que um PP pode estar sujeito a AAE (adaptado de DGOTDU, 2008) .	15
Quadro 7 - Fases do processo de AAE de Planos de Pormenor (adaptado de DGOTDU, 2008, e do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de Junho)	19
Quadro 8 - Proposta de estrutura para o Relatório Ambiental (DGOTDU, 2008)	22
Quadro 9 – Definição de estratégia segundo vários autores (adaptado de Nicolau, 2001)	34
Quadro 10 - Tabela comparativa entre a AAE e AIA (DGOTDU, 2008).....	35
Quadro 11 – Principais diferenças da forma como ocorreu a transposição da Directiva 2001/42/CE, de 27 de Junho de 2001, nos Estados-Membros da União Europeia (CE, 2009 e FISCHER, 2006)	37
Quadro 12 – Área total afectada à alteração do PP da Zona Industrial de Mira – Pólo II	47
Quadro 13 - Objecto definido em cada caso de estudo analisado	50
Quadro 14 - Objectivos Estratégicos definidos em cada caso de estudo	51
Quadro 15 - Quadro de Referência Estratégico definido em cada caso de estudo	52
Quadro 16 - Factores Ambientais definidos em cada caso de estudo	53
Quadro 17 - FCD definidos em cada caso de estudo	54
Quadro 18 - Documentos de referência utilizados em cada caso de estudo	54
Quadro 19 - Oportunidades e ameaças da proposta de alteração do PP-ZIM no que respeita aos FCD definidos (adaptado do RA do PP-ZIM, 2008).....	58
Quadro 20 – Exemplo das medidas de seguimento definidas na proposta de alteração do PP-ZIM (adaptado do RA do PP-ZIM, 2008).....	60
Quadro 21 – Avaliação do PP da Cova do Lago, no que respeita à Sócio-Economia e à Paisagem (adaptado do RA do PP-CL, 2008)	62
Quadro 22 – Medidas de Controlo definidas no PP da Cova do Lago (adaptado do RA do PP-CL, 2008)	63

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 - Articulação entre as fases de um PP e a fase da AAE relativa à definição do âmbito e objectivos da AAE (adaptado de DGOTDU, 2008)	20
Figura 2 - Articulação entre as fases de um PP e a fase da AAE relativa à identificação dos efeitos significativos e das opções alternativas (adaptado de DGOTDU, 2008).....	21
Figura 3 - Articulação entre as fases de um PP e a fase da AAE relativa à elaboração do Relatório Ambiental (adaptado de DGOTDU, 2008)	23
Figura 4 - Processo de AIA (adaptado de Partidário, 2000)	27
Figura 5 – Hierarquia da AAE e AIA (Adaptado de OCDE, 2007)	33

ACRÓNIMOS

AAE – Avaliação Ambiental Estratégica
AIA – Avaliação de Impacte Ambiental
APA – Agência Portuguesa do Ambiente
CA – Comissão de Avaliação
CCDR – Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional
CM – Câmara Municipal
CP – Consulta Pública
DA – Declaração Ambiental
DIA – Declaração de Impacte Ambiental
DGOTDU – Direcção Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano
DIA – Declaração de Impacte Ambiental
DP – Discussão Pública
EIA – Estudo de Impacte Ambiental
ERAE – Entidades com Responsabilidades Ambientais Específicas
FA – Factores Ambientais
FCD – Factores Críticos de Decisão
IGT – Instrumentos de Gestão Territorial
PDM – Plano Director Municipal
PMOT – Plano Municipal de Ordenamento do Território
PP – Plano de Pormenor
PP – CL – Plano de Pormenor da Cova do Lago
PP – ZIM – Plano de Pormenor da Zona Industrial de Mira (Pólo II)
PP – ZNDUL – Plano de Pormenor da Zona a Nascente da Designada Urbanização do Lidador
PU – Plano de Urbanização
QE – Questões Estratégicas
QRE – Quadro de Referência Estratégico
RA – Relatório Ambiental
RFC – Relatório de Factores Críticos
RJIGT - Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial
UOPG – Unidade Operativa de Planeamento e Gestão

1. INTRODUÇÃO

1.1. ENQUADRAMENTO

O regime jurídico da Avaliação Ambiental Estratégica resulta da transposição da Directiva 2001/42/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de Junho, e da Directiva 2003/35/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de Maio, para o direito nacional, através do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de Junho, que estabelece o regime a que fica sujeita a avaliação dos efeitos de determinados planos e programas no ambiente.

A AAE de Planos e Programas é um instrumento de avaliação de impactes a nível estratégico, que tem como objectivo incorporar uma série de valores ambientais no procedimento de tomada de decisão sobre planos e programas, durante a sua elaboração e antes da sua aprovação. É um instrumento que procura atingir os objectivos de sustentabilidade, procurando ter uma visão alargada em relação às questões ambientais através da integração de considerações biofísicas, económicas, sociais e políticas relevantes que possam estar em causa (Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de Junho).

De acordo com o diploma legal referido, a realização de uma AAE ao nível do planeamento garante que os efeitos ambientais são tomados em consideração durante a elaboração de um plano, e antes da sua aprovação, contribuindo, assim, para a adopção de soluções inovadoras mais eficazes e sustentáveis, e de medidas de controlo que evitem ou reduzam efeitos negativos significativos no ambiente decorrentes da execução do plano.

Por outro lado, à AAE de Instrumentos de Gestão Territorial (IGT), nomeadamente aos Planos Municipais de Ordenamento do Território (PMOT), onde se incluem os Planos Directores Municipais (PDM), os Planos de Urbanização (PU) e os Planos de Pormenor (PP), aplica-se o disposto no Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Dezembro (com a redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 46/2009, de 20 de Fevereiro), que desenvolve as bases da política de ordenamento do território e de urbanismo e subsidiariamente o disposto no Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de Junho.

1.2. OBJECTIVOS

Com a presente dissertação, pretende-se:

- Identificar as metodologias utilizadas antes da emissão do guia da DGOTDU, recorrendo à análise de casos de estudo desenvolvidos no âmbito da AAE de Planos de Pormenor.
- Analisar as metodologias propostas no guia da DGOTDU para a AAE de Planos de Pormenor.
- Avaliar a integração das medidas e metodologias propostas no guia da DGOTDU, nos casos práticos de estudo.

- Identificar as fronteiras existentes entre o processo de Avaliação de Impacte Ambiental de projectos e de Avaliação Ambiental Estratégica de Planos de Pormenor.
- Propor uma abordagem metodológica a ser utilizada na AAE de Planos de Pormenor.

1.3.PRESSUPOSTOS DE TRABALHO

A presente dissertação apresenta a seguinte hipótese de investigação:

- Reconhecendo que a legislação sobre AAE é muito recente, existe um elevado grau de incerteza no que respeita às metodologias a aplicar na AAE de Planos de Pormenor, que conduzam a melhores tomadas de decisão.
- Qual o nível ESTRATÉGICO de um Plano de Pormenor, de forma a ser avaliado com a AAE?
- Será mais adequado aplicar-se a AAE aos Planos de Pormenor, ou a AIA?

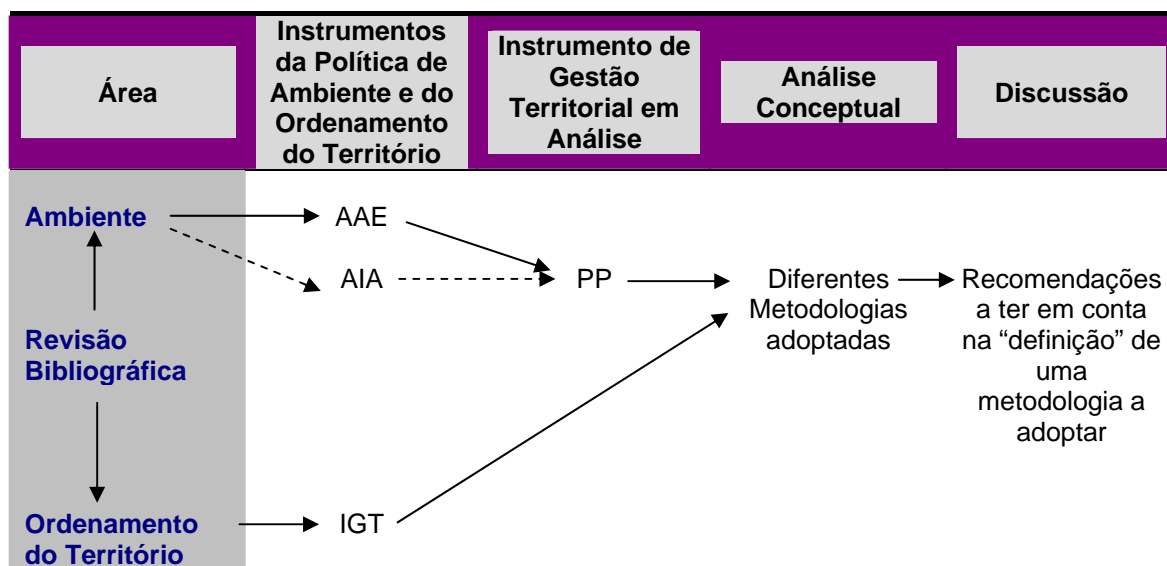
1.4.METODOLOGIA

De uma forma geral, a metodologia adoptada na presente dissertação compreende as seguintes fases:

- Pesquisa e revisão bibliográfica relativa à Avaliação Ambiental Estratégica e à Avaliação de Impacte Ambiental.
- Pesquisa e revisão bibliográfica relativa aos Planos de Pormenor, enquanto Instrumentos de Gestão Territorial.
- Pesquisa e revisão bibliográfica relativa à AAE de Planos de Pormenor – Casos de Estudo
- Análise das metodologias adoptadas nos diferentes casos de estudo.
- Identificação de recomendações que devem ser tidas em consideração aquando da definição de uma metodologia de Avaliação Ambiental aplicada a Planos de Pormenor.

O esquema metodológico da presente dissertação apresenta-se no Quadro 1.

Quadro 1 – Esquema Metodológico da Dissertação



1.5. ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO

Para melhor se compreender a estrutura usada na elaboração da presente dissertação, começa-se por referir, sucintamente, em que constam os diversos capítulos, e o enquadramento de cada um deles. A presente dissertação é composta por cinco capítulos. O *primeiro capítulo* refere-se à presente Introdução, e inclui o enquadramento da dissertação e os seus objectivos, os pressupostos de trabalho (hipótese de investigação), a metodologia e a presente estrutura. O *segundo capítulo*, referente aos Mecanismos Legais de Avaliação Ambiental, reflecte: o historial e o enquadramento legislativo da AAE a nível europeu, (assim como a transposição da Directiva 2001/42/CE, de 27 de Junho, em alguns Estados-Membros da União Europeia), o enquadramento legislativo em Portugal (quer da AAE, quer dos Instrumentos de Gestão Territorial), a aplicabilidade da Avaliação Ambiental Estratégica aos Planos de Pormenor, e o enquadramento legislativo da Avaliação de Impacte Ambiental. Neste capítulo apresenta-se ainda o faseamento dos processos de AAE de PP e de AIA, assim como as fronteiras existentes entre estes dois instrumentos da política ambiental. No *terceiro capítulo* apresentam-se quatro casos de estudo relativos à Avaliação Ambiental Estratégica de quatro Planos de Pormenor distintos, efectua-se a apresentação dos casos práticos e a análise das metodologias utilizadas nos diferentes documentos: Relatório inicial, Relatório de Factores Críticos (RFC), Relatório Ambiental e Declaração Ambiental. O *quarto capítulo* corresponde à Discussão, e é subdividido em duas discussões distintas: uma direccionada para o processo de AAE e de AIA, e outra relativa à metodologia aplicada aos casos de estudo. No *quinto capítulo*, referente à Conclusão, identificam-se as principais conclusões da dissertação, tiram-se ilações relativas à aplicação da Avaliação Ambiental Estratégica a Planos de Pormenor e referem-se possíveis lacunas do trabalho realizado.

2. MECANISMOS LEGAIS DE AVALIAÇÃO AMBIENTAL

2.1. ENQUADRAMENTO LEGISLATIVO DA AAE

2.1.1 ENQUADRAMENTO LEGISLATIVO DA AAE NA UNIÃO EUROPEIA

DIRECTIVA 2001/42/CE, DE 27 DE JUNHO

A Directiva 2001/42/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de Junho de 2001, prevê a avaliação dos efeitos de determinados planos e programas no ambiente, e surgiu pela necessidade de criar um quadro mínimo de avaliação ambiental, que estabelecesse os princípios gerais do sistema de avaliação ambiental, deixando as especificidades processuais a cargo dos diferentes Estados-Membros.

A presente Directiva pretende garantir que determinados planos e programas, susceptíveis de ter efeitos significativos no ambiente, sejam sujeitos a uma avaliação ambiental, estabelecendo desta forma um elevado nível de protecção do ambiente, contribuindo para a inclusão das questões ambientais na preparação e aprovação de planos e programas, promovendo o desenvolvimento sustentável.

Neste contexto, a avaliação ambiental pretende garantir que os efeitos ambientais resultantes da aplicação de planos e programas serão tomados em consideração durante a sua elaboração, e antes da sua aprovação, constituindo desta forma um instrumento importante na inclusão das questões ambientais na preparação de planos e programas, contribuindo para a adopção de soluções mais eficazes e sustentáveis (Directiva 2001/42/CE, de 27 de Junho).

O Quadro 2 apresenta os antecedentes (regulamentares e legislativos) da Directiva 2001/42/CE, de 27 de Junho.

Quadro 2 – Antecedentes (regulamentares e legislativos) da Directiva (Directiva 2001/42/CE)

Documento Regulamentar/Legislativo	Conteúdo
Artigo 174.º do Tratado que institui a Comunidade Europeia	Estabelece que a política da Comunidade no domínio do ambiente deverá contribuir nomeadamente para a preservação, a protecção e a melhoria da qualidade do ambiente, para a protecção da saúde das pessoas e para a utilização prudente e racional dos recursos naturais, e deverá basear-se no princípio da precaução.
Quinto Programa de Acção em matéria de ambiente: Em direcção a um desenvolvimento sustentável	Programa da Comunidade Europeia de política e acção em matéria de ambiente e desenvolvimento sustentável, juntamente com a Decisão n.º 2179/98/CE do Conselho relativa à sua revisão: afirma a importância de avaliar os eventuais efeitos que os planos e programas são susceptíveis de ter no ambiente.
Convenção sobre a Diversidade Biológica	Requer que as Partes integrem, tanto quanto possível e apropriado, a conservação e utilização sustentável da diversidade biológica nos planos e programas sectoriais ou inter-sectoriais relevantes.
Todos os planos e programas preparados para um número de sectores e que estabeleçam um quadro para a futura aprovação dos projectos enumerados nos anexos I e II da Directiva 85/337/CEE do Conselho, de 27 de Junho de 1985, relativa à avaliação dos efeitos de determinados projectos públicos e privados no ambiente, bem como todos os planos e programas que requeiram uma avaliação nos termos da Directiva 92/43/CEE do Conselho, de 21 de Maio de 1992, relativa à preservação dos habitats naturais e da fauna e da flora selvagens.	Planos e Programas susceptíveis de ter efeitos significativos no ambiente, devendo, regra geral, ser sistematicamente sujeitos a avaliação ambiental.
Sempre que a obrigação de realizar avaliações dos efeitos ambientais decorrer simultaneamente da presente directiva e de outro acto legislativo comunitário, como a Directiva 79/409/CEE do Conselho, de 2 de Abril de 1979, relativa à conservação das aves selvagens, a Directiva 92/43/CEE do Conselho ou a Directiva 2000/60/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de Outubro de 2000 que estabelece um quadro de acção comunitária no domínio da política hidrológica.	Para evitar a duplicação da avaliação, os Estados-Membros poderão estabelecer procedimentos conjuntos ou coordenados que satisfaçam os requisitos da legislação comunitária pertinente.
Protocolo de Avaliação Ambiental Estratégica num contexto transfronteiriço.	A Convenção da ONU/Comissão Económica para a Europa relativa à avaliação do impacto ambiental num contexto transnacional, de 25 de Fevereiro de 1991, que se aplica tanto aos Estados-Membros como a outros Estados, encoraja as Partes na Convenção a aplicarem os princípios da mesma aos seus planos e programas. Na segunda reunião das Partes na Convenção, que se realizou em Sofia a 26 e 27 de Fevereiro de 2001, decidiu-se elaborar um protocolo juridicamente vinculativo sobre as avaliações de impacto ambiental, o qual complementarará as actuais disposições sobre a avaliação de impacto ambiental num contexto transfronteiras, com o objectivo de eventualmente adoptar esse protocolo aquando da 5.ª Conferência ministerial " <i>Ambiente para a Europa</i> " numa reunião extraordinária das Partes na Convenção, marcada para Maio de 2003 em Kiev, na Ucrânia. Os sistemas aplicados na Comunidade para a avaliação ambiental dos planos e programas deverão assegurar a realização de consultas transfronteiriças adequadas sempre que a aplicação de um plano ou programa em preparação num Estado-Membro seja susceptível de ter efeitos significativos no ambiente de outro Estado-Membro. As informações sobre os planos e programas com efeitos significativos no ambiente de outros Estados devem ser comunicadas, numa base de reciprocidade e equivalência, ao abrigo do quadro jurídico adequado entre Estados-Membros e esses outros Estados.

TRANSPOSIÇÃO DA DIRECTIVA 2001/42/CE, DE 27 DE JUNHO EM ALGUNS ESTADOS-MEMBROS DA UNIÃO EUROPEIA

A Directiva 2001/42/CE, relativa à avaliação dos efeitos de determinados planos e programas no ambiente, exige que determinados planos e programas públicos sejam sujeitos a uma avaliação ambiental, antes da sua adopção.

De acordo com o artigo 12.º, n.º 3, da referida Directiva, estava previsto que, até 21 de Julho de 2006, a Comissão enviasse ao Parlamento Europeu e ao Conselho um primeiro relatório relativo à aplicação e eficácia da Directiva. Com vista a uma maior integração dos requisitos de protecção do ambiente, este primeiro relatório deveria ser acompanhado, se adequado, de propostas de alteração, nomeadamente no que diz respeito à possibilidade de alargar o seu âmbito a outros domínios / sectores e a outros tipos de planos e programas.

Devido a atrasos sucessivos na transposição da Directiva, em muitos dos Estados-Membros, e à experiência limitada da sua aplicação, as informações disponíveis em 21 de Julho de 2006 não foram suficientes para produzir o relatório previsto (CCE, 2009). Por outro lado, este primeiro relatório teve de tomar em consideração a experiência dos novos Estados-Membros que aderiram à União Europeia em 2004 e 2007.

Assim, os Estados-Membros deveriam ter transposto a Directiva 2001/42/CE, até 21 de Julho de 2004 (artigo 13.º, n.º 1), no entanto, nessa data, apenas nove dos vinte e cinco Estados-Membros tinham efectivamente transposto a Directiva.

Segundo Fischer (2006), a maioria dos Estados-Membros da União Europeia transpuseram a Directiva 2001/42/CE, até meados de 2006, sendo que apenas três Estados-Membros não tinham efectuado a respectiva transposição: Portugal, Grécia e Luxemburgo. De acordo com o autor, a maioria dos estados começaram a trabalhar nas questões relacionadas com a AAE antes mesmo da Directiva entrar em vigor. Tal aconteceu devido à necessidade de ter em consideração os aspectos ambientais nos planos de ordenamento do território. Em poucos Estados-Membros foi a Directiva que suscitou a aplicação da AAE: Itália, Portugal, Irlanda, Letónia, Malta, Grécia e Chipre.

Em 2009, após decorridos processos de infracção pela não transposição da Directiva, e condenação de cinco Estados-Membros pelo Tribunal de Justiça Europeu, todos os Estados-Membros transpuseram a Directiva (CCE, 2009), criando-se as condições necessárias para a elaboração do *“Relatório da Comissão ao Conselho, ao Parlamento Europeu, ao Comité Económico e Social e Comité das Regiões relativo à aplicação e eficácia da Directiva Avaliação Ambiental Estratégica (Directiva 2001/42/CE)”*.

De acordo com o relatório referido anteriormente, os Estados-Membros transpuseram a Directiva de diferentes formas, conforme se pode constatar no Quadro 3.

Quadro 3 – Principais questões levantadas pelos Estados-Membros, na transposição da Directiva 2001/42/CE, de 27 de Junho de 2001 (adaptado de CCE, 2009)

Transposição da Directiva: Estados-Membros
Determinação do âmbito de aplicação da Directiva
De uma forma geral, a maioria dos Estados-Membros não teve dificuldade na determinação do âmbito de aplicação da Directiva AAE.
Determinação do âmbito e do nível de pormenor da informação a incluir no relatório ambiental (Delimitação do âmbito)
Os Estados-Membros aplicam diferentes métodos de «delimitação do âmbito», bem como de consulta às autoridades em causa. Existem diferenças entre os Estados-Membros no que se refere à autoridade que decide o resultado do procedimento «delimitação do âmbito». Este é frequentemente da responsabilidade da autoridade de planeamento, após consulta à autoridade ambiental. Noutros casos, é deixado ao critério da autoridade ambiental.
Relatório Ambiental
Toda a legislação nacional de transposição estabelece um requisito formal de apresentação de uma descrição da situação de base. A identificação da escala correcta dos dados e o nível de pormenor da avaliação são as dificuldades predominantemente referidas pelos Estados-Membros. Outras dificuldades comunicadas pelos Estados-Membros são a falta de informação de boa qualidade, o tempo que demora a recolha dos dados, a falta de critérios homogéneos relativos ao âmbito e ao conteúdo da análise de base e a ausência de um conjunto normalizado de critérios ambientais e de sustentabilidade para avaliação dos Planos e Programas.
Definição de alternativas razoáveis
A consideração e a identificação de alternativas no relatório ambiental são uma das poucas questões que levantaram dificuldades aos Estados-Membros. Em alguns Estados-Membros foram elaboradas orientações nacionais exaustivas, com a finalidade de ajudar a identificar e a seleccionar alternativas razoáveis em processos individuais. Contudo, a maioria dos Estados-Membros não definiu o modo como tal se deve processar. Na maioria das legislações nacionais não existe uma definição específica de «alternativas razoáveis» nem uma série de alternativas que devem ser avaliadas; a escolha de «alternativas razoáveis» é determinada por uma avaliação caso a caso e uma decisão. Todos os Estados-Membros referiram a necessidade de incluir obrigatoriamente uma alternativa «não fazer nada» no relatório ambiental.
Consultas (público e autoridades ambientais)
Uma vez que a Directiva não fornece especificações detalhadas sobre os procedimentos de consulta pública que deverão ser utilizados, os Estados-Membros estão a utilizar diversos métodos, tais como: anúncios públicos, publicação nos jornais oficiais ou da imprensa, reuniões públicas, inquéritos internet e questionários. Em termos de duração da consulta pública, apenas alguns Estados-Membros definiram períodos fixos. A maioria dos Estados-Membros permite períodos de consulta mínimos de um mês, enquanto outros decidem caso a caso. A experiência em geral mostra que a consulta pública, especialmente quando organizada numa fase inicial de planeamento, e quando entendida como um processo, contribui para uma maior aceitação dos Planos e Programas e, por conseguinte, para a identificação e resolução atempada de conflitos.
Consultas transfronteiriças
O nível de satisfação de consultas transfronteiriças tem sido elevado, com excepção da questão linguística, devido a custos de tradução dos documentos e pelo facto da documentação não ser sistematicamente traduzida.
Controlo dos efeitos ambientais significativos
Foram muito poucos os Estados-Membros que comunicaram ter estabelecido métodos de controlo ou elaboradas directrizes nacionais relativas ao estabelecimento de indicadores de controlo (monitorização). A falta de orientações nacionais adequadas pode pôr em causa a aplicação efectiva da monitorização, em determinados Estados-Membros.

Eficácia da Directiva nos Estados-Membros

De acordo com o Relatório da Comissão ao Conselho, ao Parlamento Europeu, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões, publicado em Setembro de 2009 (CCE, 2009), a avaliação da eficácia da Directiva 2001/42/CE, de 27 de Junho, baseou-se no grau de influência da integração de considerações ambientais nos procedimentos e decisões de planeamento e programação, e na forma como os planos e programas foram alterados, como consequência da aplicação do procedimento de Avaliação Ambiental Estratégica.

A maioria dos Estados-Membros considera positiva a contribuição da AAE para uma melhor organização e estrutura de todo o procedimento de planeamento. Em particular, os requisitos formais de consulta às autoridades ambientais, e consulta do público, resultaram numa maior transparência nos procedimentos de planeamento.

De acordo com CCE (2009), a maioria dos Estados-Membros considera ainda que, em muitos casos, a AAE contribuiu para a alteração do conteúdo do Plano ou Programa, embora as experiências tenham sido diferentes quanto a este aspecto. Em geral, é referido que a AAE não alterou as principais metas ou dotações financeiras nos objectivos de financiamento. No entanto, outras experiências mostram que, ao nível de planos nacionais com maior significado, um número significativo de resultados da AAE exerceu uma influência no conteúdo dos planos, nomeadamente na selecção das alternativas ou incorporação de sugestões importantes.

A maioria dos Estados-Membros refere igualmente que o conteúdo dos Planos e Programas tem sido gradualmente modificado em consequência do procedimento iterativo de realização da AAE a par da preparação dos Planos e Programas. Especificamente, os Estados-Membros consideram que as dispendiosas medidas de mitigação adoptadas anteriormente podem agora ser supérfluas como uma consequência directa da inclusão precoce das considerações ambientais nos Planos e Programas (CCE, 2009).

Os Estados-Membros identificaram uma série de benefícios decorrentes da Avaliação Ambiental Estratégica, tais como:

- A integração de considerações ambientais na tomada de decisões e a “*sustentabilidade ambiental*” dos Planos e Programas.
- A introdução de participação e consulta das autoridades públicas competentes, o que facilita e reforça a cooperação entre as diferentes autoridades (planeamento, ambiente e saúde).
- O aumento da transparência na tomada de decisão, devido ao envolvimento de diversos níveis da sociedade.
- A contribuição da AAE para melhorar o cumprimento dos requisitos específicos da política ambiental específica em causa.

A longo prazo, de forma a promover a melhoria da Directiva AAE, poderão ser estudadas algumas alterações que visem a tomada em consideração da entrada em vigor do Protocolo AAE, o alargamento do âmbito da Directiva 2001/42/CE (de forma a permitir uma melhor abordagem de algumas questões, tais como as alterações climáticas, a biodiversidade e os riscos), e o reforço de sinergias com outros diplomas legislativos no domínio do ambiente (CCE, 2009).

Neste contexto, poderiam ser consideradas as seguintes recomendações (CCE, 2009):

- A entrada em vigor do Protocolo AAE pode implicar alterações na Directiva 2001/42/CE, de 27 de Junho de 2001. Algumas dessas alterações poderiam ser integradas na revisão da Directiva da AIA, por exemplo, através de alterações nos seus Anexos.
- O Protocolo AAE vai mais longe que a Directiva AAE (Directiva 2001/42/CE), na medida em que incentiva a potencial aplicação a determinadas políticas e propostas legislativas. O facto de a Directiva AAE não se aplicar às políticas que definem a estrutura de Planos e

Programas, faz com que seja necessário considerar a possível inclusão de políticas e legislação na aplicação da directiva, como uma opção para o futuro.

- Existe a necessidade de desenvolver/melhorar competências nos Estados-Membros, de modo a assegurar a aplicação efectiva da Directiva 2001/42/CE. Para isso, deve ser fortemente incentivado o reforço de competências, nomeadamente através de campanhas orientadas para o recrutamento e formação de especialistas em AAE, assim como através da elaboração de documentos de orientação.
- Por último, alguns Estados-Membros destacaram a necessidade de “*maiores orientações*”, principalmente na interpretação de certos conceitos-chave constantes na Directiva AAE (critérios de “análise preliminar”, identificação de alternativas, mecanismos de coordenação e / ou procedimentos conjuntos para o cumprimento dos requisitos relativos à avaliação de outras directivas e orientações específicas sobre a ligação entre AAE e a AIA).

A aplicação e eficácia da Directiva 2001/42/CE nos Estados-Membros varia ao nível de arranjos institucionais e jurídicos aplicáveis ao procedimento de AAE, e na forma como os Estados-Membros entendem o papel que devem desempenhar. Este panorama diverso também determina a maneira como os Estados-Membros vêem as vantagens e desvantagens, bem como as medidas susceptíveis de melhorar a aplicação e a eficácia da Directiva (CCE, 2009).

As conclusões gerais deste primeiro relatório, sugerem que a aplicação da Directiva 2001/42/CE nos Estados-Membros está ainda no início, e que ainda é necessário adquirir experiência antes de decidir sobre a eventual necessidade da sua alteração e, no caso de tal ser necessário, em que sentido deve ser feita. Os Estados-Membros parecem preferir a estabilidade nos requisitos legais, para permitir a implantação de procedimentos de AAE e dar oportunidade de estabelecer formas robustas de utilização da AAE, de forma a melhorar o processo de planeamento. O próximo relatório de avaliação deverá ser elaborado em 2013.

Em termos gerais, CCE (2009) conclui que a Directiva 2001/42/CE contribui para a análise sistemática e estruturada das questões ambientais nos processos de planeamento e para uma melhor integração de considerações ambientais a montante. Além disso, com os requisitos estabelecidos (relatório ambiental, consulta e informação das autoridades ambientais e público interessado, etc) assegura melhores procedimentos de planeamento e contribui para um processo de tomada de decisão transparente e participativo.

DIRECTIVA 2003/35/CE DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO, DE 26 DE MAIO

A **Convenção de Aarhus**, de 25 de Junho de 1998, aprovada para ratificação pela Resolução da Assembleia da República n.º 11/2003, de 25 de Fevereiro, e ratificada pela Resolução do Presidente da República n.º 9/2003, de 25 de Fevereiro, e transposta para a ordem jurídica interna a Directiva 2003/35/CE, do Parlamento e do Conselho, de 26 de Maio, estabelece a participação

do público na elaboração de certos planos e programas relativos ao ambiente. Desta forma, prevê-se a participação do público antes da aprovação do plano ou programa tendo em vista a sua sensibilização para as questões ambientais, assim como a elaboração de uma declaração ambiental, onde relata o modo como as considerações ambientais foram incluídas no plano ou programa objecto de avaliação (Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de Junho).

DECISÃO DO CONSELHO, DE 20 DE OUTUBRO DE 2008 (2008/871/CE)

Em 21 de Maio de 2003, no decorrer da quinta conferência ministerial “*Ambiente para a Europa*” realizada em Kiev, na Ucrânia, a Comissão assinou (em nome da Comunidade), o Protocolo relativo à Avaliação Ambiental Estratégica à Convenção da CEE-ONU sobre a Avaliação dos Impactes Ambientais num Contexto Transfronteiras, concluída em Espoo em 1991 (Protocolo AAE). Este Protocolo AAE contribui para a protecção do ambiente, prevendo a avaliação dos prováveis efeitos significativos no ambiente, e na saúde, dos planos e programas e procura assegurar que as preocupações ambientais e de saúde sejam consideradas e integradas, na medida adequada, na preparação de propostas de políticas e de legislação.

Em 20 de Outubro de 2008 foi publicada a Decisão do Conselho “*relativa à aprovação, em nome da Comunidade Europeia, do Protocolo relativo à avaliação ambiental estratégica à Convenção da CEE-ONU sobre a Avaliação dos Impactes Ambientais num Contexto Transfronteiras, concluída em Espoo em 1991*” (2008/871/CE).

2.1.2. ENQUADRAMENTO LEGISLATIVO EM PORTUGAL

AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA

Em Portugal, o documento legislativo que transpõe para a ordem jurídica nacional as Directivas n.º 2001/42/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de Junho, e 2003/35/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de Maio, é o **Decreto-lei n.º 232/2007, de 15 de Junho**, que assim estabelece o regime a que fica sujeita a avaliação dos efeitos de determinados planos e programas no ambiente.

O Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de Junho realça que o propósito da Directiva 2001/42/CE é assegurar que as consequências ambientais de um determinado plano ou programa são previamente identificadas e avaliadas durante a fase de elaboração e antes da sua aprovação, através da adopção de um modelo procedimental, da participação do público e com a intervenção das entidades com responsabilidades ambientais.

De acordo com o diploma supra mencionado, entende-se por **Avaliação Ambiental Estratégica** a “...*identificação, descrição e avaliação dos eventuais impactes significativos no ambiente*”

resultantes de um plano ou programa, realizada durante um procedimento de preparação e elaboração de um plano ou programa e antes do mesmo ser aprovado ou submetido ao procedimento legislativo, concretizada na elaboração de um relatório ambiental e na realização de consultas, e a ponderação dos resultados obtidos na ponderação da decisão final sobre o plano ou programa e a divulgação pública de informação respeitante à decisão final” (artigo 2.º).

A avaliação ambiental de planos e programas pretende garantir que os efeitos ambientais são tidos em consideração e ponderados durante a elaboração e antes da sua aprovação, pretendendo enriquecer a metodologia do planeamento, com a introdução de questões ambientais na elaboração, revisão e alteração dos IGT, de forma a encontrar melhores soluções técnicas e decisões mais fundamentadas (DGOTDU, 2008).

De uma forma geral, segundo o artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de Junho, estão sujeitos a AAE:

- Os planos e programas sectoriais nas áreas da agricultura, floresta, pescas, energia, indústria, transportes, de gestão de resíduos, gestão das águas, telecomunicações, turismo, ordenamento urbano e rural ou utilização dos solos e que constituam enquadramento para a futura aprovação de projectos mencionados nos Anexos I e II do Decreto-Lei n.º 69/2000, de 3 de Maio, na sua redacção actual que aprovou o regime de **Avaliação de Impacte Ambiental** (alínea a).
- Os planos e programas que, atendendo aos seus eventuais efeitos num sítio da lista nacional de sítios, num sítio de interesse comunitário, numa zona especial de conservação ou numa zona de protecção especial, **devam ser sujeitos a uma Avaliação de Incidências Ambientais**, nos termos do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 140/99, de 24 de Abril, com a redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 49/2005, de 24 de Fevereiro (Rede Natura 2000) (alínea b).
- Os planos e programas que, não estando em nenhuma das situações anteriormente descritas, constituam enquadramento para uma futura aprovação de projectos e que sejam qualificados como susceptíveis de produzir efeitos significativos no ambiente (alínea c).

A deliberação da aplicabilidade (ou não aplicabilidade) do regime de AAE a Planos de Pormenor deve ser tornada pública pela Câmara Municipal (CM) aquando da deliberação da elaboração do plano.

Os regimes jurídicos de AAE e o regime jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial apresentam diferenças relativamente a esta matéria, pelo que serão analisadas as duas abordagens, numa perspectiva integrada.

INSTRUMENTOS DE GESTÃO TERRITORIAL

O **Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro** (na redacção que lhe é conferida pelo Decreto-Lei n.º 46/2009, de 20 de Fevereiro) determina as bases da política de ordenamento do território e de urbanismo, estabelecendo uma coordenação dos âmbitos nacional, regional e municipal dos sistemas de gestão territorial, o regime geral do uso do solo e o regime de elaboração, aprovação, execução e avaliação dos Instrumentos de Gestão Territorial (artigo 1.º).

De acordo com o referido diploma, a política de ordenamento do território e de urbanismo assenta num sistema de gestão territorial que se organiza sob diferentes âmbitos (Quadro 4).

Quadro 4 – Organização do sistema de gestão territorial nacional (adaptado do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, na redacção que lhe é conferida pelo Decreto-Lei n.º 46/2009, de 20 de Fevereiro)

Instrumento de Gestão Territorial	Planos
Âmbito Nacional	Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território
	Planos Sectoriais com Incidência Territorial
	Planos Especiais de Ordenamento do Território: - Planos de Ordenamento do de Áreas Protegidas - Planos de Ordenamento de Albufeiras de Águas Públicas - Planos de Ordenamento da Orla Costeira - Planos de Ordenamento dos Estuários
	Planos Regionais de Ordenamento do Território
Âmbito Municipal	Planos Intermunicipais de Ordenamento do Território
	Planos Municipais de Ordenamento do Território: - Planos Directores Municipais - Planos de Urbanização - Planos de Pormenor

O Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro (na redacção que lhe é conferida pelo Decreto-Lei n.º 46/2009, de 20 de Fevereiro), procedeu à adaptação do regime de Avaliação Ambiental Estratégica, aos Instrumentos de Gestão Territorial, incorporando a análise sistemática dos efeitos ambientais dos planos, nos respectivos procedimentos de elaboração, alteração e revisão (DGOTDU, 2008).

De acordo com o artigo 1.º do diploma referido anteriormente, a AAE dos IGT deve reger-se pelo disposto no Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, na redacção que lhe é conferida pelo Decreto-Lei n.º 46/2009, de 20 de Fevereiro, e subsidiariamente pelo disposto no Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de Junho.

De uma forma geral, a AAE dos PMOT deve assegurar que os efeitos ambientais das soluções adoptadas no plano sejam considerados durante a sua elaboração, e antes da sua aprovação. Deve ser entendida como um procedimento contínuo e sistemático de avaliação da sustentabilidade ambiental, integrado no procedimento de elaboração dos planos e deve

contribuir, através da ponderação de várias soluções e alternativas, para a adopção de uma solução final mais sustentável do ponto de vista ambiental e do ordenamento do território (DGOTDU, 2008).

Os **Planos Municipais de Ordenamento do Território**, de acordo com o n.º 2, do artigo 69.º, do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro (na redacção que lhe é conferida pelo Decreto-Lei n.º 46/2009, de 20 de Fevereiro), estabelecem “*o regime de uso do solo, definindo modelos de evolução previsível da ocupação humana e da organização de redes e sistemas urbanos e, na escala adequada, parâmetros de aproveitamento do solo e de garantia da qualidade ambiental*”. Os PMOT compreendem os Planos Directores Municipais, os Planos de Urbanização e os Planos de Pormenor. De acordo com o n.º 1, do artigo 90º, do diploma referido, o **Plano de Pormenor** “*desenvolve e concretiza propostas de ocupação de qualquer área do território municipal, estabelecendo regras sobre a implantação das infra-estruturas e o desenho dos espaços de utilização colectiva, a forma de edificação e a disciplina da sua integração na paisagem, a localização e inserção urbanística dos equipamentos de utilização colectiva e a organização das demais actividades de interesse geral*”.

APLICABILIDADE DA AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA A PLANOS DE PORMENOR À LUZ DOS REGIMES JURÍDICOS DOS INSTRUMENTOS DE GESTÃO TERRITORIAL E DA AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA

A AAE de Planos de Pormenor é exigível desde a entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 232/2008, de 15 de Junho.

De acordo com o artigo 74.º, n.º 5, do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro (com a redacção que lhe foi conferida pelo Decreto-Lei n.º 46/2009 de 20 de Fevereiro) “(...) os *Planos de Pormenor que impliquem a utilização de pequenas áreas a nível local só são objecto de avaliação ambiental no caso de se determinar que são susceptíveis de ter efeitos significativos no ambiente*”.

A qualificação de um PP como susceptível de ter efeitos significativos no ambiente compete à Câmara Municipal e deverá ser feita de acordo com os critérios estabelecidos no Anexo do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de Junho (n.º 6, artigo 74.º, do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, na redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 46/2009, de 20 de Fevereiro). Este Anexo apresenta um conjunto de critérios de determinação da probabilidade de efeitos significativos no ambiente.

O quadro seguinte apresenta o resumo das duas abordagens definidas nos instrumentos de AAE e nos IGT.

Quadro 5 – Diferentes abordagens relativas à selecção de Planos de Pormenor à luz do regime jurídico dos IGT e do regime jurídico da AAE (adaptado de DGOTDU, 2008)

Seleção de Planos de Pormenor à luz do regime jurídico dos IGT e do regime jurídico da AAE	Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de Junho	Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro ¹
	Planos susceptíveis de originarem projectos sujeitos a Avaliação de Impacte Ambiental .	Os Planos de Pormenor que impliquem a utilização de pequenas áreas a nível local são objecto de avaliação ambiental no caso de se determinar que são susceptíveis de ter efeitos significativos no ambiente.
	Planos susceptíveis de ter efeitos num sítio da lista nacional de sítios, num SIC², ZEC³ ou ZPE⁴ e que devam ser sujeitos a avaliação de incidências ambientais.	
	Planos susceptíveis de gerar efeitos significativos no ambiente .	

O quadro seguinte permite identificar as condições de sujeição de um Plano de Pormenor a AAE, tendo em consideração não só o definido no artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de Junho, como também as disposições do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT), que define as especificidades do conteúdo material e documental e o âmbito territorial de cada tipo de PMOT.

Quadro 6 – Condições em que um PP pode estar sujeito a AAE (adaptado de DGOTDU, 2008)

Tipo de PMOT	Conteúdo material	Está sujeito a AAE	Pode não estar sujeito a AAE	Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro ⁵	Observações
PP	Desenvolve e concretiza propostas de ocupação de qualquer área do território municipal, estabelecendo regras sobre implantação de infra-estruturas e o desenho dos espaços de utilização colectiva, a forma de edificação e a disciplina da sua integração na paisagem, a localização e inserção urbanística dos equipamentos e utilização colectiva e a organização espacial das demais actividades de interesse geral. Abrange designadamente uma UOPG ou sub-UOPG ou parte dela.	Sim	Sim	Artigos 90.º, 91.º e 92.º	Os PP que impliquem a utilização de pequenas áreas a nível local só são objecto de AAE no caso de se determinar que são susceptíveis de ter efeitos significativos no ambiente – artigo 74.º, n.º 5. Esta qualificação é da responsabilidade da Câmara Municipal (artigo 74.º, n.º 6) e deve ser feita de acordo com os critérios previstos no Anexo ao Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de Junho. A decisão sobre qualificação ou não qualificação deve ser disponibilizada ao público pela CM (n.º 7 artigo 3.º, do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de Junho).

¹ Na redacção conferida pelo Decreto-Lei n.º 46/2009, de 20 de Fevereiro.

² Sítio de Interesse Comunitário.

³ Zona Especial de Conservação.

⁴ Zona de Protecção Especial.

⁵ Na redacção conferida pelo Decreto-Lei n.º 46/2009, de 20 de Fevereiro.

2.2. ENQUADRAMENTO LEGISLATIVO DA AVALIAÇÃO DE IMPACTE AMBIENTAL

O actual regime jurídico de Avaliação de Impacte Ambiental encontra-se instituído pelo Decreto-Lei n.º 69/2000, de 3 de Maio, na redacção conferida pelo Decreto-Lei n.º 197/2005, de 8 de Novembro, bem como pela Declaração de Rectificação n.º 2/2006, de 6 de Janeiro, que transpõe para a ordem jurídica interna a Directiva n.º 85/337/CEE, do Conselho, de 27 de Junho de 1985, com as alterações introduzidas pela Directiva n.º 97/11/CE, do Conselho, de 3 de Março de 1997, bem como pela Directiva 2003/35/CE, do Conselho, de 26 de Maio de 2003 (APA, 2009).

O Decreto-Lei n.º 69/2000, de 3 de Maio, revoga toda a legislação anterior, mais concretamente o Decreto-Lei n.º 186/90, de 6 de Junho, o Decreto-Regulamentar n.º 38/90, de 27 de Novembro, o quadro legal complementado pela Portaria n.º 590/97, de 5 de Agosto, e posteriormente alterado pelo Decreto-Lei n.º 278/97, de 8 de Outubro, e pelo Decreto-Regulamentar n.º 42/97, de 10 de Outubro. O Decreto-Lei n.º 69/2000, de 3 de Maio (na redacção conferida pelo Decreto-Lei n.º 197/2005, de 8 de Novembro), reflecte ainda os compromissos assumidos pelo Governo, no quadro da Convenção sobre Avaliação de Impactes Ambientais num contexto transfronteiriço, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 59/99, de 17 de Dezembro. De salientar que a AIA já se encontrava consagrada, em Portugal, desde a publicação da Lei de Bases do Ambiente, Lei n.º 11/97, de 7 de Abril, nos seus artigos 30.º e 31.º. A publicação da Portaria n.º 330/2001, de 2 de Abril, prevista no artigo 45.º do Decreto-Lei n.º 69/2000, de 3 de Maio, na sua actual redacção, veio fixar as normas técnicas que devem ser tidas em consideração na elaboração de diversos documentos que constituem o Estudo de Impacte Ambiental (EIA), o Despacho n.º 11874/2001, de 5 de Junho (2ª série), define as aplicações informáticas dos ficheiros a serem disponibilizados pelos proponentes e a Portaria n.º 1257/2005, de 7 de Setembro, actualiza os valores das taxas a cobrar no âmbito do processo de Avaliação de Impacte Ambiental (APA, 2009).

De acordo com a alínea c), do artigo 2º do diploma referido, a **Avaliação de Impacte Ambiental** é um *“instrumento de carácter preventivo da política do ambiente, baseado na realização de estudos e consultas, com efectiva participação pública e análise de alternativas, que tem por objecto a recolha de informação, identificação e previsão dos efeitos ambientais de determinados projectos, bem como a identificação e proposta de medidas que evitem, minimizem ou compensem esses efeitos, tendo em vista uma decisão sobre a viabilidade da execução de tais projectos e respectiva pós-avaliação”*.

Tendo uma visão integrada e uma avaliação global para todo o projecto (impactes e riscos associados), a AIA permite que a informação obtida antecipe e evite potenciais efeitos negativos e optimize efeitos benéficos do projecto, bem como a introdução de elementos operacionais nos projectos, que melhorem ambientalmente a solução técnica proposta.

Entende o mesmo diploma por **projecto** a “*concepção e realização de obras de construção ou de outras intervenções no meio natural ou na paisagem, incluindo as intervenções destinadas à exploração de recursos naturais*”.

O Decreto-Lei n.º 69/2000, de 3 de Maio (na redacção conferida pelo Decreto-Lei n.º 197/2005, de 8 de Novembro) proporciona respostas às novas exigências comunitárias, aperfeiçoando, actualizando e unificando todo o quadro legal de suporte à AIA em Portugal. Face aos objectivos naturalmente ambiciosos deste Decreto-Lei, e à própria complexidade do processo de AIA, não admira que o seu articulado seja extenso e, porventura, de difícil leitura e imediata compreensão pelos seus potenciais utilizadores. Entre estes destacam-se as entidades proponentes dos projectos de investimento, os técnicos da administração ambiental responsáveis pela condução dos processos de AIA, os técnicos consultores com responsabilidades da preparação dos EIA, as organizações não governamentais de ambiente, ou o público e as suas organizações representativas (Partidário, 2000).

O Decreto-Lei n.º 69/2000, de 3 de Maio (na redacção conferida pelo Decreto-Lei n.º 197/2005, de 8 de Novembro) consagra os seguintes objectivos:

- O conhecimento antecipado sobre as consequências dos projectos no ambiente natural e social.
- A adopção de decisões ambientalmente sustentáveis pela possibilidade de imposição de medidas tendentes a minorar, evitar ou compensar os impactes negativos dos projectos.
- A garantia da participação do público no processo de tomada de decisões.
- O acompanhamento e a avaliação *à posteriori* dos efeitos dos projectos executados sobre o ambiente.

Existem ainda duas Portarias relevantes no procedimento de AIA: a Portaria n.º 1257/2005, de 7 de Setembro e a Portaria n.º 123/2002, de 8 de Fevereiro.

Relativamente à primeira, conforme referido anteriormente, esta resulta do seguimento do disposto na alínea n) do n.º 2 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 69/2000, de 3 de Maio, na sua actual redacção, que estabelece que compete à autoridade de AIA cobrar ao proponente uma taxa devida pelo procedimento de AIA, determinada em função do valor do projecto a realizar, e nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do referido Decreto-Lei, que refere que o montante das taxas a liquidar pelo proponente é fixado por Portaria conjunta dos ministros responsáveis pelas áreas de finanças e do ambiente. Esta Portaria define o montante que a autoridade de AIA deve cobrar por cada projecto, define os prazos e a forma como é afectado o produto das taxas.

Quanto à Portaria n.º 123/2002, de 8 de Fevereiro, esta resulta do transposto no artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 69/2000, de 3 de Maio, na sua actual redacção, que determina a constituição de um Concelho Consultivo de AIA, que tem como competências acompanhar de forma genérica a aplicação do diploma e formular recomendações técnicas e de orientação dos serviços, assim

como pronunciar-se sobre todas as matérias que lhe sejam submetidas para apreciação. Esta Portaria vem definir, além das já existentes, outras competências a este Concelho tais como:

- Acompanhar genericamente a aplicação do regime jurídico de AIA.
- Elaborar estudos e recomendações sobre a adopção de critérios, metodologias ou procedimentos de ordem prática, administrativa ou processual, em especial no âmbito do procedimento administrativo de AIA, com vista à melhoria da eficácia e eficiência do processo de AIA.
- Dar parecer sobre as questões do domínio da AIA em que entenda ou seja chamado a pronunciar-se.
- Proceder à recolha de dados e de elementos de informação sobre o desenvolvimento do instituto de AIA no quadro interno e externo.
- Elaborar o relatório anual das suas actividades.

2.3. FASEAMENTO DOS PROCESSOS DE AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA DE PLANOS DE PORMENOR E DE AVALIAÇÃO DE IMPACTE AMBIENTAL DE PROJECTOS

2.3.1. AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA DE PLANOS DE PORMENOR

No processo de planeamento de AAE, podem distinguir-se as seguintes Fases (DGOTDU, 2008):

- Definição do Âmbito e Objectivos.
- Identificação dos Efeitos Significativos e das Alternativas.
- Elaboração do Relatório Ambiental.
- Consulta Pública, emissão da Declaração Ambiental e Aprovação do Plano.
- Execução do Plano e Monitorização do Plano.

Importa salientar a importância da AAE ocorrer em simultâneo e ser desenvolvida em estreita articulação com a elaboração, alteração ou revisão do Plano de Pormenor. As diferentes fases do processo de AAE devem ser articuladas com as respectivas metodologias inerentes aos processos de planeamento.

A responsabilidade de sujeição de um Plano de Pormenor a AAE é da exclusiva responsabilidade da Câmara Municipal, enquanto entidade que elabora o plano (n.º 2, do artigo 3.º, do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de Junho e artigo 74.º do Decreto-Lei n.º 380/99, na sua actual redacção).

O Quadro 7 apresenta as fases do processo de AAE.

Quadro 7 - Fases do processo de AAE de Planos de Pormenor (adaptado de DGOTDU, 2008, e do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de Junho)

Artigo	Âmbito	Consulta Pública	Prazo
3.º	Sujeição do plano a AAE	Pode ser objecto de consulta promovida pela CM (consulta facultativa)	20 dias
5.º	Âmbito da avaliação ambiental e alcance da informação a incluir no Relatório Ambiental	A CM solicita parecer às Entidades com Responsabilidades Ambientais Específicas (ERAE) ⁶ (consulta obrigatória)	15 dias⁷
7.º	Plano e respectivo Relatório Ambiental	Consulta das ERAE	30 dias
		Discussão Pública	22 dias⁸
10.º	Versão Final do Plano e Declaração Ambiental	Informação disponibilizada ao público na página da internet da CM e/ou da Agência Portuguesa do Ambiente (APA)	-
11.º	Avaliação e Controlo	Resultados do controlo são divulgados pela CM através de meios electrónicos e actualizados com periodicidade mínima anual e remetidos à APA	-

DEFINIÇÃO DO ÂMBITO E OBJECTIVOS

Nesta fase do processo de AAE, com base na análise dos estudos de caracterização e diagnóstico do processo de planeamento, definem-se diferentes componentes de análise, nomeadamente (DGOTDU, 2008):

- Definição do **Quadro de Referência Estratégico** relativo a outros planos e programas, com os quais o PP se deva compatibilizar.
- Definição dos **Factores Ambientais** relevantes para o PP, tendo em consideração o diagnóstico de plano, a legislação e informação de base aplicável, critérios e indicadores de referência.
- Definição dos **Objectivos Estratégicos** definidos pelo PP, que identifique respostas a problemas ambientais.

Esta fase é considerada como uma das mais importantes e complexas do processo uma vez que identifica o âmbito da AAE e ainda estabelece os objectivos, suportando-se pelas alternativas possíveis e mais adequadas aos objectivos do plano, tendo em conta a minimização de efeitos

6 De acordo com o Artigo 3º, do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de Junho, as Entidades com Responsabilidades Ambientais Específicas (ERAE) incluem a Agência Portuguesa do Ambiente, o Instituto de Conservação da Natureza e da Biodiversidade, I.P., o Instituto da Água, I.P., as Administrações de Região Hidrográfica, I.P., as Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional, as Autoridades de Saúde ou os municípios da área abrangida pelo plano.

7 De acordo com o n.º 9, Artigo 74º, do Decreto-Lei n.º 380/99 de 22 de Setembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 46/2009, de 20 de Fevereiro.

8 De acordo com o n.º 4, Artigo 77º, do Decreto-Lei n.º 380/99 de 22 de Setembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 46/2009, de 20 de Fevereiro.

ambientais significativos (DGOTDU, 2008). Desta fase resulta o estabelecimento dos Factores Críticos de Decisão, a avaliar em fases posteriores ao processo de AAE.

A Figura 1 apresenta a articulação entre as fases de um Plano de Pormenor e a fase da AAE correspondente à definição do âmbito e objectivos da AAE.

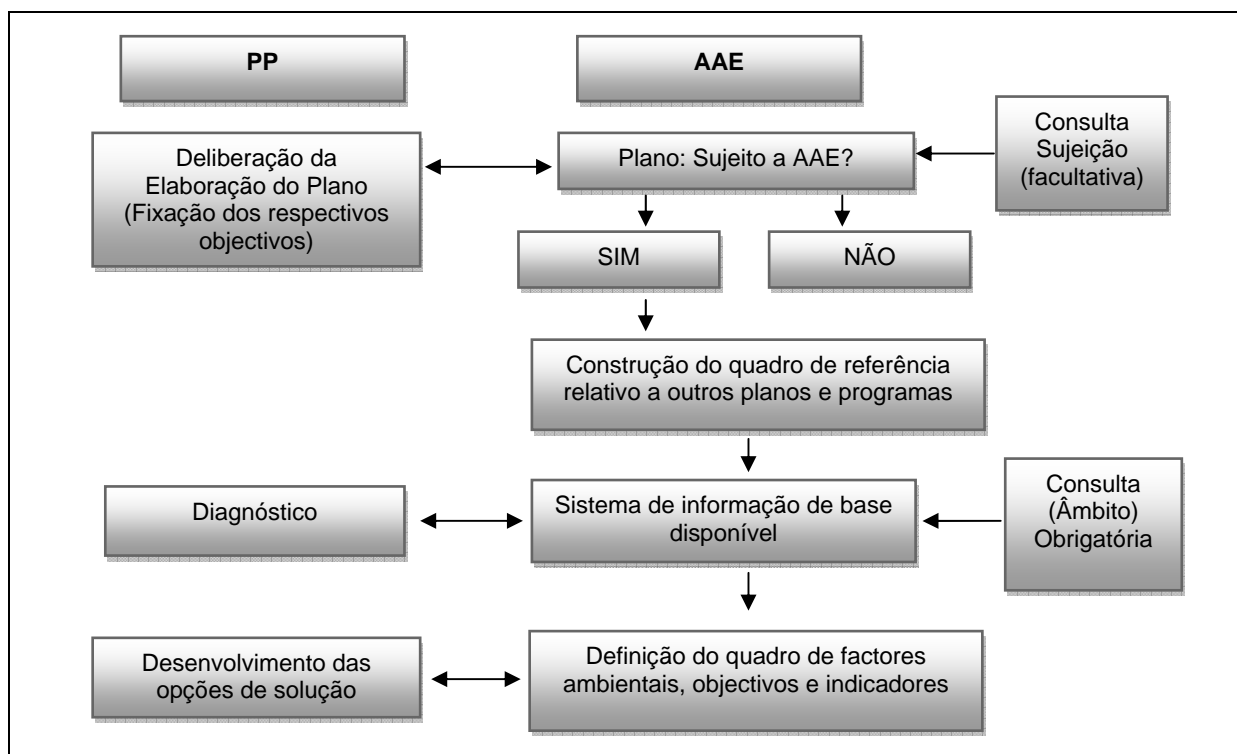


Figura 1 - Articulação entre as fases de um PP e a fase da AAE relativa à definição do âmbito e objectivos da AAE (adaptado de DGOTDU, 2008)

IDENTIFICAÇÃO DOS EFEITOS SIGNIFICATIVOS E DAS OPÇÕES ALTERNATIVAS

Esta fase refere-se à verificação das incompatibilidades e sinergias entre os termos de referência, os objectivos do plano, os factores ambientais e os objectivos da Avaliação Ambiental Estratégica expressos, nomeadamente, pelos Factores Críticos de Decisão.

Identifica os efeitos significativos, positivos e negativos, e as opções possíveis, associados à implementação do plano.

Esta avaliação deve incluir, de acordo com o Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de Junho, os efeitos secundários, cumulativos, sinérgicos, de curto, médio e longo prazos, permanentes e temporários, positivos e negativos.

A Figura 2 apresenta a articulação entre as fases de um Plano de Pormenor e a fase da AAE correspondente à identificação dos efeitos significativos e das opções alternativas.

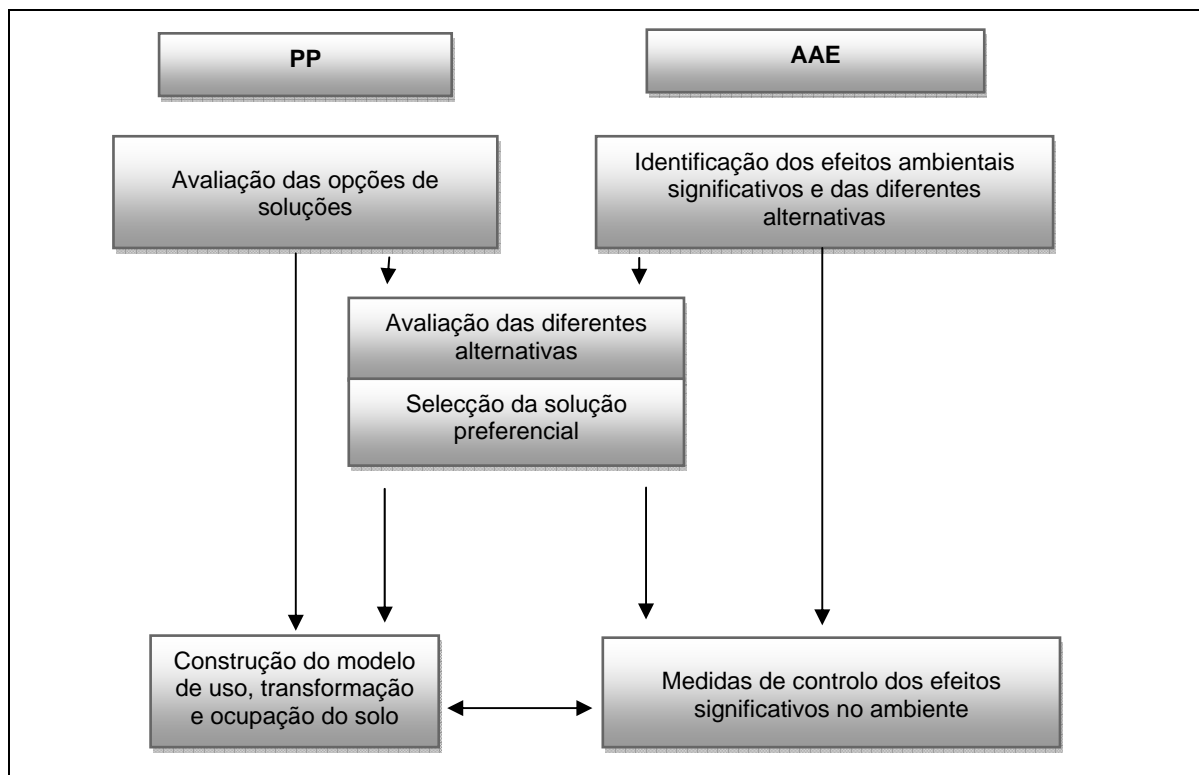


Figura 2 - Articulação entre as fases de um PP e a fase da AAE relativa à identificação dos efeitos significativos e das opções alternativas (adaptado de DGOTDU, 2008)

ELABORAÇÃO DO RELATÓRIO AMBIENTAL

A Câmara Municipal é responsável pela elaboração do Relatório Ambiental, sendo também responsável pela qualidade do mesmo, assim como pela integração dos seguintes elementos definidos no artigo 6.º, do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de Junho:

- Identificação, descrição e avaliação dos eventuais efeitos significativos no ambiente resultantes da aplicação do plano.
- Identificação das alternativas razoáveis que tenham em conta os objectivos e o âmbito de aplicação territorial do Plano de Pormenor.
- Descrição geral do conteúdo, dos principais objectivos do plano ou programa e das suas relações com outros planos e programas pertinentes (alínea a).
- As características ambientais das zonas susceptíveis de serem significativamente afectadas, os aspectos pertinentes do estado actual do ambiente e a sua provável evolução se não for aplicado o plano ou programa (alínea b).

- Os problemas ambientais pertinentes para o plano ou programa, incluindo, em particular, os relacionados com todas as zonas de especial importância ambiental, designadamente as abrangidas pelo Decreto-Lei n.º 140/99, de 24 de Abril, na redacção conferida pelo Decreto-Lei n.º 49/2005, de 24 de Fevereiro (alínea c).
- Os objectivos de protecção ambiental estabelecidos a nível internacional, comunitário ou nacional que sejam pertinentes para o plano ou programa e a forma como estes objectivos e todas as outras considerações ambientais foram tomadas em consideração durante a sua preparação (alínea d).
- Os eventuais efeitos significativos no ambiente decorrentes da aplicação do plano ou do programa, incluindo os efeitos secundários, cumulativos, sinérgicos, de curto, médio e longo prazos, permanentes e temporários, positivos e negativos, considerando questões como a biodiversidade, a população, a saúde humana, a fauna, a flora, o solo, a água, a atmosfera, os factores climáticos, os bens materiais, o património cultural, incluindo o património arquitectónico e arqueológico, a paisagem e a inter-relação entre os factores supracitados (alínea e).
- As medidas destinadas a prevenir, reduzir e, tanto quanto possível, eliminar quaisquer efeitos adversos significativos no ambiente resultantes da aplicação do plano ou programa (alínea f).
- Um resumo das razões que justificam as alternativas escolhidas e uma descrição do modo como se procedeu à avaliação, incluindo todas as dificuldades encontradas na recolha das informações necessárias (alínea g).
- Uma descrição das medidas de controlo previstas em conformidade com o disposto no artigo 11.º (alínea h).
- Um resumo não técnico das informações referidas nas alíneas anteriores (alínea i).

O Quadro 8 apresenta a estrutura para o Relatório Ambiental proposta pela DGOTDU (2008).

Quadro 8 - Proposta de estrutura para o Relatório Ambiental (DGOTDU, 2008)

Proposta de estrutura para o Relatório Ambiental	Conteúdo
Introdução e Enquadramento	- Objectivo e enquadramento legal e processual da AAE - Informação contida no Relatório e sua finalidade
Objecto de Avaliação e Metodologia	- Objectivos do PMOT e da AAE - Metodologia proposta e desenvolvida
Âmbito e Objectivos da AAE	- Quadro de referência relativo a outros planos e programas - Descrição da informação de base disponível e dos valores de referência e tendências relevantes - Indicação sobre entidades consultadas e resultados das consultas e do processo de acompanhamento - Identificação e selecção dos factores ambientais, dos objectivos da AAE, indicadores e metas
Efeitos Significativos e Alternativas	- Quadro de complementaridades e conflitos entre objectivos do PMOT e da AAE - Descrição dos principais efeitos significativos da aplicação do PMOT e

Proposta de estrutura para o Relatório Ambiental	Conteúdo
	das suas implicações - Identificação de alternativas, descrição e fundamentação dos critérios utilizados e das estratégias e medidas propostas para a sua implementação
Implementação e Monitorização	- Directrizes para implementação e seguimento das medidas de controlo e das propostas de mitigação e monitorização - Quadro de governança, planeamento e programação das propostas e alternativas da AAE no âmbito da implementação do PMOT
Resumo Não Técnico	- Síntese do processo de AAE – enquadramento e processo de avaliação - Síntese dos efeitos significativos do plano, das alternativas e das medidas de controlo - Indicações sobre divulgação e consulta do Relatório Ambiental

A Figura 3 apresenta a articulação entre as fases de um Plano de Pormenor e a fase da AAE correspondente à elaboração do Relatório Ambiental.

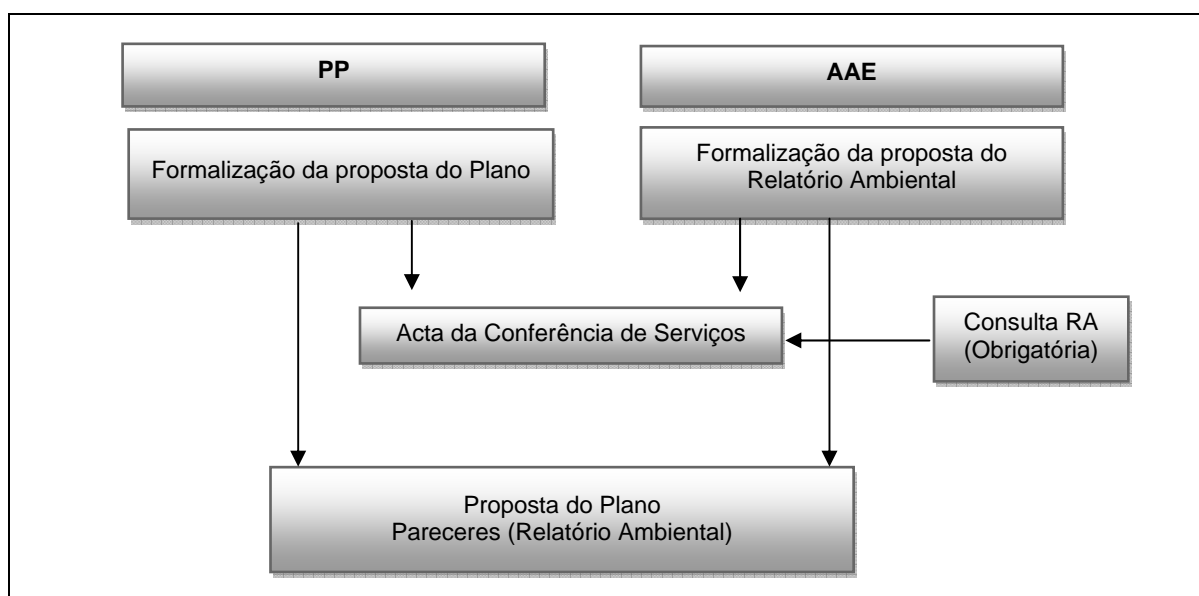


Figura 3 - Articulação entre as fases de um PP e a fase da AAE relativa à elaboração do Relatório Ambiental (adaptado de DGOTDU, 2008)

PARTICIPAÇÃO PÚBLICA, ELABORAÇÃO DA DECLARAÇÃO AMBIENTAL E APROVAÇÃO

Conforme referido anteriormente, a proposta de Plano de Pormenor é submetida a discussão pública simultaneamente com o Relatório Ambiental por um período não inferior a 22 dias para os Planos de Pormenor, sendo que o período de discussão pública deve ser anunciado com uma antecedência mínima de 5 dias.

No caso de serem introduzidas alterações significativas à proposta do plano, durante a fase de discussão pública, a Câmara Municipal deverá ponderar a necessidade de nova recolha de pareceres, a reformulação do Relatório Ambiental e a necessidade de proceder a nova discussão pública (DGOTDU, 2008).

De acordo com o n.º 1, do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de Junho, e o artigo 151.º - A do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro (com redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 46/2009, de 20 de Fevereiro), após a publicação no Diário da República do Plano de Pormenor, a Câmara Municipal, enquanto entidade competente pela elaboração do PMOT, remete à APA a declaração ambiental.

A declaração ambiental deverá conter os seguintes elementos (n.º 1 do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de Junho):

- A forma como as considerações ambientais e o relatório ambiental foram integrados no plano ou programa.
- As observações apresentadas pelas entidades consultadas e os resultados da respectiva ponderação, devendo ser justificado o não acolhimento dessas observações.
- Os resultados das consultas realizadas aos Estados-Membros da Comunidade Europeia susceptíveis de serem afectados.
- As razões que fundaram a aprovação do PMOT à luz de outras alternativas razoáveis abordadas durante a sua elaboração.
- As medidas de controlo previstas.

A declaração ambiental é disponibilizada ao público pela CM, através da sua página da internet e ainda poderá ser disponibilizada na página da internet da Agência Portuguesa do Ambiente.

EXECUÇÃO DO PLANO E MONITORIZAÇÃO DA AAE

Esta fase do processo da AAE tem como objectivo garantir a eficácia e eficiência na execução do Plano de Pormenor (DGOTDU, 2008). Pretende controlar os efeitos significativos no ambiente decorrentes da aplicação e execução do Plano de Pormenor, verificando se estão a ser tidas em consideração as medidas previstas na declaração ambiental, de forma a corrigir os efeitos negativos imprevistos (n.º 1, do artigo 11.º, do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de Junho), sendo este controlo da responsabilidade da Câmara Municipal.

De forma a concretizar esse controlo deverão ser utilizados indicadores de execução do plano. De acordo com n.º 2 do artigo 11.º, do diploma supra mencionado, a CM deve proceder à divulgação dos resultados do controlo, através de meios electrónicos e com uma periodicidade mínima anual.

As principais actividades a exercer nesta fase são (DGOTDU, 2008):

- Implementar um esquema ou programa para controlo da execução do plano e monitorização dos seus efeitos no ambiente.
- Monitorizar os efeitos da execução do plano no ambiente através de indicadores previamente seleccionados.

- Elaborar estudos em função do que foi estabelecido durante a elaboração do plano ou de acordo com as necessidades que se venham a definir.
- Registar e divulgar publicamente os relatórios integrados de avaliação sistemática e periódica.
- Assegurar que a informação chegue aos serviços responsáveis pela execução do plano, de modo a identificar os efeitos negativos, conflitos encontrados ou oportunidades surgidas.

2.3.2. AVALIAÇÃO DE IMPACTE AMBIENTAL DE PROJECTOS

De forma a promover um melhor entendimento relativo à fronteira existente entre a AAE e a AIA, e uma vez que foi anteriormente apresentado o procedimento/faseamento da AAE, será efectuada de seguida uma pequena abordagem relativa ao procedimento/faseamento da AIA.

De acordo com a secção II do Decreto-Lei n.º 69/2000, de 3 de Maio, na redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 197/2005, de 8 de Novembro, o procedimento de AIA inclui a elaboração do EIA, a apreciação técnica do EIA, a participação pública, as audiências públicas, o parecer final e a proposta de Declaração de Impacte Ambiental (DIA). O procedimento de AIA inicia-se com a apresentação pelo proponente de um EIA acompanhado de um estudo prévio, anteprojecto ou projecto, à entidade licenciadora ou competente para a autorização (de acordo com o n.º 1, artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 197/2005, de 8 de Novembro, na sua actual redacção, e do n.º 1, artigo 2.º da Portaria 330/2001, de 2 de Abril). Esta documentação é remetida por essa entidade à autoridade de AIA. A autoridade de AIA nomeia, no prazo de 5 dias desde a recepção do estudo, a Comissão de Avaliação (CA), que é responsável pela apreciação técnica do EIA. No prazo de 20 dias a contar da data de entrada do EIA na autoridade de AIA, a CA deverá pronunciar-se sobre a conformidade/desconformidade do EIA. O prazo poderá ser suspenso, uma única vez, se a CA solicitar ao proponente ou este tomar a iniciativa de apresentar informação adicional (aditamento) e/ou a reformulação do RNT. Quaisquer outros pedidos posteriores de aditamento ou informações complementares não suspendem o prazo do procedimento de AIA. A declaração de desconformidade determina o encerramento do processo (Partidário, 2000). Uma vez declarada a conformidade do EIA, a CA envia o EIA à autoridade de AIA que dispõe de 15 dias para a publicitação e promoção da consulta pública. A CA envia também o EIA às Entidades Públicas com competência para apreciação do projecto, para emissão de parecer no prazo de 40 dias, podendo não ser considerados se emitidos fora desse prazo.

Durante o período em que decorre a consulta pública, 30 a 50 dias para projectos do Anexo I e 20 a 30 dias para projectos do Anexo II, do Decreto-Lei n.º 69/2000, de 3 de Maio (na redacção conferida pelo Decreto-Lei n.º 197/2005, de 8 de Novembro) a autoridade de AIA pode decidir

incluir a realização de audiências públicas ou constituir outra forma adequada de auscultação do público interessado. Após a consulta pública, a autoridade de AIA dispõe de 15 dias para analisar os pareceres recebidos, elaborar o relatório da consulta pública e remetê-lo à CA. No prazo de 25 dias a contar da recepção do relatório, a CA, com base na apreciação do EIA, nos pareceres remetidos pelas Entidades Públicas e no relatório da consulta pública, elabora e remete à autoridade de AIA o parecer final. Ainda dentro do prazo referido anteriormente, a autoridade de AIA elabora e remete ao Ministro responsável pela área do ambiente a proposta de DIA. A DIA é a decisão sobre a viabilidade da execução dos projectos sujeitos ao regime previsto no diploma referido e é proferida pelo Ministro responsável pela área do ambiente no prazo de 15 dias contados a partir da data de recepção da proposta da autoridade de AIA. A DIA é remetida à entidade licenciadora ou competente para a autorização e ao proponente (Partidário, 2000). Assim se encerra o procedimento de AIA, nos termos que tem vindo a ser descrito. Por fim, a entidade licenciadora deverá comunicar à autoridade de AIA e publicitar o conteúdo da decisão final do processo de licenciamento ou autorização. Considera-se que a DIA é favorável se nada for comunicado à entidade licenciadora ou competente para a autorização no prazo de 140 dias, para projectos constantes no Anexo I, ou de 120 dias, no caso de projectos do Anexo II, do Decreto-Lei n.º 69/2000, de 3 de Maio (na redacção conferida pelo Decreto-Lei n.º 197/2005, de 8 de Novembro) contados a partir da data de recepção do EIA pela autoridade de AIA.

De um modo geral, pode-se dizer que o sistema nacional de Avaliação de Impacte Ambiental é constituído por uma sequência de fases e componentes distintas mas interrelacionadas, em que colabora um conjunto de entidades com diferentes responsabilidades, de que resulta uma série de produtos que reflectem os resultados das fases fundamentais do processo de AIA.

O processo de AIA, tal como definido pelo Decreto-Lei n.º 69/2000, de 3 de Maio, na sua actual redacção, desenvolve-se em seis fases fundamentais:

- Selecção de Projectos.
- Definição do Âmbito.
- Estudo de Impacte Ambiental.
- Apreciação Técnica do Estudo de Impacte Ambiental.
- Decisão.
- Pós-Avaliação.

A Figura 4 descreve o processo de Avaliação de Impacte Ambiental.

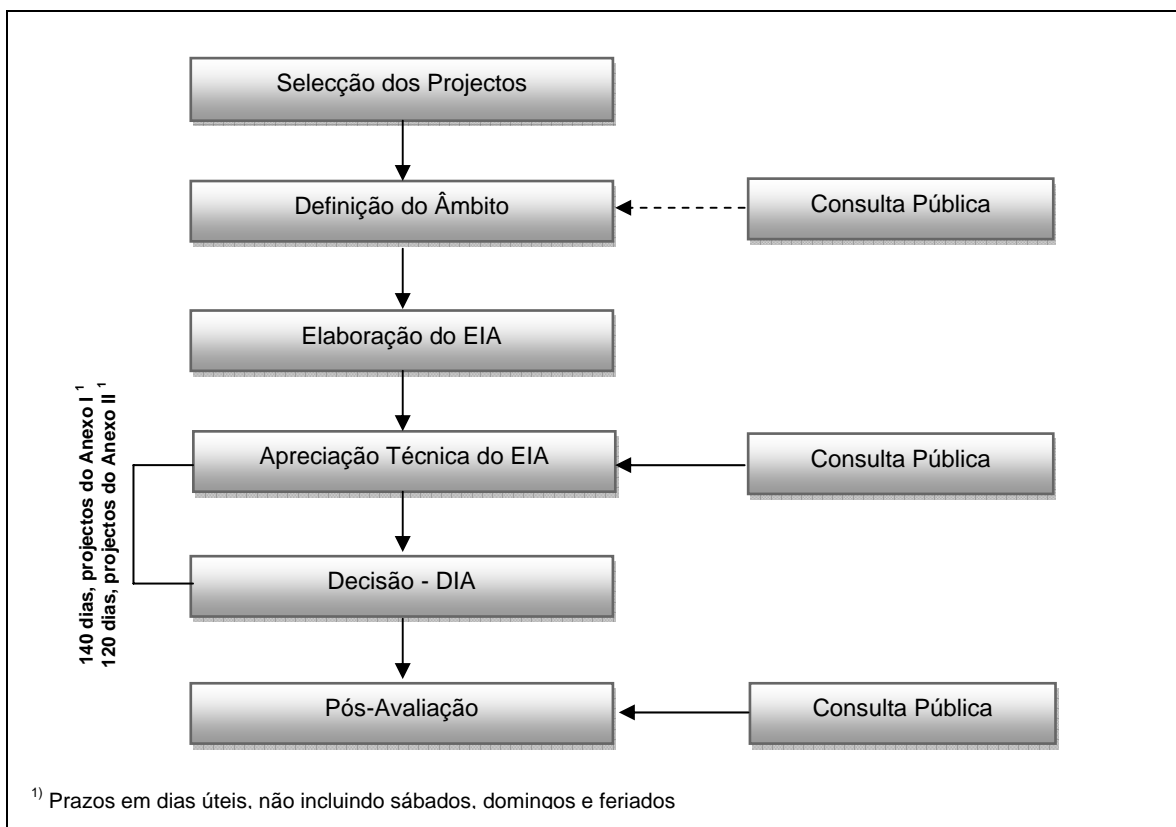


Figura 4 - Processo de AIA (adaptado de Partidário, 2000)

Apesar da consulta pública ser uma componente importante do processo de AIA, esta não é tratada como uma fase distinta do processo, uma vez que tem uma natureza contínua, de acompanhamento, intersectando explicitamente três fases: a definição do âmbito (com carácter facultativo), a apreciação técnica do EIA e a pós-avaliação.

Seleção de Projectos

A selecção de projectos a sujeitar a um procedimento de AIA tem por objectivo definir o conjunto de projectos que, pelas suas características, dimensão ou localização, deverão ser sujeitos a um processo de AIA prévio à sua localização e licenciamento. Em Portugal, e de acordo com o sistema definido pela Directiva Europeia, o principal método utilizado para a selecção das acções/projectos que são obrigatoriamente sujeitos a AIA, é o de atender ao que se encontra consubstanciado nas listas dos Anexos I e II do Decreto-Lei n.º 69/2000, de 3 de Maio, na redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 197/2005, de 8 de Novembro. O Anexo I inclui 20 categorias de projectos, considerados potencialmente mais gravosos para o ambiente, independentemente da localização que venham a ter. O Anexo II apresenta projectos potencialmente menos gravosos para o ambiente, de acordo com uma tipologia que inclui 12 grandes categorias, decompostas em diversas sub-categorias, e que estão dependentes da localização. A lista do Anexo II permite ainda verificar sobre as restrições acrescidas se o projecto se concretizar em áreas definidas

como sensíveis. A dispensa total ou parcial do procedimento de AIA, para qualquer projecto incluído nos Anexos I ou II, está prevista no artigo 3.º, no entanto, a título claramente excepcional e sempre devidamente fundamentada. A referida dispensa só poderá ser autorizada por despacho conjunto do Ministro responsável pela área do ambiente e pelo Ministro da tutela (Partidário, 2000).

A verificação da obrigatoriedade de uma AIA é o primeiro passo a dar pelo proponente. As listas dos Anexos I e II têm a grande vantagem de facilitar a verificação, e assim permitir a rápida decisão sobre a necessidade de realizar um EIA para determinada proposta de projecto. Deste modo, qualquer proponente quando tem a intenção de avançar com um investimento e inicia os estudos de viabilidade, pode verificar a necessidade de desencadear atempadamente a realização de um EIA (Partidário, 2000).

Definição de Âmbito

Nos termos do Decreto-Lei n.º 69/2000, de 3 de Maio, na redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 197/2005, de 8 de Novembro, [alínea h) do artigo 2.º e artigo 11.º], a definição do âmbito é uma *“fase preliminar e facultativa do procedimento de AIA, na qual a autoridade de AIA identifica, analisa e selecciona as vertentes ambientais significativas que podem ser afectadas por um projecto e sobre os quais o EIA deve incidir”*. Destina-se a possibilitar ao proponente, a seu pedido, o apoio da autoridade de AIA na definição do âmbito do EIA, através do parecer da CA. Esta fase é de extrema importância para a eficácia do processo de AIA. O planeamento antecipado do EIA permite vantagens acrescidas já que envolve o comprometimento do proponente e da CA quanto ao conteúdo do EIA, permitindo ainda o envolvimento antecipado das entidades e grupos do público interessado, detectando antecipadamente potenciais situações de conflito de interesses, e facilitando a decisão (Partidário, 2000).

Em termos legislativos, o procedimento desta fase vem descrito no artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 69/2000, de 3 de Maio, na redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 197/2005, de 8 de Novembro, no artigo 1.º da Portaria 330/2001, de 2 de Abril e deve ser efectuado de acordo com as *“Normas Técnicas para a estrutura de definição do âmbito do EIA”*, presentes no Anexo I da Portaria 330/2001, de 2 de Abril.

O objectivo desta fase é identificar as questões ambientais mais significativas que deverão ser tratadas e analisadas no EIA, em função dos potenciais impactes positivos e negativos. A definição de âmbito permite assim o planeamento do EIA e o estabelecimento dos termos de referência, designadamente em relação a:

- Definição do programa, dos recursos e das especialidades técnicas necessárias à realização do EIA.
- Definição dos estudos ambientais de base e inventários a desenvolver.
- Apreciação adequada das alternativas do projecto a desenvolver.
- Selecção dos métodos a utilizar para previsão da magnitude dos impactes.

Estudo de Impacte Ambiental

De acordo com o referenciado na alínea i) do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 69/2000, de 3 de Maio (na redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 197/2005, de 8 de Novembro) o EIA é o *“documento elaborado pelo proponente no âmbito do procedimento de AIA, que contém uma descrição sumária do projecto, a identificação e avaliação dos impactes prováveis, positivos e negativos, que a realização do projecto poderá ter no ambiente, a evolução previsível da situação de facto sem a realização do projecto, as medidas de gestão ambiental destinadas a evitar, minimizar ou compensar os impactes negativos esperados e um resumo não técnico destas informações”*.

O EIA surge ainda referido no artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 69/2000, de 3 de Maio (na redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 197/2005, de 8 de Novembro), no artigo 2.º da Portaria 330/2001, de 2 de Abril, e deve ser efectuado de acordo com as *“Normas Técnicas para a estrutura do EIA”*, presentes no Anexo II da Portaria 330/2001, de 2 de Abril.

O EIA constitui o documento de maior visibilidade de todo o processo de AIA. O seu objectivo é identificar, prever, interpretar, avaliar e prevenir as consequências benéficas e prejudiciais da implementação de uma acção, com base em parâmetros ambientais (biofísicos, culturais e sociais), assim como caracterizar de modo devidamente justificado, com clareza e imparcialidade, os diversos impactes do projecto, positivos ou negativos, e ainda as medidas de minimização propostas, a significância dos efeitos e as preocupações do público interessado (Partidário, 2000).

Do ponto de vista técnico, o EIA pode ser visto como um processo de gestão de dados, em que a informação necessária, para uma determinada decisão, deverá ser identificada e possivelmente colhida. As mudanças nos parâmetros ambientais, resultantes da implementação do projecto, devem ser determinadas e comparadas com a situação que deveria ocorrer sem o projecto, e a mudança verificada deve ser analisada e registada.

O regime de AIA privilegia a realização do EIA em fases precoces do processo de elaboração do projecto, particularmente nas fases de estudo prévio ou de ante-projecto, sem prejuízo da sua realização na fase de projecto de execução, em situações em que não tenham ocorrido as fases anteriores (Partidário, 2000).

A estrutura de um EIA deve conter, no mínimo, as seguintes componentes (Partidário, 2000):

- Descrição do projecto, sobretudo as suas componentes susceptíveis de causarem impactes ambientais.
- Apreciação de alternativas, incluindo aquelas que venham a ser propostas já no decurso do processo de AIA (e da consulta pública quando esta tiver existido em fase de definição de âmbito).
- Descrição do estado actual do ambiente, no que respeita aos descritores mais significativos (tal como previamente identificados em fase de definição do âmbito, caso esta tenha existido), isto é, descrição da situação de referência.

- Análise de impactes envolvendo a identificação e previsão dos possíveis efeitos do projecto.
- Interpretação e apreciação dos impactes, considerando critérios de significância (ex: normas, directrizes e padrões de qualidade em vigor) que permitam a determinação da importância relativa e a aceitabilidade dos impactes residuais, ou seja, daqueles que não podem ser minimizados.
- Minimização e gestão de impactes, por forma a definir as medidas necessárias para evitar, reduzir ou compensar os impactes negativos.
- Descrição dos programas de monitorização.
- Resumo Não Técnico.

A gestão da equipa técnica do EIA é um factor importante na qualidade final do relatório. A equipa deve ser pluridisciplinar, o que significa que devem ser diversas as especialidades envolvidas no EIA, dependendo das questões relevantes a abordar. Apesar de tudo, a equipa deve ter uma natureza interdisciplinar, sendo que o trabalho de cada especialidade deve ser conduzido de forma integrada, reflectindo-se no resultado final do EIA (Partidário, 2000).

Apreciação Técnica do Estudo de Impacte Ambiental

Esta fase é referida no artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 69/2000, de 3 de Maio (na redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 197/2005, de 8 de Novembro), e deve ser analisada de acordo com as “*Normas Técnicas para a estrutura do EIA*”, presentes no Anexo II da Portaria n.º 330/2001, de 2 de Abril.

A apreciação técnica do EIA, também designada por revisão técnica, tem como objectivo garantir que o EIA, enquanto documento técnico, não apresenta omissões graves, é rigoroso do ponto de vista científico e cumpre os requisitos legais. A apreciação técnica é da responsabilidade da autoridade de AIA, que nomeia uma CA para apreciar o EIA do ponto de vista técnico, procedendo à revisão do âmbito do EIA, apreciando a sua conformidade em relação aos requisitos legais e aos termos de referência, e verificando a legibilidade do EIA por não-técnicos, em particular no que respeita ao RNT. Esta fase é muito importante para a eficácia de todo o processo de AIA, e fundamental para verificar e garantir a qualidade do EIA. Será tanto mais eficaz quanto maior a competência e independência dos técnicos envolvidos na revisão em relação à decisão (Partidário, 2000).

O EIA, os contributos da participação pública nesta fase e os resultados da apreciação técnica, deverão convergir na preparação do Parecer Final, da responsabilidade da CA.

Decisão - Declaração de Impacte Ambiental

Esta fase é referida nos artigos 2.º, 16.º, 17.º, e 18.º do Decreto-Lei n.º 69/2000, de 3 de Maio (na redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 197/2005, de 8 de Novembro). De acordo com o referido na alínea g) do artigo 2.º do Decreto-Lei mencionado, a DIA é a *“decisão emitida no âmbito da AIA sobre a viabilidade da execução dos projectos sujeitos ao regime previsto no presente diploma”*.

O objectivo desta fase é documentar, de modo formal, a decisão final do procedimento de AIA, ou seja, aprovar ou rejeitar um projecto e, em caso de aprovação, estabelecer as condições da sua concretização.

A DIA tem carácter vinculativo e pode ser favorável, condicionalmente favorável ou desfavorável. É proferida pelo Ministro responsável pela área do ambiente, sob proposta da autoridade de AIA, fundamentando-se no parecer técnico da CA e nos resultados da participação pública. Logo que proferida, a DIA é imediatamente notificada à entidade competente para o licenciamento e ao proponente, e obrigatoriamente publicitada. Conforme já referido, a DIA pode ocorrer em fases de estudo prévio, anteprojecto ou projecto de execução, consoante a fase do projecto em que se desencadeie o respectivo processo de AIA (Partidário, 2000).

Pós-Avaliação

O conceito de pós-avaliação está descrito na alínea n) do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 69/2000, de 3 de Maio (na redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 197/2005, de 8 de Novembro), como sendo o *“processo conduzido após a emissão da DIA, que inclui programas de monitorização e auditorias com o objectivo de garantir o cumprimento das condições prescritas naquela declaração e avaliar os impactes ambientais ocorridos, designadamente a resposta do sistema ambiental aos efeitos produzidos pela construção, exploração e desactivação do projecto e a eficácia das medidas de gestão ambiental adoptadas, com o fim de evitar, minimizar ou compensar os impactes negativos do projecto, se necessário, pela adopção de medidas ambientalmente mais eficazes”*.

Esta fase encontra-se ainda referida nos artigos 27.º e 28.º do Decreto-Lei n.º 69/2000, na redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 197/2005, de 8 de Novembro, sendo que a *“Estrutura do relatório de conformidade ambiental do projecto de execução”* encontra-se descrita no artigo 4.º da Portaria 330/2001, de 2 de Abril.

Para garantir que a AIA seja eficaz, ou seja, que as previsões feitas sobre os impactes do projecto foram rigorosas e que todas as medidas adoptadas no EIA foram correctas, é necessário fazer o acompanhamento posterior do projecto e verificar, de modo sistemático, a forma como os sistemas ambiental e social reagem à introdução do novo projecto.

Após a emissão da DIA favorável ou condicionalmente favorável, compete à autoridade de AIA dirigir e orientar a pós-avaliação do projecto, abrangendo as condições do seu licenciamento, autorização, construção, funcionamento, exploração e desactivação.

A fase de pós-avaliação visa assegurar que os termos e condições de aprovação de um projecto, tal como estabelecido na DIA, são efectivamente cumpridos. Esta fase ocorre no seguimento da emissão da DIA e inclui programas de monitorização e auditorias para avaliar os impactes ambientais do projecto, designadamente quanto à monitorização da resposta do sistema ambiental aos efeitos produzidos pela presença do projecto e a eficácia das medidas de minimização e de gestão ambiental, bem como avaliar a necessidade de adoptar medidas de gestão ambiental mais eficazes (Partidário, 2000). Compete à autoridade de AIA a realização de Auditorias para verificação da conformidade do projecto com a DIA e a verificação de exactidão das informações prestadas nos relatórios de monitorização.

2.3.3. FRONTEIRAS ENTRE A AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA E A AVALIAÇÃO DE IMPACTE AMBIENTAL

Uma das principais diferenças existentes entre as metodologias da AAE e da AIA consiste no facto de apresentarem objectos diferentes: na AAE o objecto é o Plano ou Programa e na AIA o objecto é o Projecto. Neste contexto, importa esclarecer em que consiste cada um destes conceitos.

Segundo Sadler y Verme (1996), *fidé* OCDE (2007), o **Plano** define-se como uma estratégia ou desenho que procura um resultado e está orientado para o futuro, frequentemente com prioridades, opções e medidas coordenadas que detalham e implementam uma política. De acordo com Partidário (2007), o Plano consiste no “*resultado do processo de planeamento e gestão sempre que são explicitadas intenções e regras relativas a medidas e acções adoptadas para a resolução e prevenção de problemas, os quais definem o âmbito do plano. Proposta de acção, com prioridades, opções e medidas para afectação de recurso, de acordo com a sua aptidão e disponibilidade, seguindo a orientação, e implementação de políticas globais e sectoriais relevantes*”. Por outro lado, de acordo com Sadler y Verme (1996), *fidé* OCDE (2007), o **Programa** é uma agenda ou programa coerente e organizado, referente a compromissos, propostas, instrumentos e/ou actividades que detalham e implementam uma política. Ainda segundo Partidário (2007), entende-se por Programa a “*agenda organizada com objectivos, especificação de programas e actividades de investimento, definidos no quadro de políticas e planos relevantes*”. A definição de **Projecto** encontra-se vertida na alínea o) do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 69/2000, de 3 de Maio (na redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 197/2005, de 8 de Novembro), e consiste na “*concepção e realização de obras de construção ou de outras intervenções no meio natural ou na paisagem, incluindo as intervenções destinadas à exploração de recursos naturais*”.

A Avaliação Ambiental Estratégica de planos e programas apresenta uma função muito diferente da Avaliação de Impacte Ambiental de projectos: a primeira apresenta uma função de carácter estratégico, de análise das grandes opções, e a segunda uma função de avaliação do impacto dos projectos tal como são executados em concreto (Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de Junho).

A Figura 5 reflecte a hierarquização da Avaliação Ambiental, quer de políticas, planos e programas, quer de projectos.

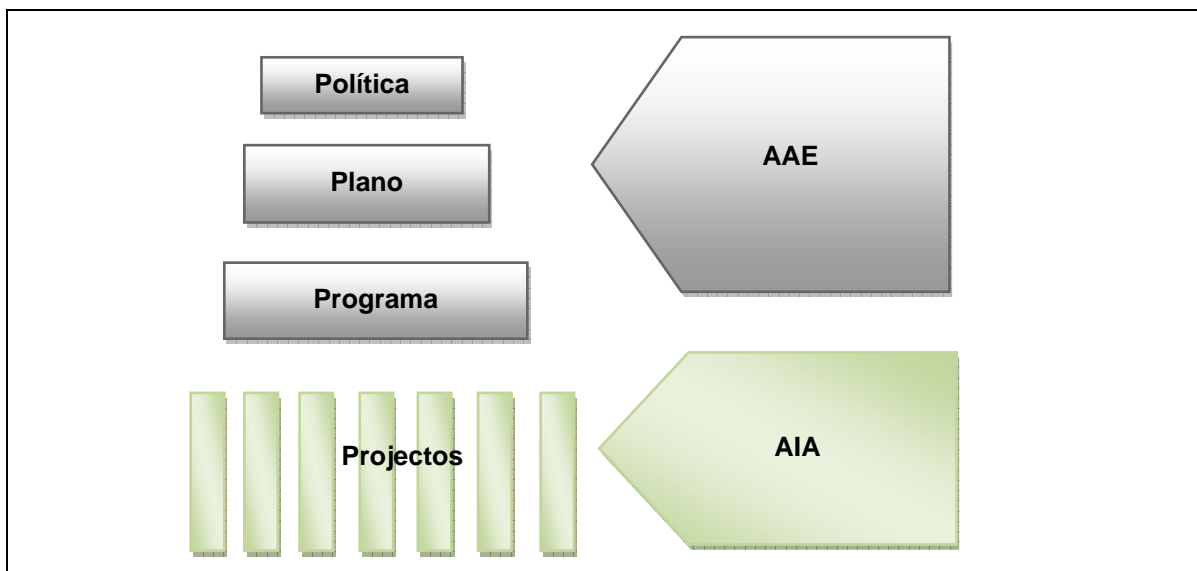


Figura 5 – Hierarquia da AAE e AIA (Adaptado de OCDE, 2007)

As políticas, os planos e os programas apresentam um carácter mais estratégico uma vez que definem a direcção que deve ser seguida para atingir os objectivos definidos, enquanto que a Avaliação de Impacte Ambiental é utilizada em projectos que realizam tangivelmente as políticas, os planos e programas.

Relativamente ao instrumento de Avaliação Ambiental Estratégica, direccionado para a avaliação ambiental de Planos e Programas, este pressupõe o conceito de uma avaliação de base estratégica.

Deste modo, considera-se importante promover uma reflexão relativa às definições existentes para o conceito “*Estratégia*” sendo que, dependendo dos autores, o conceito pode ter diferentes interpretações (Quadro 9).

Quadro 9 – Definição de estratégia segundo vários autores (adaptado de Nicolau, 2001)

Autores	Definição de Estratégia
Chandler (1962)	Estratégia é a determinação dos objectivos básicos de longo prazo de uma empresa e a adopção das acções adequadas e afectação de recursos para atingir esses objectivos.
Learned, Christensen, Andrews, Guth (1965) Andrew (1971)	Estratégia é o padrão de objectivos, fins e metas e principais políticas e planos para atingir esses objectivos, estabelecidos de forma a definir qual o negócio em que a empresa está e o tipo de empresa que é ou vai ser.
Ansoff (1965)	Estratégia é um conjunto de regras de tomada de decisão em condições de desconhecimento parcial. As decisões estratégicas dizem respeito à relação entre a empresa e o seu ecossistema.
Kartz (1970)	Estratégia refere-se à relação entre a empresa e o seu meio envolvente: relação actual (situação estratégica) e relação futura (plano estratégico), que é um conjunto de objectivos e acções a tomar para atingir esses objectivos.
Steiner e Miner (1977)	Estratégia é o forjar de missões da empresa, estabelecimento de objectivos à luz das forças internas e externas, formulação de políticas específicas e estratégias para atingir objectivos e assegurar a adequada implantação de forma a que os fins e objectivos sejam atingidos.
Hofer & Schandel (1978)	Estratégia é o estabelecimento dos meios fundamentais para atingir os objectivos, sujeito a um conjunto de restrições do meio envolvente. Supõe a descrição dos padrões mais importantes da afectação das interacções mais importantes com o meio envolvente.
Jauch e Glueck (1980)	Estratégia é um plano unificado, englobante e integrado relacionando as vantagens estratégicas com os desafios do meio envolvente, e elaborado para assegurar que os objectivos básicos da empresa são atingidos.
Quinn (1980)	Estratégia é um modelo ou plano que integra os objectivos, as políticas e a sequência de acções num todo coerente.
Thietart (1984)	Estratégia é o conjunto de decisões e acções relativas à escolha dos meios e à articulação de recursos com vista a atingir um objectivo.
Mintzberg (1988a)	Estratégia é uma força mediadora entre a organização e o seu meio envolvente: um padrão no processo de tomada de decisões organizacionais para fazer face ao meio envolvente.
Hax e Majluf (1988)	Estratégia é um conjunto de decisões coerentes, unificadoras e integradoras que determina e revela a vontade da organização em termos de objectivos de longo prazo, programa de acções e prioridade na afectação de recursos.

A análise da tabela anterior permite verificar que o conceito pode ter diferentes formas de interpretação.

O conceito de “*Estratégia*” é frequentemente utilizado no sentido militar, e compreende a escolha dos meios e articulação de recursos para atingir os objectivos (Hofer e Schendel, 1978; Thietart, 1984), *fidé* Nicolau (2001), podendo tomar a forma de um “*plano unificado, compreensivo e integrado relacionando as vantagens estratégicas com os desafios do meio envolvente*” (Juch e Glueck, 1980:12) *fidé* Nicolau (2001).

Ainda de acordo com Nicolau (2001), existem autores que apresentam um conceito mais alargado de “*Estratégia*”, considerando os “*objectivos inseparáveis da definição de políticas e das acções organizadas com vista a atingi-los*”. Assim, segundo Chandler (1962); Learned, Christensen, Andrews e Guth (1965); Ansoff (1965); Katz (1970); Andrews (1971); Steiner e Miner (1977), Hax e Majluf (1988); Quinn (1980), estratégia é a “*determinação dos objectivos de longo prazo, das políticas e acções adequadas para os atingir e a correspondente afectação de recursos, isto é, a estratégia compreende a definição dos objectivos e dos meios*”.

Desta forma, reconhece-se então que a avaliação ambiental de planos e programas apresenta uma função estratégica, com base na análise das grandes opções estratégicas do respectivo plano ou programa, enquanto que a avaliação de impacte ambiental de projectos apresenta funções de avaliação do impacte de projectos tal como são executados em concreto, apresentando as duas avaliações funções muito diferentes.

O Quadro 10 apresenta as principais diferenças entre os instrumentos de AAE e AIA, quer ao nível de procedimentos, quer ao nível de metodologias.

Quadro 10 - Tabela comparativa entre a AAE e AIA (DGOTDU, 2008)

Aspectos	AAE	AIA
Objecto de Avaliação	Plano ou Programa	Projecto
Objectivos	Ajudar a prever os efeitos significativos no ambiente gerados com a aplicação do plano e promover a adopção de opções que contribuam eficazmente para um desenvolvimento sustentável	Avaliar os possíveis impactes ambientais decorrentes da execução do projecto, prever a adopção de medidas para potenciar os impactes positivos e evitar, minimizar e/ou compensar os impactes negativos
Momento de decisão sobre avaliação	Prévia à sujeição do plano à aprovação pela Assembleia Municipal	Prévia à autorização ou licenciamento do projecto pela entidade licenciadora ou competente para a autorização do projecto
Entidades competentes	Entidades com Responsabilidades Ambientais Específicas (ERAEE)	Autoridade de AIA
Momento de Aprovação	Em simultâneo com a aprovação do plano pela Assembleia Municipal	Em momento prévio ao licenciamento ou à autorização do projecto
Procedimento	Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, na redacção conferida pelo Decreto-Lei n.º 46/2009, de 20 de Fevereiro e Decreto-Lei n.º 232/2007, de 25 de Junho	Decreto-Lei n.º 69/2000, de 3 de Maio, na redacção conferida pelo Decreto-Lei n.º 197/2005, de 8 de Novembro
Documento final	Declaração Ambiental	Declaração de Impacte Ambiental
Controlo	É feito através da verificação da adopção das medidas previstas na Declaração Ambiental, a fim de identificar atempadamente e corrigir os efeitos negativos imprevistos	É feito através da avaliação da conformidade da execução do projecto com a DIA, nomeadamente dos termos e condições nela fixados, da determinação da eficácia destas e do procedimento de AIA realizado (artigo 27.º)

Aplicação da Directiva nos Estados-Membros no que respeita à Relação entre AAE e AIA

A Directiva da AAE estabeleceu ligações formais com a Directiva da AIA. O artigo 10.º refere que *“as avaliações ambientais executadas nos termos da presente Directiva não prejudicam qualquer das exigências impostas na Directiva 85/337/CEE, nem quaisquer outras exigências do direito comunitário”*.

O artigo 11.º da Directiva 2001/42/CE prevê ainda, *“no que se refere aos planos e programas que devem obrigatoriamente ser sujeitos a avaliações de impacto ambiental em virtude simultaneamente da presente directiva e de outros actos legislativos comunitários, os Estados-Membros podem estabelecer procedimentos coordenados ou conjuntos que cumpram as exigências na legislação comunitária pertinente, por forma, designadamente, a evitar a duplicação da avaliação”*.

De acordo com CCE (2009), estas duas directivas são em grande medida complementares: a Directiva da AAE situa-se “*a montante*” e identifica as melhores opções numa fase inicial de planeamento, enquanto que a AIA situa-se “*a jusante*”, e refere-se a projectos que estão a ser realizados numa fase posterior. A mesma fonte refere que, em teoria, a sobreposição dos dois processos é improvável de ocorrer. No entanto, as diferentes áreas de potencial sobreposição da aplicação das duas directivas foram identificadas. Em particular, as fronteiras entre o que constitui um plano, um programa ou um projecto nem sempre são claras, e pode haver alguma dúvida sobre se o “*objecto*” da avaliação cumpre os critérios de uma ou ambas as directivas. A este respeito, as definições de algumas categorias de projectos constantes do Anexo II da Directiva AIA, relativamente a alterações do uso do solo não são claras, o que pode criar confusão com a Directiva da AAE (CCE, 2009).

Os Estados-Membros optaram por abordagens diferentes para resolver potenciais deficiências resultantes da sobreposição de procedimentos, sendo que estas variam de procedimentos conjuntos em casos específicos, até à coordenação informal entre as autoridades competentes. Porém, muitos Estados-Membros consideram ainda não ter experiência suficiente para identificar e avaliar correctamente as questões que se sobrepõem. Devido a esta falta de experiência na aplicação da Directiva AAE, muitos Estados-Membros sublinharam a necessidade de coordenação de ambos os procedimentos, no entanto, os mecanismos e ferramentas ainda não estão devidamente desenvolvidos e testados. Este objectivo poderia ser atingido através da elaboração de documentos de orientação (CCE, 2009).

Segundo CCE (2009), deve considerar-se a possibilidade de *fusão das Directivas AIA e AAE*, a fim de esclarecer as suas inter-relações e reforçar a sua complementaridade e eficiência, através de um processo de avaliação global do ambiente. Apesar de poder parecer uma opção válida, muito poucos Estados-Membros recomendaram a fusão das duas directivas, referindo que cada processo deverá ser totalmente independente, uma vez que as duas directivas são complementares e incidem em fases e processos diferentes.

Neste contexto, CCE (2009) considera que, tendo em consideração a experiência limitada na aplicação da Directiva AAE, não parece apropriado neste momento a fusão dos dois procedimentos. Nesta fase, pode obter-se uma melhor coordenação e coerência, corrigindo as inconsistências entre as disposições das duas directivas e clarificando as definições de categorias de projectos problemáticas na Directiva AIA, mediante alteração desta última e/ou através da elaboração de orientações, conforme referido anteriormente.

O Quadro 11 estabelece as principais diferenças da transposição da Directiva 2001/42/CE, de 27 de Junho, nos diferentes Estados-Membros.

Quadro 11 – Principais diferenças da forma como ocorreu a transposição da Directiva 2001/42/CE, de 27 de Junho de 2001, nos Estados-Membros da União Europeia (CE, 2009 e FISCHER, 2006)

País	Transposição
Reino Unido	O quadro jurídico para a AAE no Reino Unido incluiu: - Instrumento Regulamentar n.º 1633, de 2004, relativo à regulamentação da avaliação ambiental de planos e regulamentos. - País de Gales – Instrumento Regulamentar n.º 1656, de 2004 relativo à Avaliação Ambiental de planos e programas. - Escócia – Instrumento Regulamentar Escocês n.º 258, de 2004, relativo à avaliação ambiental de planos e programas. - Irlanda do Norte – Instrumento Regulamentar n.º 280, de 2004.
Irlanda	A Irlanda tem implementado a Directiva por via de duas normas legais: Instrumento Regulamentar n.º 435/2004 e n.º 436/2004.
Itália	- A Directiva AAE foi transposta pelo Decreto Legislativo n.º 4, de 16 de Janeiro de 2008. - AAE e AIA são reguladas pela mesma legislação mas os procedimentos são distintos. - O Decreto Legislativo observa que os estudos de impacte ambiental de processos de AIA podem usar informações e análises contidas no Relatório Ambiental previamente elaborado. - O Decreto especifica ainda que a documentação e conclusões da AAE devem ser consideradas na elaboração dos projectos e na sua avaliação. Estabelece que a selecção de projectos abrangidos por AIA pode ser realizada no âmbito dos procedimentos de AAE. Em tais casos, o público deve ser claramente informado.
República Checa	- A Directiva AAE foi transposta em 2004, através da alteração da Lei n.º 100/2001 relativa à avaliação de impacte ambiental (uma lei-quadro para os procedimentos de AIA e AAE). - No ponto 1 do Anexo 3 da legislação de AIA (" <i>Actividades sujeitas a AIA com base na decisão da Inspeção do Ambiente</i> "), o item " <i>Plano de redistribuição de propriedades de terra</i> ", que é praticamente uma decisão estratégica, está sujeito a um procedimento de AIA individual, devido à estreita inter-relação com certas actividades individuais, também sujeitas a AIA.
Suécia	- A Directiva AAE foi transposta para o Capítulo 6 do Código Ambiental (n.º 57, de 2006). - Apresenta os dois conjuntos diferentes de disposições, cujas disposições da AAE seguem directamente as disposições da AIA. No entanto, o especialista sueco nota que este facto pode potenciar a criação de alguma confusão na aplicação das regras da AAE.
França	A Directiva AAE foi transposta por um conjunto de medidas legislativas (Portaria n.º 2004-489) completada por uma série de medidas regulamentares (Decretos): <u>Medidas Legislativas:</u> Portaria n.º 2004-489 de 3 de Junho de 2004, introduziu o núcleo de disposições da Directiva AAE em códigos diferentes: - o Código Ambiental Francês (<i>art. L. 122-4 para L. 122-11</i>); - o Código de Ordenamento Francês (<i>art. L. 121-10 a L. 121-15</i>); - o Código do Território e das Autoridades Locais Francês (<i>L. 4424-13</i>). <u>Medidas de Regulamentação:</u> - Decreto n.º 2005-613 de 27 de Maio de 2005 (que introduziu no Código Ambiental francês o R.122-17 a R.122-24, bem como R. 414-19 e R.414-21 para os sítios da Rede Natura 2000); - Decreto n.º 2005-608 de 27 de Maio de 2005 (que instituiu medidas de execução tanto no Código de Ordenamento Francês, como no Código do Território e Autoridades Locais); Decreto n.º 2006-454 de 18 de Abril de 2006 (que instituiu a aplicação de medidas específicas no Código Florestal Francês). - Neste sentido, a Directiva da AAE tem sido transposta por via de alterações a diferentes códigos - o Código Ambiental, o Código do Ordenamento do Território, o Código do Território e Autoridades Locais, e o Código da Floresta. - Em França, o Guia geral de Orientação da AAE propõe a todas as autoridades administrativas que coordenem os seus esforços no caso de várias AAE e / ou AIA serem realizadas ao mesmo tempo. Isto é para dar prioridade à AAE, e além disso, para confirmar que a AAE (de planos e programas que estabelecem o quadro de projectos) é

País	Transposição
	realizada antes da AIA desses mesmos projectos. Isto também significa que os resultados da AAE são devidamente reflectidos na AIA para os projectos associados. Em particular, as Direcções Regionais para o ambiente são chamadas a coordenar todas as acções a tomar pelos serviços competentes de apoio ao “ <i>prefeito</i> ” (da região ou do distrito), a pedido da autoridade pública para a fase de delimitação, bem como para o relatório ambiental.
Portugal	Em Portugal, o Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de Junho, que transpõe a Directiva AAE, obriga a autoridade competente a ter em consideração os resultados da AAE na AIA de projectos que se inserem no âmbito dos planos e programas sujeitos à AAE ⁹ .
Bulgária	<ul style="list-style-type: none"> - A Bulgária transpõe a Directiva AAE através do Decreto de Protecção Ambiental 10 e da Portaria sobre os termos e condições para a realização da Avaliação Ambiental de Planos e Programas. - Determina que as informações recolhidas e as análises efectuadas durante a elaboração da avaliação ambiental de planos e programas, assim como o parecer das autoridades competentes, serão utilizadas na elaboração dos relatórios e na tomada de decisões da AIA para propostas de investimento de projectos listados nos Anexos n.º 1 e 2 do Decreto de Protecção Ambiental (correspondentes aos Anexos I e II da Directiva AIA). - O artigo 91, n.º 2 – Quando é necessário um plano urbano pormenorizado para um determinado projecto, o responsável pode solicitar ou a autoridade competente pode determinar que seja realizada apenas uma avaliação, a fim de evitar a sobreposição de ambas as avaliações.
Bélgica	<ul style="list-style-type: none"> - Nível federal: A Directiva da AAE foi transposta para a legislação federal pela Lei de 13 de Fevereiro de 2006, pelo Decreto-Real de 22 de Outubro de 2006, relativo à organização e ao funcionamento do “<i>Comité d’Avis</i>”, bem como pelo Decreto-Real de 5 de Junho de 2007, relativo à avaliação ambiental de planos e programas que são susceptíveis de ter efeitos significativos no ambiente num contexto transfronteiriço. Na região de Bruxelas e na região de Valónia existem disposições específicas relativas à Directiva AAE. - Quando um pedido de licenciamento se refere a um projecto situado no perímetro de um plano sujeito a AAE, a AIA pode restringir-se a aspectos específicos do projecto - por outras palavras, a aspectos que não tenham sido abrangidos pela avaliação ambiental realizada para o Plano. - Em Flandres (Região Norte da Bélgica) a AAE e a AIA são regulamentadas por dois títulos distintos que contém requisitos semelhantes mas não idênticos, relativos à avaliação dos efeitos ambientais e consulta pública.
Alemanha	<ul style="list-style-type: none"> - A regulamentação da AAE insere-se no Decreto da AIA, implementado na legislação nacional em 2005. Em 2004, a AAE foi implementada no ordenamento do território e desenvolvimento local (<i>Federal Building Code</i>). - Quando um plano territorial está sujeito a AAE, a AIA ao nível de licenciamento deve restringir-se a outros efeitos ambientais não contemplados na AAE. - Podem ocorrer sobreposições no caso de planos de desenvolvimento local que sejam preparados ou modificados para projectos de acordo com o Anexo II da Directiva AIA. O <i>Federal Building Code</i>, portanto, contém disposições para uma avaliação ambiental de planos de desenvolvimento local, que satisfaçam tanto os requisitos da Directiva AAE como os da AIA. - É possível combinar a AAE com outras avaliações para a determinação ou avaliação de impacto ambiental para evitar a duplicação de avaliação em casos específicos, por exemplo, se a preparação ou modificação de um plano e procedimento para aprovação de um projecto descrito no plano acontecer simultaneamente.
Eslovénia	<ul style="list-style-type: none"> - A Directiva AAE foi regulamentada pela Legislação de Protecção Ambiental e pelos seus regulamentos de execução: o Decreto relativo ao procedimento de AAE dos efeitos dos planos sobre o ambiente (n.º 73/2005) e o Decreto sobre o tipo de projectos para os quais a AIA é obrigatória (n.º 72/2007). - Apesar de ser reconhecido que a AAE poder ser útil para a AIA, verificou-se que, devido ao facto de a AAE poder ser utilizada no procedimento de AIA, existe o risco dos relatórios ambientais realizados ao abrigo da AAE e da AIA poderem ter o mesmo âmbito e nível de detalhe, especialmente no caso de projectos de infra-estruturas,

⁹ O Capítulo 2.1.2. apresenta uma análise da legislação nacional em matéria de Avaliação Ambiental Estratégica.

País	Transposição
	<p>sobrepondo-se entre si.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Regista que já existe uma tendência para aplicar a mesma metodologia, nos procedimentos da AAE e da AIA, bem como considerá-las erradamente como o mesmo tipo de instrumento, apenas aplicado a diferentes documentos. - A fusão das duas directivas numa única Directiva AAE-AIA não seria recomendado uma vez que poderia reforçar essa percepção errada.
Holanda	<ul style="list-style-type: none"> - A Directiva AAE foi transposta para a legislação Holandesa, através da Lei de Gestão Ambiental (Capítulo 7) e do Decreto de Avaliação de Impacte Ambiental (Jornal Oficial 336 e 388, respectivamente), em 28 de Setembro de 2006. - Os planos de zonamento (pormenor) podem ser sujeitos a AAE e AIA, ao mesmo tempo.
Áustria	<ul style="list-style-type: none"> - A Directiva AAE foi transposta por alteração à actual legislação e adopção de novos Decretos. - Apresenta legislação a nível federal e ao nível das Províncias. - Nível federal: Lei federal de gestão de resíduos, Lei Federal sobre avaliação estratégica no sector dos transportes, Lei Federal do ruído ambiental, Lei Federal sobre qualidade do ar, Lei federal sobre recursos hídricos. - Duas províncias já usaram um procedimento comum em matéria de esqui e golfe. Relatarem várias vantagens em termos de procedimentos e na gestão e coordenação, informação mútua e usos múltiplos dos dados, evitando a duplicação de avaliações.
Dinamarca	<ul style="list-style-type: none"> - A Directiva AAE foi transposta por um único Decreto-Lei n.º 316/2004, de 5 de Maio, relativo à Avaliação Ambiental de Planos e Programas, alterado pela Lei n.º 1398, de 22 de Outubro de 2007. - Ao realizar uma AIA de acordo com o Decreto do planeamento, a autarquia tem de fazer uma alteração ao plano municipal. Isto implica que os estudos de impacto ambiental também sejam documentos de planeamento. Por essa razão, cada AIA tem de ser, no mínimo, submetida a um processo de selecção de acordo com a AAE. Se o documento de planeamento sujeito a AIA também deve ser objecto de uma AAE, é possível conjugar os procedimentos num procedimento único, bem como as declarações de impacto num documento que cumpra os requisitos de AIA e AAE.
Luxemburgo	<ul style="list-style-type: none"> - A legislação nacional transpôs, quase literalmente, a Directiva da AAE, através da Lei de 30 de Abril de 2008. - Um especialista no Luxemburgo observou que, devido à pequena dimensão do país e à fácil coordenação entre as autoridades responsáveis, não se prevê a existência de problemas nesta matéria.
Lituânia	<ul style="list-style-type: none"> - A Directiva da AAE foi transposta pela incorporação das disposições existentes no quadro legal da República da Lituânia de Protecção Ambiental, nomeadamente no Diário Oficial n.º 5-75, de 21 de Janeiro de 1992, alterado pelo Diário Oficial n.º X-147, de 24 de Março de 2005, e Diário Oficial n.º 21-617, de 2004 (Lei de Ordenamento do Território). As exigências detalhadas da Directiva foram transpostas para outros regulamentos jurídicos. - Propõe a alteração da Directiva AAE para fornecer interligação clara entre a AAE e a AIA, ou para desenvolver uma directiva única de AIA/AAE de forma a facilitar a aplicação prática de ambas as directivas.
Eslováquia	<ul style="list-style-type: none"> - O quadro legislativo para a implementação da AAE na Eslováquia é formado pela Lei n.º 24/2006, de 1 de Fevereiro, sobre Avaliação de Impacte Ambiental cuja Parte II é referente à AAE, com alcance nacional / regional / local, e a parte IV, art. 42-43 é referente à avaliação de impacte transfronteiriço. - Observa que seria necessário maior apoio para a aplicação da AAE a nível nacional, através de capacitação em projectos, de forma a superar a falta de compreensão quanto às diferenças entre a AIA e AAE, que só resulta numa falta de qualidade da AAE.
Finlândia	A Directiva AAE foi transposta pela Lei n.º 200/2005 e pelo Decreto n.º 347/2005.
Polónia	<p>A Directiva AAE foi transposta pelo Decreto-Lei de Protecção Ambiental, de 2001.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Algumas disposições importantes do ponto de vista da execução da Directiva 2001/42 estão contidas em vários outros documentos legais, principalmente: Lei relativa ao Ordenamento do Território, de 2003, Lei relativa ao Plano Nacional de Desenvolvimento, de 2004, e Lei relativa aos Princípios da Política de Desenvolvimento,

País	Transposição
	de 2006.
Estónia	A Directiva AAE foi transposta pela Lei de Avaliação de Impacte Ambiental e Sistemas de Gestão Ambiental. A parte principal do regulamento entrou em vigor em Abril de 2005.
Letónia	A Directiva foi transposta por alterações à legislação relativa à AIA e pela Resolução de Conselho de Ministros n.º 157/2004, de 23 de Março relativa a " <i>Procedimentos para a avaliação estratégica do impacte ambiental</i> ".
Espanha	Lei n.º 9/2006, de 28 de Abril.
Hungria	A Directiva AAE foi transposta com base em alterações à Lei do Ambiente em 2004 e pelo Decreto do Governo n.º 2/2005, de 11 de Janeiro, relativo à avaliação ambiental de determinados planos e programas.
Malta	A Directiva foi transposta através do Aviso Legal n.º 418, de 2005.
Grécia	A Directiva foi transposta pela Decisão Ministerial Conjunta 107017/2006.
Chipre	A Directiva foi transposta pela Lei n.º 102/2005, de 29 de Julho.
Roménia	A Directiva foi transposta pela Decisão Governamental n.º 1076/2004.

De acordo com CE (2009), alguns consultores (nomeadamente de Espanha e da Lituânia) e um especialista de AAE sueco recomendam a necessidade de considerar a consolidação das Directivas AAE e AIA de forma a clarificar a sua inter-relação. Esta seria uma forma de assegurar maior coerência entre os dois documentos legislativos e de harmonizar as principais fases e elementos de AIA e AAE.

De uma forma geral, na maioria dos Estados-Membros, existem dois tipos distintos de legislação que regulamentam cada um dos procedimentos de AAE e AIA.

As principais áreas de risco de eventuais sobreposições identificadas pelos consultores dos diferentes Estados-Membros são (CE, 2009):

- O ordenamento do território, nomeadamente nos planos de pormenor.
- Os projectos de grandes infra-estruturas, em particular no domínio dos transportes e da electricidade.

O estabelecimento de procedimentos conjuntos entre a AAE e a AIA é uma solução que não tem tido muita receptividade por parte dos Estados-Membros. Ainda assim, alguns fundiram os dois procedimentos, principalmente no caso de planos locais e programas que determinam a utilização de pequenas áreas, principalmente de utilização dos solos / ordenamento do território. Tais procedimentos conjuntos são vistos como uma forma de poupar recursos (quer temporais, quer financeiros).

3. AAE DE PLANOS DE PORMENOR - CASOS DE ESTUDO

3.1. APRESENTAÇÕES DE CASOS PRÁTICOS DE AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA E ANÁLISE DAS METODOLOGIAS UTILIZADAS

Numa primeira abordagem foi desenvolvida uma análise ao caso prático relativo ao **relatório de justificação para a não realização de Avaliação Ambiental Estratégica da ampliação do Plano de Pormenor da Zona Industrial I de Cantanhede**. Este relatório justificativo foi analisado tendo em conta: o objecto, o objectivo do plano, as condicionantes existentes (Reserva Agrícola Nacional - RAN, Reserva Ecológica Nacional – REN e Rede Natura 2000, Posto de transformação e Distribuição, Património) e os Factores Ambientais.

A selecção dos casos práticos, relativos a Planos de Pormenor sujeitos a AAE, teve em consideração as seguintes condições:

- A sua **localização geográfica** (pretendia-se que a amostra fosse representativa de Portugal Continental): assim foi seleccionado um PP da Região Norte (concelho da Maia), outro da Região Centro (concelho de Mira) e outro da Região a Sul do Tejo (concelho de Sines).
- O seu **objecto** (pretendia-se que os Planos não fossem todos referentes ao mesmo objecto, para que a discussão pudesse ser mais abrangente): assim foi seleccionado um PP relativo a uma Zona de Urbanização, outro relativo a uma Zona Industrial, e outro relativo a uma Área de Utilização Turística.
- O seu **estado de elaboração** (uma vez que a AAE é muito recente no nosso país, não existiam AAE de PP finalizados, à data de início da presente investigação, pelo que a selecção dos casos práticos foi limitada): foram seleccionados dois Planos de Pormenor que se encontravam em fase avançada de elaboração – o PP da Cova do Lago e a proposta de alteração do PP da Zona Industrial de Mira (Pólo II) e ainda um PP que se encontrava em fase inicial de elaboração, o Plano de Pormenor da Zona a Nascente da Designada Urbanização do Lidador.

Neste contexto, os casos práticos seleccionados, utilizados para servirem de base à presente análise, foram:

- Avaliação Ambiental Estratégica do Plano de Pormenor da Zona a Nascente da Designada Urbanização do Lidador (adiante designado de PP-ZNDUL).
- Avaliação Ambiental Estratégica do Plano de Pormenor da Zona Industrial de Mira - Pólo I (adiante designado de PP-ZIM).
- Avaliação Ambiental Estratégica do Plano de Pormenor da Cova do Lago (adiante designado de PP-CL).

A análise dos diferentes casos práticos seleccionados teve como base o conteúdo de três documentos: o Relatório de Factores Críticos, o Relatório Ambiental e a Declaração Ambiental.

Cada um dos documentos referidos foi analisado tendo em consideração:

- **Relatório de Factores Críticos** – o Âmbito/Objecto, Objectivo, Metodologia (Questões Estratégicas - QE, Quadro de Referência Estratégico - QRE, Factores Ambientais - FA e FCD).
- **Relatório Ambiental** – Após a identificação da estrutura do Relatório Ambiental, procedeu-se a uma análise tendo em conta os efeitos significativos no ambiente decorrentes da aplicação do PP, assim como as alternativas (Oportunidades e Ameaças), as medidas destinadas a prevenir, reduzir e, tanto quanto possível, eliminar quaisquer efeitos significativos no ambiente resultante da aplicação do plano.
- **Declaração Ambiental** – a forma como as considerações ambientais e o relatório ambiental foram integrados no Plano de Pormenor e as razões que fundaram a aprovação do plano à luz de outras alternativas razoáveis abordadas durante a sua elaboração.

Salienta-se para o facto de não ter sido analisada a última fase da AAE, correspondente à fase de Execução e Monitorização. Tal situação deve-se ao facto dos planos em estudo ainda não terem alcançado essa fase de Avaliação Ambiental Estratégica. Como referido anteriormente, no Capítulo 2.3.1, esta fase procede à monitorização e pós-avaliação documentada dos efeitos do plano no ambiente.

3.1.1. RELATÓRIO INICIAL

a) Ampliação do Plano de Pormenor da Zona Industrial I de Cantanhede (Maio, 2008) - Relatório de justificação para a não realização de Avaliação Ambiental Estratégica

O **Objecto / âmbito** do presente relatório consiste na ampliação do PP da Zona Industrial I de Cantanhede.

A área em análise localiza-se a norte da área urbana da cidade de Cantanhede, na extremidade sul da zona industrial de Cantanhede e tem uma área de intervenção de cerca de 243 590 m².

De acordo com o relatório, *“trata-se de uma zona industrial a pensar no desenvolvimento local, rodeada de excelentes acessos viários, iluminação pública, estacionamento e zonas verdes, acrescida de um vasto conjunto de facilidades e incentivos que a autarquia concede a todos os potenciais investidores ou empresários, como é o caso da instalação das redes de água e esgotos, electricidade, gás canalizado e colaboração activa no recrutamento de pessoal”*.

De acordo com o relatório do plano, uma vez que a zona industrial apresenta bons acessos e qualidade ao nível das infra-estruturas, tem-se verificado uma pressão de ocupação crescente. Por outro lado, existe uma preocupação por parte do Município para que, em termos urbanísticos e de oferta industrial, seja uma área de excelência, não descurando o controle da qualidade urbanística da Zona Industrial, quer sob o ponto de vista arquitectónico dos edifícios aí instalados, quer sob o ponto de vista da inserção paisagística dos mesmos nos seus lotes e no espaço público circundante.

Esta pretensão da autarquia pretende ainda dotar de critérios de ocupação uniformes toda a zona industrial de Cantanhede, permitindo a instalação de actividades complementares à actividade industrial, respondendo de igual forma às incompatibilidades entre usos verificados no espaço residencial.

O relatório do plano apresenta como **objectivos da alteração ao PP da Zona Industrial I de Cantanhede (Ampliação)**:

- *“Possibilitar a instalação de actividades de recreio e lazer que, por produzirem níveis significativos de ruído, são incompatíveis com as áreas urbanas residenciais;*
- *Alterar o uso do lote destinado a equipamento e estacionamento para uso industrial, para o qual o estudo urbanístico elaborado destinou a construção de um edifício para instalação de estabelecimento de restauração e/ou misto (restauração e bebidas) e uma empresa de segurança, parque de estacionamento e zonas de recreio e lazer, uma vez que, com a construção do “Biocant - Park”, deixou de fazer sentido prever uma área afectada à restauração já que este complexo integra áreas afectadas a esse fim;*
- *Alterar a capacidade construtiva de alguns lotes de modo a permitir o aumento da área de implantação e de construção das unidades industriais, adequando a regulamentação dos usos com as necessidades locais e tendo em vista a sua integração nas valências da Zona Industrial de Cantanhede como um todo”.*

Do ponto de vista ambiental o relatório do plano refere que a zona de intervenção do plano “*não é afectada por nenhum foco de poluição, antes pelo contrário, constitui um exemplo de enquadramento ambiental das condições naturais da floresta, como é o caso do PRODEPE (Projecto de Sensibilização e Educação Florestal da População Escolar), com objectivos pedagógicos, ambientais e florestais, visando contribuir para o desenvolvimento da formação cívica dos jovens, inculcando-lhes conceitos, princípios, valores e atitudes que permitam uma utilização sustentável do ambiente florestal inserido na área de intervenção*”.

A área de intervenção não se encontra inserida na RAN, REN, não integra a Rede Nacional de Áreas Protegidas, Rede Natura 2000, através da classificação de Sítio ou Zona de Protecção Especial para Aves, nem possui qualquer outro tipo de classificação em matéria de conservação da natureza. Ao nível do património arquitectónico, não existe nenhum imóvel classificado na área

de intervenção. Esta zona é apenas condicionada pela existência de um Posto de Transformação e Distribuição e por uma Linha de Média Dimensão.

Ao nível da análise dos **factores ambientais** definidos pelo Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de Junho (Biodiversidade, População, Saúde humana, Fauna, Flora, Solo, Água, Atmosfera, Factores climáticos, Bens materiais, Património cultural – arquitectónico e arqueológico e Paisagem), o relatório refere que os objectivos do presente PP não irão conduzir à ocorrência de impactes significativos devido à abrangência reduzida da área de intervenção. O Plano salienta ainda que *“este plano apenas vem permitir actualizar as orientações estratégicas emanadas pelo PP em vigor”*.

O relatório considera que as alterações que o plano introduz relativamente ao PP são pequenas alterações de pormenor (apenas das ocupações e alinhamentos já definidos), não susceptíveis de gerar efeitos significativos no ambiente, aparentando não gerar projectos sujeitos a Avaliação de Impactes de acordo com o regime previsto na alínea a) do n.º 1 do art. 3.º do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de Junho. O relatório revela que o *“aumento da área bruta de construção proposta é pontual, e sempre justificada pela área de construção permitida para a restante zona industrial, quer através do Plano de Urbanização da cidade de Cantanhede, quer pelas unidades industriais já edificadas, logo o aumento não vai criar nenhum impacto negativo para o ambiente”*.

A Câmara Municipal reforça ainda que os processos de licenciamento a aprovação passam por uma análise do estrito cumprimento das normas legais aplicáveis, nomeadamente, o cumprimento das normas legais ambientais a que as actividades estão sujeitas.

3.1.2. RELATÓRIO DE FACTORES CRÍTICOS

a) Avaliação Ambiental Estratégica ao Plano de Pormenor da Zona a Nascente da Designada Urbanização do Lidador (Outubro, 2008) – Relatório de Factores Críticos

Âmbito/Objecto

O Plano de Pormenor da Zona a Nascente da Designada Urbanização do Lidador, objecto da AAE, localiza-se no limite Oeste do concelho da Maia, na divisão territorial de duas freguesias: Moreira e Vila Nova da Telha.

De acordo com o descrito no RFC, o Plano de Pormenor da Zona a Nascente da Designada Urbanização do Lidador, apresenta uma área com cerca de 34,4 hectares, e tem como limites a Urbanização do Lidador a Norte e Poente, a EN13 a Nascente e a Rua Cruz das Guardieiras a Sul. Esta área foi delimitada com base na UOPG constante na Planta de Ordenamento do PDM em vigor, correspondente ao “Plano de Pormenor da Cruz das Guardieiras” com aproximadamente 33,1 ha.

Objectivo

De acordo com o RFC, a implementação do Plano de Pormenor da Zona a Nascente da Designada Urbanização do Lidador tem por objectivos e princípios orientadores *“o desenvolvimento de uma área desportiva que fomente a atractividade da população para a integração de uma zona com potencial de crescimento, onde se proceda à complementaridade entre um pólo urbano e um pólo industrial em desenvolvimento que conjuntamente apresentam um papel importante no contexto do futuro sistema urbano na Cidade da Maia”*.

O Relatório acrescenta ainda que *“a implementação do Plano de Pormenor da Zona a Nascente da Designada Urbanização do Lidador terá um papel importante como um elemento estruturante numa futura conjuntura urbanística que se implementará nos próximos anos na Cidade da Maia”*.

Metodologia

A metodologia utilizada para a presente AAE seguiu o estipulado no Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de Junho, e no *“Guia de Boas Práticas para Avaliação Ambiental Estratégica – Orientações Metodológicas”* da autoria de Maria do Rosário Partidário (2007).

Assim, numa primeira fase, o RFC define as **directrizes estratégicas** do Plano de Pormenor da Zona a Nascente da Designada Urbanização do Lidador:

- **“Modelo Territorial**, assenta em três sectores principais – *Actividade Económica, a Estrutura Territorial e as Acessibilidades, a partir dos quais se apresenta um conjunto de objectivos estruturantes, a atingir em matéria de desenvolvimento sustentável económico e social, e de ocupação harmoniosa do território;*
- **Ambiente Urbano**, na melhoria da qualidade de vida das populações, nas suas múltiplas componentes ambientais, ecológicas, funcionais, formais e estéticas, assentando num modo de fazer cidade em que os espaços abertos públicos, locais privilegiados de encontro, recreio e cultura e com elevada importância na qualificação ecológica e ambiental do espaço urbano, são encarados como instrumentos de planeamento territorial;
- **Ordenamento Paisagístico peri-urbano e dos espaços rurais**, através da promoção da biodiversidade e na revitalização ecológica do território concelhio, valorizando os ciclos naturais, protegendo as áreas de elevada sensibilidade, e valorizar a paisagem cultural”.

O Relatório refere ainda que as linhas estratégicas definidas para o PP estão enquadradas nos objectivos estratégicos definidos para o próprio município.

O RFC considerou como instrumentos fundamentais a serem incluídos no **QRE**, os seguintes:

- Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável
- Plano Nacional de Alterações Climáticas
- Programa Nacional da Política e Ordenamento do Território
- Quadro de Referência Estratégico Nacional

- Plano Regional de Ordenamento do Território para a Região Norte
- Plano Estratégico de Abastecimento de Água e de Saneamento de Águas Residuais
- Programa Nacional de Requalificação Urbana e Valorização Ambiental das Cidades

No presente RFC, todos os **factores ambientais** estabelecidos pelo Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de Junho foram considerados relevantes.

Mediante a incidência no objecto de avaliação, os **Factores Críticos de Decisão** definidos foram:

1. Ordenamento do Território
2. Potencial Humano
3. Qualidade do Ambiente Urbano
4. Paisagem e Recursos Naturais
5. Saúde Humana

Definidos os FCD, o Relatório apresentou os critérios de avaliação por FCD, respectivos objectivos de sustentabilidade e indicadores de avaliação, que serão analisados e avaliados aquando da elaboração do Relatório Ambiental.

b) Avaliação Ambiental Estratégica da proposta de alteração do Plano de Pormenor da Zona Industrial de Mira – Pólo II (Setembro, 2008) - Relatório de Factores Críticos

Âmbito/Objecto

A proposta de alteração do PP da Zona Industrial de Mira – Pólo II constitui o objecto de avaliação. A área territorial abrangida pelo presente PP em análise localiza-se a Norte/Nascente do concelho de Mira, na freguesia do Seixo.

De acordo com o RFC, *“Devido à total ocupação dos lotes existentes na Zona Industrial de Mira (vulgarmente designado por Pólo I – Portaria n.º 655/93, de 10 de Julho), às enormes pressões de ocupação que se fazem sentir nesta mesma zona, aos compromissos assumidos aquando da aprovação do Plano de Pormenor da Zona Industrial de Mira – Pólo II (Declaração n.º 264/2001, de 3 de Setembro), a área industrial que agora se propõe corresponde ao conjunto formado pela área de intervenção do **Plano de Pormenor da Zona Industrial de Mira – Pólo II e por alguns terrenos públicos e particulares** que foram adquiridos pela Câmara Municipal de Mira”.*

O Relatório acrescenta ainda que *“a presente proposta de alteração do PP–ZIM surgiu da necessidade de definir propostas de organização espacial do PP da Zona Industrial de Mira – Pólo II (já aprovado), proporcionando a ampliação, alteração e melhor adequação das regras e orientações no que se refere à ocupação e ao uso do solo dentro dos limites da área de intervenção”.*

Apesar desta fase corresponder apenas a uma pequena alteração da área submetida ao PP aprovado, o estudo da AAE incidirá sobre a totalidade da área correspondente à Zona Industrial de Mira – Pólo II (Quadro 12).

Quadro 12 – Área total afectada à alteração do PP da Zona Industrial de Mira – Pólo II

Área do PP Aprovado	Área Ampliação	Área Total da presente proposta de alteração do PP
18,60 ha	6,36 ha	24,96 ha

Objectivo

O RFC refere que, de forma a colmatar a falta de espaço industrial, e de forma a dar resposta às solicitações de instalação/ampliação/alteração, *“a presente proposta de alteração do PP-ZIM propõe um aumento da área industrial que se destinará à instalação de mais unidades industriais, de unidades de apoio, de infra-estruturas necessárias, de um aumento da área de lotes disponíveis e das respectivas áreas tampão de todas as áreas propostas. Com este aumento, a Zona Industrial de Mira – Pólo II passará de 38 para 51 lotes, dos quais 48 terão como uso Indústria/Serviços/Armazém e os restantes três servirão como equipamentos de apoio aos restantes lotes existentes”*.

Metodologia

A metodologia utilizada no RFC do PP da Zona Industrial seguiu as linhas de orientação presentes no “Guia de Boas Práticas para Avaliação Ambiental Estratégica”, da autoria de Maria do Rosário Partidário (2007), e nos documentos de Apoio sobre “Avaliação Ambiental Estratégica dos Planos Municipais de Ordenamento do Território”, elaborados pela Direcção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano (2008).

De acordo com o descrito no RFC, a proposta de alteração do PP-ZIM apresenta como principais

Objectivos Estratégicos:

1. *“Dotar o concelho de parques industriais que permitam estabelecer relações de complementaridade entre actividades, proporcionando sinergias de crescimento económico.*
2. *Reduzir a pressão de ocupação.*
3. *Diversificar a base produtiva do concelho com vista à fixação da população.*
4. *Proporcionar melhores perspectivas de emprego e pluriactividade.*
5. *Albergar algumas indústrias que actualmente se localizam nos centros urbanos do concelho, e que possuem algumas condicionantes ao nível das acessibilidades”*.

O RFC definiu como **Quadro de Referência Estratégico** relevante para a AAE do PP da Zona Industrial os seguintes instrumentos:

- Programa Nacional de Política de Ordenamento do Território
- Plano Nacional de Alterações Climáticas
- Plano Nacional da Água
- Plano Nacional de Acção Ambiente e Saúde
- Plano Estratégico de Abastecimento de Água e de Saneamento de Águas Residuais II
- Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável
- Proposta para a Estratégia de Protecção dos Solos
- Plano Rodoviário Nacional
- Programa Nacional para o Uso Eficiente da Água
- Plano Regional de Ordenamento do Território do Centro
- Plano Bacia Hidrográfica do Rio Vouga
- Plano Regional de Ordenamento Florestal do Centro Litoral
- Plano Municipal de Defesa da Floresta e Combate a Incêndio de Mira
- Plano Director Municipal de Mira

Os **Factores Ambientais** considerados relevantes para a análise da implementação da proposta de implementação do PP-ZIM foram, de acordo com o estipulado no Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de Junho, a Atmosfera, a Água, o Solo, a Paisagem, os Bens Materiais, a População e a Saúde Humana.

Da integração do QRE com os objectivos estratégicos e com os respectivos factores ambientais considerados relevantes resultaram os **Factores Críticos de Decisão**:

- Ordenamento do Território, Competitividade e Desenvolvimento Regional
- Qualidade Ambiental
- Riscos Ambientais

Definidos os FCD, o Relatório apresenta, para cada um dos FCD definidos, os respectivos domínios de avaliação, objectivos de sustentabilidade e os indicadores, que auxiliam o nível de pormenorização da análise que se pretende realizar.

c) Avaliação Ambiental Estratégica do Plano de Pormenor da Cova do Lago (Setembro, 2008) – Relatório de Factores Críticos

Âmbito/Objecto

O Plano de Pormenor da Cova do Lago constitui o objecto de avaliação.

Objectivos

De acordo com o RFC, o PP da Cova do Lago decorre do principal objectivo do Plano, “*a viabilização e implementação de empreendimentos turísticos adjacente à Praia Norte de Sines, melhorando e diversificando a oferta dos serviços turísticos do Concelho de Sines*”.

Metodologia

A metodologia utilizada para a presente AAE seguiu o estipulado no Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de Junho, e no “Guia de Boas Práticas para Avaliação Ambiental Estratégica – Orientações Metodológicas” da autoria de Maria do Rosário Partidário (2007).

O RFC define como **objectivo específico** do Plano a “*Viabilização e implementação de empreendimentos turísticos adjacentes à praia norte de Sines, melhorando e diversificando a oferta dos serviços turísticos do concelho de Sines*”, e como **questões estratégicas** de acções a desenvolver, a:

- Oferta de diversidade turística (Hotéis, Aldeamento turístico, Club house/restaurante de luxo)
- Construção de rede viária
- Preservação do ambiente e paisagem rural
- Implantação de equipamentos complementares ao turismo e amplos espaços verdes
- Aproveitamento do sistema de vistas e integração no espaço rural

Os **instrumentos de planeamento** (que compõem o QRE) seleccionados para efeitos da avaliação do PP da Cova do Lago, foram:

- Plano Estratégico Nacional do Turismo
- Plano Regional de Ordenamento do Território do Alentejo Litoral
- Plano de Ordenamento da Orla Costeira de Sado a Sines
- Plano Director Municipal de Sines
- Regulamento Geral do Ruído

Os **factores ambientais** considerados relevantes para a avaliação em causa, foram a biodiversidade, a população, a saúde humana, a fauna, a flora, o solo, a água, os bens materiais e a paisagem.

Os **factores críticos de decisão** considerados para a análise do PP da Cova do Lago, que resultaram da análise integrada do Quadro de Referência, das Questões Estratégicas e dos Factores Ambientais, e que “cobrem todos os impactes resultantes do PP-CL” foram: a Sócio-Economia, os Recursos Hídricos, o Solo, a Biodiversidade, Fauna e Flora, a Paisagem e o Ruído (em sede de Relatório Ambiental foram ainda considerados dois FCD: os riscos naturais e tecnológicos e os Resíduos).

De seguida, de forma a sintetizar a informação referida anteriormente, apresentam-se **quadros resumo comparativos** dos diferentes casos de estudo, no que respeita ao Objecto de Avaliação, Objectivos Estratégicos, Quadro de Referência Estratégico, Factores Ambientais e Factores Críticos de Decisão.

Assim, relativamente ao **Objecto de Avaliação**, a AAE deve ter como base uma definição clara do seu objecto de avaliação, que se deve naturalmente identificar com os objectivos estratégicos considerados no processo de planeamento (Partidário, 2007). O quadro seguinte identifica o objecto definido para cada caso de estudo analisado.

Quadro 13 - Objecto definido em cada caso de estudo analisado

Caso de Estudo	Objecto de Avaliação
PP-ZNDUL	O Plano de Pormenor da Zona a Nascente da Designada Urbanização do Lidador, é o objecto da AAE.
PP-ZIM	A Proposta de alteração do PP da Zona Industrial de Mira – Pólo II constitui o objecto de avaliação.
PP-CL	O Plano de Pormenor da Cova do Lago constitui o objecto de avaliação.

Os objectos de estudo dos Planos de Pormenor em análise apresentam diferenças claras: um é relativo à zona a nascente da Urbanização do Lidador, outro relaciona-se com a Zona Industrial de Mira (Pólo II), e o outro diz respeito ao empreendimento turístico da Cova do Lago.

A identificação dos **Objectivos Estratégicos** deve ser desenvolvida no processo de elaboração/alteração/revisão de Planos de Pormenor, com base nas especificidades da área territorial abrangida pelo PP, assim como nos termos de referência que fundamentaram a elaboração do Plano.

O quadro seguinte identifica os objectivos estratégicos definidos para cada caso de estudo.

Quadro 14 - Objectivos Estratégicos definidos em cada caso de estudo

Casos de Estudo	Objectivos Estratégicos
PP-ZNDUL	<ul style="list-style-type: none"> • Modelo Territorial, assenta em três sectores principais – Actividade Económica, a Estrutura Territorial e as Acessibilidades, a partir dos quais se apresenta um conjunto de objectivos estruturantes, a atingir em matéria de desenvolvimento sustentável económico e social, e de ocupação harmoniosa do território • Ambiente Urbano, na melhoria da qualidade de vida das populações, nas suas múltiplas componentes ambientais, ecológicas, funcionais, formais e estéticas, assentando num modo de fazer cidade em que os espaços abertos públicos, locais privilegiados de encontro, recreio e cultura e com elevada importância na qualificação ecológica e ambiental do espaço urbano, são encarados como instrumentos de planeamento territorial • Ordenamento Paisagístico peri-urbano e dos espaços rurais, através da promoção da biodiversidade e na revitalização ecológica do território concelhio, valorizando os ciclos naturais, protegendo as áreas de elevada sensibilidade, e valorizar a paisagem cultural
PP-ZIM	<ul style="list-style-type: none"> • Dotar o concelho de parques industriais que permitam estabelecer relações de complementaridade entre actividades, proporcionando sinergias de crescimento económico • Reduzir a pressão de ocupação • Diversificar a base produtiva do concelho com vista à fixação da população • Proporcionar melhores perspectivas de emprego e pluriactividade • Albergar algumas indústrias que actualmente se localizam nos centros urbanos do concelho, e que possuem algumas condicionantes ao nível das acessibilidades
PP-CL	<ul style="list-style-type: none"> • Oferta de diversidade turística (Hotéis, Aldeamento turístico, Club house/restaurante de luxo) • Construção de rede viária • Preservação do ambiente e paisagem rural • Implantação de equipamentos complementares ao turismo e amplos espaços verdes • Aproveitamento do sistema de vistas e integração no espaço rural

Os objectivos estratégicos definidos no âmbito de cada um dos casos de estudo relacionam-se directamente com cada um dos objectos.

A construção do **Quadro de Referência Estratégico** relativo a outros planos/programas com os quais o Plano de Pormenor se deva compatibilizar desenvolve-se com base nos objectivos do PP e na informação base recolhida através de estudos de caracterização e diagnóstico (relativo ao estado de ordenamento do território municipal) e estudos sectoriais (DGOTDU, 2008). A construção do QRE deverá ter em consideração as características ambientais e de ordenamento do território locais, assim como os objectivos de protecção existentes na área de intervenção do Plano.

Neste sentido, o Quadro de Referência Estratégico adoptado é diferente, dependendo do âmbito e dos objectivos inerentes a cada um dos Planos de Pormenor em análise.

O Quadro 15 apresenta o QRE definido para cada caso de estudo.

Quadro 15 - Quadro de Referência Estratégico definido em cada caso de estudo

Âmbito	QRE	PP-ZNDUL	PP-ZIM	PP-CL
Nacional	Programa Nacional de Política de Ordenamento do Território	X	X	
	Plano Nacional de Alterações Climáticas	X	X	
	Plano Nacional da Água		X	
	Plano Nacional de Acção Ambiente e Saúde		X	
	Plano Estratégico de Abastecimento de Água e de Saneamento de Águas Residuais II	X	X	
	Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável	X	X	
	Quadro de Referência Estratégico Nacional	X		
	Proposta para a Estratégia de Protecção dos Solos		X	
	Plano Rodoviário Nacional		X	
	Programa Nacional para o Uso Eficiente da Água		X	
	Plano Bacia Hidrográfica do Rio Vouga		X	
	Plano Estratégico Nacional do Turismo			X
	Programa Nacional de Requalificação Urbana e Valorização Ambiental das Cidades (Programa Polis)	X		
	Plano de Ordenamento da Orla Costeira de Sado a Sines			X
	Regulamento Geral do Ruído			X
Regional	Plano Regional de Ordenamento do Território do Centro		X	
	Plano Regional de Ordenamento do Território para a Região Norte	X		
	Plano Regional de Ordenamento do Território do Alentejo Litoral			X
	Plano Regional de Ordenamento Florestal do Centro Litoral		X	
Municipal	Plano Municipal de Defesa da Floresta e Combate a Incêndio de Mira		X	
	Plano Director Municipal de Sines			X
	Plano Director Municipal de Mira		X	

A selecção dos instrumentos que constituem o QRE, para cada um dos casos de estudo analisados, é efectuada tendo como base o objecto específico associado a cada um deles. Assim, considerando que os casos de estudo são Instrumentos de Gestão Territorial, os instrumentos relacionados com o ordenamento do território encontram-se expressos nos seus Quadros de Referência Estratégicos.

Relativamente ao PP-ZIM, sendo um plano relativo a uma Zona Industrial, os instrumentos definidos relacionam-se com os de cariz ambiental, considerando os potenciais impactes ambientais que podem surgir com a execução do plano, nomeadamente os relativos aos factores água, ar e solos.

Por outro lado, o PP-ZNDUL, referente a uma urbanização, apresenta alguns instrumentos de carácter ambiental e outros relacionados com o ordenamento e planeamento urbano. Refira-se, no entanto, a ausência do PDM de Matosinhos no QRE definido pelo PP-ZNDUL.

No caso do PP da Cova do Lago, os instrumentos definidos no QRE estão relacionados com os planos de ordenamento e do sector do turismo.

No que respeita aos **Factores Ambientais** definidos como relevantes, estes devem ser ajustados a cada caso específico, em função da escala de avaliação e da sua relevância. No caso dos

Planos de Pormenor (DGOTDU, 2007), a identificação dos factores ambientais relevantes deverá ser selectiva, focada no contexto e no objectivo específico de intervenção do Plano.

A abordagem a adoptar nesta fase depende do tipo de Plano, pelo que o ajustamento dos factores ambientais efectuado para cada caso de estudo foi naturalmente diferente. Esta fase de selecção dos factores ambientais é fundamental para o desenvolvimento do processo de AAE.

O Quadro 16 identifica os Factores Ambientais definidos para cada caso de estudo.

Quadro 16 - Factores Ambientais definidos em cada caso de estudo

FA	PP-ZNDUL	PP-ZIM	PP-CL
Biodiversidade	X		X
População	X	X	X
Saúde Humana	X	X	X
Fauna	X		X
Flora	X		X
Solo	X	X	X
Água	X	X	X
Atmosfera	X	X	
Factores Climáticos	X		
Bens materiais	X	X	X
Património cultural	X		
Paisagem	X	X	X

Nos casos de estudo analisados, os factores ambientais foram definidos tendo como base o objecto de cada PP em análise e as especificidades territoriais das áreas de intervenção correspondentes.

O Quadro 16 permite constatar que, no PP-ZNDUL, cujo objecto se refere a uma urbanização, foram considerados todos os FA (constantes no Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de Junho).

Por outro lado, o PP-ZIM, relativo a uma zona industrial, não teve em consideração os factores ambientais relacionados com a biodiversidade, a fauna e a flora, assim como não foram considerados os factores climáticos e o património.

Relativamente ao PP-CL, não foram considerados os seguintes factores ambientais: a atmosfera, os factores climáticos nem o património.

Os **Factores Críticos de Decisão** correspondem aos temas fundamentais que deverão ser analisados na Avaliação Ambiental Estratégica, uma vez que *“identificam os aspectos que devem ser considerados pela decisão na concepção da sua estratégia e das acções que a implementam, para melhor satisfazer os objectivos ambientais e um futuro mais sustentável”* (Partidário, 2007). Resultam da integração dos seguintes elementos: Quadro de Referência Estratégico, Objectivos Estratégicos e Factores Ambientais.

O Quadro 17 apresenta os FCD definidos para cada caso de estudo.

Quadro 17 - FCD definidos em cada caso de estudo

FCD	PP-ZNDUL	PP-ZIM	PP-CL
Ordenamento do Território	X		
Potencial Humano	X		
Qualidade do Ambiente Urbano	X		
Paisagem e Recursos Naturais	X		
Saúde Humana	X		
Ordenamento do Território, Competitividade e Desenvolvimento Regional		X	
Qualidade Ambiental		X	
Riscos Ambientais		X	
Sócio-Economia			X
Recursos Hídricos			X
Solo			X
Biodiversidade			X
Fauna			X
Flora			X
Paisagem			X
Ruído			X
Riscos naturais e tecnológicos			*
Resíduos			

* - Definidos em sede de Relatório Ambiental

A análise da tabela anterior permite constatar que os FCD definidos no Plano de Pormenor da Cova do Lago são muito semelhantes aos descritores ambientais utilizados no procedimento de Avaliação de Impacte Ambiental.

No que respeita aos **documentos de referência** existentes (legislação nacional e guias de orientação), à data de elaboração das AAE, constata-se que todos os casos de estudo analisados tiveram como base o Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de Junho, assim como o Guia de Boas Práticas para Avaliação Ambiental Estratégica (Partidário, 2007).

O Quadro 18 apresenta os documentos de referência utilizados em cada caso de estudo.

Quadro 18 - Documentos de referência utilizados em cada caso de estudo

Documentos de referência	PP-ZNDUL		PP-ZIM		PP-CL	
	RFC Out.08	RA ¹⁰ Nov.09	RFC Set.08	RA Nov.08	RFC Set.08	RA Set.08
Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de Junho	X	X	X	X	X	X
Guia de Boas Práticas para Avaliação Ambiental Estratégica (Partidário, Outubro de 2007)	X	X	X	X	X	X
Guia da Avaliação Ambiental dos Planos Municipais de Ordenamento do Território (DGOTDU, Novembro de 2008)		X		X		

A análise do quadro anterior permite verificar que, de uma forma geral, todos os relatórios tiveram como base a legislação nacional.

¹⁰ Em fase de elaboração.

Por outro lado, todos os relatórios decorrentes da AAE, posteriores à publicação do Guia de Avaliação Ambiental dos Planos Municipais de Ordenamento do Território (DGOTDU, 2008), utilizaram este guia como referência (Relatório Ambiental do PP-ZIM e do PP-ZNDUL).

O facto do PP da Cova do Lago ter sido elaborado numa fase anterior à publicação do guia da DGOTDU (2008), poderá constituir a explicação para o facto desta AAE se apresentar muito semelhante à avaliação que normalmente é desenvolvida nos processos de Avaliação de Impacte Ambiental (quer ao nível dos descritores ambientais, quer da metodologia de avaliação dos próprios impactes ambientais).

3.1.3. RELATÓRIO AMBIENTAL

a) Avaliação Ambiental Estratégica ao Plano de Pormenor da Zona a Nascente da Designada Urbanização do Lidador (Novembro, 2009)– Relatório Ambiental

No que respeita ao Relatório Ambiental do PP-ZNDUL salienta-se para o facto de, à data de conclusão da presente investigação, o relatório ainda se encontrar em fase de elaboração, pelo que não poderá ser objecto de análise.

No entanto, pode ser referido que a metodologia apresentada no Relatório Ambiental do Plano de Pormenor da Zona a Nascente da designada Urbanização do Lidador assegura o cumprimento do estipulado no Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de Junho, tendo sido baseada no “Guia de Boas Práticas para Avaliação Ambiental Estratégica – Orientações Metodológicas” (Partidário, 2007).

O Relatório Ambiental apresenta a seguinte estrutura:

- Introdução
- Avaliação Ambiental Estratégica (Objectivos do Plano e Metodologia adoptada)
- Objecto de avaliação (Enquadramento do PP-ZNDUL e Articulação dos objectivos do Plano de Pormenor com o Plano Director Municipal da Maia)
- Caracterização da Situação de Referência
- Factores Críticos para a Decisão
- Efeitos significativos e alternativas
- Implementação e Monitorização

Neste sentido, pode aferir-se que o Relatório Ambiental do Plano de Pormenor da Zona a Nascente da designada Urbanização do Lidador segue, de uma forma genérica, o modelo de estrutura do Relatório Ambiental proposto pela DGOTDU (2008).

b) Avaliação Ambiental Estratégica da proposta de alteração do Plano de Pormenor da Zona Industrial de Mira – Pólo II (Novembro, 2008) – Relatório Ambiental

O Relatório Ambiental da proposta de alteração do Plano de Pormenor da Zona Industrial de Mira – Pólo II refere o facto da integração de aspectos que visam garantir a sustentabilidade ambiental do PP-ZIM se efectuar essencialmente numa fase avançada da AAE, após análise dos efeitos esperados sobre a concretização das opções do Plano, através da indicação de directrizes de seguimento e da especificação de medidas e acções que integram o Plano de Controlo no Relatório Ambiental em virtude de o seu objecto de análise se encontrar em fase avançada de elaboração.

Estrutura

Em termos estruturais, o Relatório Ambiental da proposta de alteração do PP-ZIM apresenta-se da seguinte forma:

- Introdução
- Objecto de Avaliação e Enquadramento da Proposta de Alteração do Plano (objecto de Avaliação e Enquadramento para a Avaliação Ambiental Estratégica da proposta de alteração do Plano de Pormenor da Zona Industrial de Mira – Pólo II)
- Metodologia da Avaliação Ambiental
- Consulta Pública
- Análise e Avaliação Estratégica por Factor Crítico para a Decisão
- Quadro de Governança para a Acção
- Plano de Controlo
- Participação Pública

A este nível, constata-se que o Relatório Ambiental do PP-ZIM segue, de uma forma genérica, o modelo de estrutura do Relatório Ambiental proposto pela DGOTDU (2008).

Efeitos esperados significativos no ambiente decorrentes da aplicação do PP, Oportunidades e Ameaças identificadas para cada um dos factores críticos de decisão considerados

No que diz respeito ao FCD - **Ordenamento do Território, Desenvolvimento Regional e Competitividade**, o Relatório Ambiental refere a existência de uma forte correlação entre os objectivos estratégicos da proposta de alteração do PP-ZIM e este FCD, uma vez que se pretende dotar o concelho de parques industriais que irão contribuir para reduzir a pressão de ocupação desta actividade no território em causa e ainda diversificar a base produtiva do concelho, permitindo uma maior fixação da população activa através da criação de novas perspectivas de emprego. Salienta para o facto de que a realocização de *“algumas indústrias que actualmente se*

localizam nos centros urbanos vem ainda reforçar o contributo positivo que estes objectivos encerram para a promoção dos indicadores definidos para o FCD Ordenamento do Território, Desenvolvimento Regional e Competitividade, uma vez que se verifica que a maioria dos indicadores terá uma evolução positiva com a implementação do PP-ZIM'.

Relativamente ao FCD - **Qualidade Ambiental**, o Relatório Ambiental do PP-ZIM refere que, ao nível do Objectivo Estratégico *“Dotar o concelho de parques industriais que permitam estabelecer relações de complementaridade entre actividades, proporcionando sinergias de crescimento económico”*, é previsível que a criação de parques industriais possa *“promover um aumento da produção de resíduos, aumento dos níveis de ruído, assim como aumento da emissão de poluentes para a atmosfera (como consequência da laboração das indústrias e do tráfego existente), aumento nos consumos de água e de energia, e, devido às acções inerentes à sua implementação, poderão ainda ocorrer situações relacionadas com a contaminação da qualidade da água superficial e subterrânea”*. No entanto, salienta para o facto de que todas as questões referidas poderão ser precavidas com a adopção de medidas preventivas e de minimização.

Salienta ainda que a implementação das actividades industriais obrigará à implementação de infra-estruturas básicas de suporte adicionais (ao nível da água para consumo humano e das águas residuais), para um pleno funcionamento da zona industrial como um todo, isto apesar de já existirem algumas infra-estruturas implementadas.

Ao nível do Objectivo Estratégico *“Albergar algumas indústrias que actualmente se localizam nos centros urbanos do concelho, e que possuem algumas condicionantes ao nível das acessibilidades”*, o relatório salienta a importância da deslocalização de algumas indústrias do centro urbano para áreas industriais, contribuindo, de um modo geral, para a diminuição da população afectada pelos níveis de ruído.

O Relatório Ambiental do PP-ZIM refere ainda que, *“apesar das questões ambientais, inerentes aos indicadores definidos, não estarem previstas nos objectivos estratégicos da proposta de alteração do PP-ZIM, elas estão presentes na proposta de Regulamento, quando este prevê a obrigatoriedade de implementação de Sistemas de Despoluição (Secção V, artigo 20º, da Proposta de Regulamento)”*.

No que diz respeito ao FCD - **Riscos Ambientais**, o Relatório Ambiental salienta que, *“embora os riscos ambientais não estejam consagrados em nenhum dos objectivos estratégicos da proposta de alteração do PP-ZIM, estes são inerentes às actividades a implantar naquele território em função das características intrínsecas do mesmo”*. O Regulamento da proposta de alteração contempla, no entanto, a prevenção de situações de risco quando refere que *“As empresas a instalar na área de intervenção no Plano de Pormenor ficam sujeitas às regras disciplinadoras do exercício da actividade industrial como se encontram definidas na legislação em vigor e que têm por objectivos a prevenção dos riscos e inconvenientes resultantes da laboração dos estabelecimentos industriais, tendo em vista a salvaguarda da saúde pública e dos trabalhadores,*

a segurança de pessoas e bens, a higiene e segurança nos locais de trabalho, o correcto ordenamento do território e a qualidade do ambiente.”.

Com o intuito de perceber de que forma a presente alteração poderá ter impactes nos Factores Críticos de Decisão definidos, apresenta-se o quadro seguinte, onde são apresentadas as principais ameaças e oportunidades que dele poderão advir, identificadas no Relatório Ambiental.

Quadro 19 - Oportunidades e ameaças da proposta de alteração do PP-ZIM no que respeita aos FCD definidos (adaptado do RA do PP-ZIM, 2008)

Oportunidades	Ameaças
Ordenamento do Território, Desenvolvimento Regional e Competitividade	
<ul style="list-style-type: none"> • Aumento da competitividade e produtividade • Racionalização e qualificação dos espaços para implantação e desenvolvimento da actividade empresarial e industrial • Incentivo à deslocalização de unidades industriais inseridas em espaço urbano • Dinamização do tecido empresarial e industrial • Exploração do potencial de localização empresarial representado pela proximidade do nó de acesso à auto-estrada 	<ul style="list-style-type: none"> • Inutilização de solos classificados e integrados na Reserva Agrícola Nacional • Aumento do Volume de Tráfego de Pesados • Impactos ambientais causados pela implantação de novas unidades empresariais • Impactes paisagísticos na área envolvente
Qualidade Ambiental	
<ul style="list-style-type: none"> • Solos não sujeitos a impermeabilização poderão ser objecto de jardinagem e arborização, constituindo áreas verdes de lazer • Não serão viabilizadas alterações de fundo no terreno • Aposta na criação de indústrias não poluentes e de pequena e média dimensão • Parte da área proposta pela alteração já se encontra infraestruturada 	<ul style="list-style-type: none"> • Proximidade a redes de drenagem e pequenos cursos de água • Possível afectação dos recursos hídricos • Aumento da produção de resíduos • Aumento da produção de efluentes domésticos e industriais • Aumento do consumo de água e de energia • Possível aumento dos níveis de ruído • Possível emissão de poluentes para a atmosfera • Aumento do tráfego rodoviário • Possível contaminação dos solos • Mobilização dos solos • Impermeabilização dos solos • Possibilidade de contaminação da Zona Vulnerável de Mira • Utilização do Aquífero do Cretácico para consumo
Riscos Ambientais	
<ul style="list-style-type: none"> • Criação de novos pólos de desenvolvimento económico com um aumento da competitividade do concelho • Criação de novas oportunidades de emprego, com consequente melhoria da qualidade de vida • Diversificação e promoção do tecido empresarial • Reordenamento do território por alocação de indústrias e actividades que se localizavam na malha urbana 	<ul style="list-style-type: none"> • Mobilização dos solos face à implementação de novos projectos • Risco de incêndio florestal e sobre património edificado por acção antrópica • Perda da capacidade de sumidouro de carbono por destruição da floresta • Risco de derrame e explosão em consequência das actividades a instalar na zona industrial e da gestão das mesmas

No relatório ambiental da proposta de alteração do PP-ZIM, foi desenvolvido o **quadro de governança para a acção**, considerado como “*fundamental para o sucesso da alteração do PP-*

ZIM, uma vez que identifica as responsabilidades institucionais dos vários intervenientes na AAE, em todo o processo de implementação do próprio Plano”.

Neste quadro de governança identificaram-se as entidades e os agentes que se consideraram ter um papel primordial na operacionalização, monitorização e gestão das acções previstas na futura alteração do PP-ZIM, auferindo-lhe os conceitos de sustentabilidade ambiental e territorial.

Medidas destinadas a prevenir, reduzir e, tanto quanto possível, eliminar quaisquer efeitos significativos no ambiente resultante da aplicação do plano.

Para que a proposta de alteração do PP-ZIM apresentasse uma contribuição efectiva e positiva para o desenvolvimento sustentável local, regional e global, foi desenvolvido, no âmbito do Relatório Ambiental, um **Plano de Controlo**, de forma a assegurar a garantia de cumprimento das directrizes de planeamento, de gestão, de monitorização e avaliação, aquando a execução da alteração do PP. Este Plano de Controlo, inserido na Fase de Seguimento do processo da AAE, pretende acompanhar o ciclo de planeamento e programação no período de duração do Plano.

O Relatório considera importante que este Plano de Controlo seja suportado e monitorizado através dos indicadores de avaliação estratégica previamente seleccionados, com o objectivo de garantir a eficácia e eficiência na execução do Plano.

Para cada um dos indicadores, o Relatório Ambiental definiu Medidas de Gestão Ambiental que permitirão ao município atingir as metas de sustentabilidade que profetizou, alcançando deste modo as metas definidas em documentos estratégicos.

O Plano de Controlo apresenta indicadores de sustentabilidade considerados pertinentes para a fase de acompanhamento e seguimento das diferentes fases de implementação do PP-ZIM, define as medidas de gestão ambiental a desenvolver e ainda focaliza particularmente os indicadores de sustentabilidade definidos e o posicionamento do município de Mira face a metas estabelecidas, quer em documentos estratégicos, quer pela própria autarquia.

As medidas de gestão foram adoptadas para cada um dos indicadores, de forma a atingir os objectivos de sustentabilidade propostos e a colmatar as ameaças identificadas, decorrentes da implementação do plano.

No Quadro 20 apresenta-se, a título de exemplo, a forma como o Relatório Ambiental do PP-ZIM estabeleceu as Medidas de Gestão Ambiental, para cada um dos indicadores estabelecidos, para cada Factor Crítico de Decisão considerado (o quadro integral pode ser consultado no Anexo I).

Quadro 20 – Exemplo das medidas de seguimento definidas na proposta de alteração do PP–ZIM (adaptado do RA do PP-ZIM, 2008)

FCD	Objectivo de Sustentabilidade	Indicador	Medidas de Gestão Ambiental
Ordenamento do Território. Desenvolvimento Regional e Competitividade (excerto)	Competitividade e Desenvolvimento Regional		
	Aumentar a competitividade e atractividade do município no contexto regional e nacional	Espaços empresariais estruturados e infra-estruturados	- Promover um correcto ordenamento dos Espaços Empresariais. - Promover uma correcta utilização e gestão destes espaços.
	Criar condições para a atracção e fixação de novas empresas, inovadoras e competitivas no contexto regional	População Activa	- Aumentar o número de população activa empregada. - Aumentar o nível de qualificação da população activa.
		Evolução da População Activa por Actividades Económicas	- Criar condições para a existência de mais emprego no concelho. - Promover acções de Formação Profissional orientada para as áreas mais carenciadas de emprego.
	Fomentar o desenvolvimento sustentável, proporcionando uma maior organização e coesão económica, social e territorial	Actividades Económicas Instaladas no Concelho	- Fomentar a fixação e o desenvolvimento das actividades económicas instaladas no concelho. - Promover políticas de atracção e de fixação de novas unidades.

c) Avaliação Ambiental Estratégica do Plano de Pormenor da Cova do Lago (Setembro, 2008) – Relatório Ambiental

O Relatório Ambiental do PP da Cova do Lago refere que a AAE não acompanhou o processo de planeamento desde o início da elaboração do PP uma vez que os trabalhos de elaboração tiveram início em 2004, e as opções estratégicas foram tomadas ao longo do tempo. Assim, o processo de AAE decorre de um Plano com soluções já praticamente fechadas. A acrescer a esta situação, pelo facto do PDM de Sines já definir esta área de intervenção, não foram consideradas alternativas. Normalmente, os Planos de Pormenor correspondem a intervenções muito concretas, já definidas ao nível da sua localização.

Estrutura

O Relatório Ambiental da Cova do Lago foi desenvolvido tendo como base integral a estrutura definida no artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de Junho:

- Introdução
- Descrição do conteúdo, dos principais objectivos do PP da Cova do Lago e a sua relação com outros Planos e Programas existentes
- Características ambientais das zonas susceptíveis de serem significativamente afectadas e os aspectos pertinentes do estado actual do ambiente
- Problemas ambientais pertinentes para o PP, incluindo os relacionados com todas as zonas de especial importância ambiental

- Objectivos de protecção ambiental estabelecidos a nível internacional, comunitário ou nacional que sejam pertinentes para o PP
- Eventuais efeitos significativos no ambiente decorrentes da aplicação do PP e análise comparativa com a situação na ausência do Plano
- Medidas destinadas a prevenir, reduzir e eliminar quaisquer efeitos adversos resultantes da aplicação do PP
- Razões que justificam as alternativas escolhidas e descrição do modo como se procede à avaliação
- Descrição das medidas de controlo previstas

Neste contexto, constata-se que o Relatório Ambiental do PP da Cova do Lago segue, de uma forma genérica, o modelo de estrutura do Relatório Ambiental apresentado pela DGOTDU (2008).

Efeitos significativos no ambiente decorrentes da aplicação do PP e análise comparativa com a situação na ausência do Plano

Neste capítulo, o RA procede à identificação e avaliação dos impactes ambientais positivos ou negativos, que podem ter origem na aplicação do Plano (procedendo à relação entre os Factores Descritivos e as Questões Estratégicas do Plano), assim como uma análise comparativa com a situação na ausência de Plano. Esta análise da evolução de cada um dos Factores Descritivos, com a implementação do Plano, ou na sua ausência, é desenvolvida para cada um dos Factores Descritivos, tendo em consideração a fase de construção e a fase de exploração (muito semelhante à análise desenvolvida ao nível da Avaliação de Impacte Ambiental).

O Quadro 21 identifica, a título de exemplo, a forma como o RA do PP-CL analisou os impactes ambientais decorrentes da implementação do Plano, relativos à Sócio-Economia e à Paisagem (no Anexo II pode ser consultada a avaliação de impactes desenvolvida para todos os descritores ambientais definidos nesta AAE).

Quadro 21 – Avaliação do PP da Cova do Lago, no que respeita à Sócio-Economia e à Paisagem (adaptado do RA do PP-CL, 2008)

Descritores Ambientais	Objectivos de Sustentabilidade	Avaliação do PP da Cova do Lago
Sócio-Economia	<p>Melhoria da qualidade de vida da população.</p> <p>Incremento da taxa de emprego.</p> <p>Desenvolvimento turístico e económico.</p>	<p>Na fase de construção os impactes negativos resumem-se a algumas interferências na população, nomeadamente algumas dificuldades de acesso, à praia do Norte. Perturbação do quotidiano, designadamente, no que respeita à possibilidade de estabelecimento de circuitos motorizados ou pedonais alternativos e ao aumento da circulação de máquinas diversas na área. Surgimento de fontes poluidoras relacionadas com a emissão de partículas e geração de ruído.</p> <p>Durante a fase de exploração a criação de diversos empreendimentos turísticos, melhorando e diversificando a oferta dos serviços turísticos, contribui de forma positiva para o incremento do número de turistas, novas oportunidades de emprego e de negócios e contribui para um desenvolvimento socio-económico da região.</p> <p>Poderá representar uma valência positiva no desenvolvimento do sector educativo, nomeadamente na criação de escolas de formação Turística e Hoteleira.</p> <p>Espera-se, com a concretização do Plano, um acréscimo das oportunidades de emprego dirigidas aos residentes e não só, reduzindo a taxa de desemprego junto da população residente activa, quer por via directa (117 postos de trabalho directos), quer indirecta (234 postos de trabalho indirectos).</p> <p>Impacte positivo - Os espaços verdes cumprem funções essenciais, entre elas, benefícios sociais e psicológicos, servem de locais de lazer, recreio e fruição e promovem pontos de encontro entre os cidadãos. Constituem elementos preponderantes na qualidade de vida da população.</p> <p>A fase de exploração também pode acarretar impactes negativos na sócio-economia do município, nomeadamente, o aumento do custo de vida, aumento de lixo e maior consumo dos recursos naturais.</p> <p>Contudo a implementação correcta das medidas de minimização poderá reduzir significativamente os efeitos destes impactes.</p>
Paisagem	<p>Proteger e valorizar a qualidade cénica e a diversidade da Paisagem.</p>	<p>Considera-se impacte negativo, na fase de construção, as acções que visam a introdução de elementos estranhos na paisagem, alterações cromáticas da área e fragmentação da mancha de pinhal.</p> <p>Na fase de exploração podem-se considerar impactes negativos as alterações no ambiente visual pela presença dos empreendimentos turísticos e infra-estruturas associadas. Contudo destacam-se diversas acções propostas no PP que compensam e minimizam os impactes na paisagem: a integração harmoniosa dos empreendimentos turísticos no espaço rural e a coerência adoptada na linguagem arquitectónica e urbanística, por outro lado a criação de espaços verdes melhora a estética da paisagem, a textura, a forma, e as cores aliam-se num cenário de contrastes, harmonizam-se com os elementos arquitectónicos, marcam, definem e separam espaços exteriores. A preservação da linha de água e do lago constitui factor preponderante no cenário e funcionalidade da paisagem, na expressão de diversidade e na identidade do local.</p>

Medidas destinadas a prevenir, reduzir e eliminar quaisquer efeitos adversos resultantes da aplicação do PP

Nesta fase do Relatório Ambiental, foram definidas as medidas destinadas a prevenir, reduzir e sempre que possível, eliminar os efeitos negativos que são expectáveis de ocorrer, tanto na fase de construção, como na fase de exploração, ao nível da Sócio-Economia, Recursos Hídricos,

Solos, Riscos Naturais e Tecnológicos, Biodiversidade, Fauna e Flora, Paisagem, Ruído, e Resíduos.

De acordo com o definido no PP-CL, foram ainda estabelecidas medidas de controlo que passam por definir e implementar programas de monitorização (para alguns descritores em particular), nas fases de construção e exploração, de forma a promover uma avaliação da evolução dos parâmetros e indicadores ambientais definidos para cada um dos Descritores definidos.

As medidas de gestão foram adoptadas para cada um dos indicadores, de forma a atingir os objectivos de sustentabilidade propostos e a colmatar as ameaças identificadas, decorrentes da implementação do plano.

No Quadro 22 apresenta-se um exemplo da forma como o relatório apresentou as medidas (o quadro integral pode ser consultado no Anexo III).

Quadro 22 – Medidas de Controlo definidas no PP da Cova do Lago (adaptado do RA do PP-CL, 2008)

FCD	Medidas	Monitorização
Sócio-Economia	Resumem-se à fase de construção: Estabelecendo medidas que assegurem o bem-estar e uma fácil, adequada e segura circulação da população.	As medidas de controlo passam pela definição e implementação de programas de monitorização e registos periódicos da evolução dos seguintes indicadores sócio-económicos: - N.º de dormidas mensais realizadas em cada tipologia de estabelecimento - Duração média da estadia em cada tipologia de estabelecimento - N.º de postos de trabalho directos em cada tipologia de estabelecimento - N.º de postos de trabalho indirectos em cada tipologia de estabelecimento
Paisagem	Na fase de obra, deverão ser colocadas infraestruturas que tapem as obras, e uma planificação adequada dos acessos garantindo uma circulação ordenada.	-
Biodiversidade Fauna e Flora	Evitar a perturbação de habitats, a fuga de animais, a destruição desnecessária de manchas de vegetação, e seleccionar adequadamente o período para acções de limpeza da vegetação, evitando a época de reprodução das espécies animais (essencialmente no período entre Março e Julho), de forma a minimizar o impacte ambiental.	As medidas de controlo passam pela definição e implementação de programas de monitorização e registos periódicos da evolução dos diversos parâmetros e indicadores ambientais, de forma a acompanhar e avaliar as alterações que efectivamente serão causadas pela execução do PP. Estes programas deverão contribuir para a resolução do problema das espécies invasoras. As duas espécies de plantas invasoras mais problemáticas presentes actualmente na área do Plano de Pormenor são a <i>Acacia longifolia</i> e o <i>Carpobrotus edulis</i> .

No capítulo referente às Conclusões, o RA do PP-CL refere ainda as disposições ambientais presentes no Regulamento da proposta do Plano, com o intuito de demonstrar de que forma o PP incorpora as recomendações ambientais.

3.1.4. DECLARAÇÃO AMBIENTAL

Conforme referido anteriormente, a Declaração Ambiental deverá conter os elementos constantes no n.º 1 do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de Junho.

Para efeitos da presente análise, de forma a evitar uma abordagem exaustiva do conteúdo das declarações ambientais definidas nos diferentes casos de estudo, optou-se por analisar apenas os pontos considerados relevantes face ao objectivo geral da presente investigação, pelo que se considerou relevante a análise das seguintes questões:

- A forma como as considerações ambientais e o relatório ambiental foram integrados no plano ou programa;
- As razões que fundaram a aprovação do PMOT à luz de outras alternativas razoáveis abordadas durante a sua elaboração.

Relativamente ao Plano de Pormenor da Zona a Nascente da Designada Urbanização do Lيدador, de referir que a Declaração Ambiental não poderá ser analisada uma vez que, à data de conclusão da presente investigação, encontrava-se em fase de elaboração o Relatório Ambiental.

a) Avaliação Ambiental Estratégica da proposta de alteração do Plano de Pormenor da Zona Industrial de Mira – Pólo II – Declaração Ambiental

A Declaração Ambiental referente à Proposta de Alteração do Plano de Pormenor da Zona Industrial de Mira, Pólo – II, constitui uma exigência legal, nos termos dos pontos i) a v), alínea b), n.º 1), artigo 10.º, do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de Junho. Esta Declaração foi elaborada de acordo com o estipulado no artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de Junho, e a estrutura foi adaptada do “Guia da Avaliação Ambiental dos Planos Municipais de Ordenamento do Território” (DGOTDU, 2008). Assim, após um capítulo referente à introdução, e outro ao desenvolvimento, segue o capítulo das conclusões, onde são identificados os pontos definidos no âmbito do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de Junho:

- **A forma como as considerações ambientais e o Relatório Ambiental foram integrados no plano**

A Declaração Ambiental da proposta de alteração do PP-ZIM assegura que o Regulamento traduz as preocupações de génese ambiental, atendendo a aspectos de sustentabilidade ambiental ao nível da organização do território, designadamente pela imposição de implementação de sistemas de tratamento adequados, aos estabelecimentos industriais, promovendo a preservação da qualidade ambiental. Refere que *“com a implementação da presente proposta de alteração do PP da Zona Industrial de Mira – Pólo II, contribui-se ainda para a promoção da melhoria da qualidade*

*ambiental e das condições de vida das populações locais, uma vez que a aposta da autarquia incidirá na criação de indústrias não poluentes e de pequena e média dimensão, permitindo a realocação de algumas unidades que actualmente se inserem no aglomerado urbano para este pólo industrial, concorrendo desta forma para um mais adequado ordenamento do território, para além de permitir a instalação de novas unidades sujeitas ao cumprimento estrito dos normativos ambientais para o sector e para a actividade específica". A Declaração Ambiental revela ainda que a integração de questões de sustentabilidade ambiental no Plano foram garantidas "através da indicação de directrizes de seguimento que forçam a aplicação de medidas de sustentabilidade na fase de execução do plano. Neste contexto, acresce a importância da **fase de seguimento**, que promove o acompanhamento da implementação do PP da Zona Industrial de Mira – Pólo II, através da monitorização da evolução dos principais indicadores de sustentabilidade, e sua análise face a metas estabelecidas em documentos estratégicos, e ainda a possibilidade de efectuar uma revisão periódica do plano de controlo proposto".*

- **As razões que fundaram a aprovação do plano à luz de outras alternativas razoáveis abordadas durante a sua elaboração**

De acordo com a Declaração Ambiental da proposta de alteração do PP-ZIM, *"a proposta de alteração do PP-ZIM surge da necessidade de redefinir propostas de organização espacial do Plano de Pormenor da Zona Industrial de Mira – Pólo II (já aprovado), proporcionando a ampliação, alteração e uma melhor adequação das regras e orientações no que se refere à ocupação e ao uso do solo dentro dos limites da área de intervenção. A presente proposta surge ainda pela necessidade de promover uma ampliação da área de intervenção do actual Plano de Pormenor pelo facto de se terem detectado actualmente algumas limitações espaciais para poder dar resposta aos compromissos assumidos aquando da aprovação do Regulamento do Plano de Pormenor da Zona Industrial de Mira – Pólo II".*

A Declaração Ambiental refere ainda que, de facto, a aposta do Município na criação de novas áreas com apetência para a instalação de actividades económicas, desencadeou um conjunto de solicitações junto do Município para instalação/ampliação/alteração das áreas industriais.

O facto da proposta de alteração do PP-ZIM resultar de uma ampliação, retirou em parte o carácter estratégico intrínseco à fase inicial da própria avaliação. Por outro lado, a Declaração refere ainda que, de acordo com o disposto no artigo 3.º do Regulamento da Alteração do Plano de Pormenor da Zona Industrial de Mira Pólo II (Deliberação n.º 1124/2009, de 15 de Abril), a área de intervenção do presente Plano de Pormenor insere-se em zona regulamentada no Plano Director Municipal de Mira (Resolução de Conselho de Ministros n.º 83/94, de 16 de Setembro), pelo que a presente área de ampliação, propriedade da Câmara Municipal de Mira, tinha já sido anteriormente desafectada das condicionantes que sobre ela se exerciam.

Desta forma, *“não foram avaliados cenários alternativos uma vez que não existiam alternativas de localização para se proceder à ampliação da zona industrial”*.

b) Avaliação Ambiental Estratégica do Plano de Pormenor da Cova do Lago (Março de 2009)
– Declaração Ambiental

A Declaração Ambiental da proposta do Plano de Pormenor da Cova do Lago segue o estipulado nas sub-alíneas i) a v) da alínea b) do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de Junho:

- **Forma como as considerações ambientais e o Relatório Ambiental foram integrados no PP-CL.**

A Declaração Ambiental do PP da Cova do Lago salienta o facto da avaliação ambiental efectuada ter permitido estabelecer um conjunto de medidas e recomendações para cada descritor ambiental, com o objectivo de integrar as considerações ambientais no planeamento e implementação do Plano.

- **Razões que fundamentaram, a aprovação do PP-CL à luz de outras alternativas razoáveis abordadas durante a sua elaboração**

A Declaração Ambiental constata que o processo de AAE do Plano de Pormenor da Cova do Lago não considerou alternativas uma vez que a presente área territorial de intervenção em análise se encontrava definida no PDM de Sines como *“Áreas Turísticas exteriores aos aglomerados urbanos”*.

Por outro lado, refere ainda que *“aquando do início do processo de elaboração da AAE do presente PP, o próprio processo de elaboração do plano encontrava-se já numa fase muito avançada de desenvolvimento, pelo que as soluções se encontravam praticamente fechadas”*.

4. DISCUSSÃO E RECOMENDAÇÕES

4.1. PROCESSO DE AAE E AIA

Ao nível da legislação nacional, de acordo com o n.º 1 do artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de Junho, os projectos sujeitos a Avaliação de Impacte Ambiental nos termos do Decreto-Lei n.º 69/2000, de 3 de Maio (na redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 197/2005, de 8 de Novembro), enquadrados, de forma detalhada, em plano ou programa, devem *“sempre que possível, ser objecto de avaliação simultaneamente com a avaliação ambiental do respectivo plano ou programa”*. O disposto no n.º 3, do artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de Junho ressalta que *“o EIA apresentado pelo proponente em fase de definição do âmbito, do procedimento de AIA (...) pode ser instruído com os elementos constantes no relatório ambiental ou da declaração ambiental que sejam adequados e se mantenham actuais”*. Além disso, o mesmo artigo refere ainda, no n.º 4, que *“a decisão final de um procedimento de AIA relativo a um projecto que esteja previsto de forma suficientemente detalhada em plano ou programa submetido a procedimento de Avaliação Ambiental pondera os resultados desta avaliação, podendo remeter para o seu conteúdo e conclusões e fundamentar a eventual divergência com os mesmos”*.

Neste sentido, a legislação nacional ainda refere que, para evitar desarmonia de avaliações de dimensão ambiental, *“pode acontecer que, no âmbito da avaliação de planos e programas, sejam produzidos elementos que possam ser aproveitados no âmbito da avaliação ambiental de projectos que se insiram nesses mesmos planos ou programas”*, referindo ainda o facto de, apesar da AAE de planos e programas não ser vinculativa da ponderação a fazer em sede de AIA, a administração deve *“justificar uma eventual divergência entre essa avaliação ambiental e a decisão do procedimento de AIA”*.

Neste contexto, verifica-se que o estipulado pela legislação nacional segue as orientações da Directiva 2001/42/CE que prevê, no seu artigo 11.º, *“No que se refere aos planos e programas que devem obrigatoriamente ser sujeitos a avaliações de impacto ambiental em virtude simultaneamente da presente directiva e de outros actos legislativos comunitários, os Estados-Membros **podem estabelecer procedimentos coordenados ou conjuntos** que cumpram as exigências impostas na legislação comunitária pertinente, por forma, designadamente, a evitar a duplicação da avaliação”*.

Constata-se, então, que a legislação nacional prevê o estabelecimento de procedimentos conjuntos entre a AAE e a AIA.

Neste sentido, no que respeita à dicotomia entre Avaliação Ambiental Estratégica e Avaliação de Impacte Ambiental, a legislação nacional (Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de Junho) prevê ainda, no seu artigo 13.º que (DGOTDU, 2008):

- A interactividade dos procedimentos é desejável (n.º 1).
- Quando enquadrados de forma detalhada em plano ou programa, os projectos sujeitos a AIA podem, sempre que possível, ser objecto de AAE e AIA em simultâneo (n.º 1).
- Os resultados da AAE devem ser ponderados na Proposta de Definição do Âmbito (PDA) do EIA, quando esta fase tenha lugar, uma vez que é uma fase facultativa (n.º 2).
- Quando o projecto se encontrar previsto de forma detalhada em PMOT sujeito a AAE, o EIA pode ser instruído com os elementos presentes no RA ou na DA, sempre que forem adequados e se mantenham actuais (n.º 3).
- A decisão final de um procedimento de AIA relativo a um projecto que esteja previsto de forma suficientemente detalhada num PMOT submetido a AAE, pondera os resultados desta última, podendo remeter para o seu conteúdo e conclusões e fundamentar a eventual divergência entre os mesmos (n.º 4).

Por outro lado, também DGOTDU (2008) reconhece ser vantajoso o decurso, em simultâneo, dos dois procedimentos, uma vez que:

- Com o procedimento de AIA obtém-se informação detalhada sobre o projecto, que pode auxiliar a realização da AAE do plano respectivo;
- Em sede de AIA é possível obter uma visão integrada do Plano sujeito a AAE e em sede de AAE uma visão integrada do Projecto;
- Pode facilitar a articulação entre os diversos intervenientes, uma vez que possibilita o acesso antecipado aos elementos (promotores, autarquias, ERAE e Autoridades de AIA).

Neste sentido, uma vez que a AAE de PP acaba por ser uma avaliação muito concreta ao nível da identificação dos efeitos ambientais, poderia ser efectuada uma articulação entre as duas metodologias, que servisse os objectivos das duas avaliações, mas que fosse realizada num só processo de avaliação.

No entanto, segundo DGOTDU (2008) existem fases, em cada um dos procedimentos, que torna difícil esta articulação, nomeadamente a fase de consulta pública, que comporta prazos diferentes¹¹, pelo que uma possível articulação só seria possível até esta fase.

¹¹ Na AIA o prazo de consulta pública varia entre 30 a 50 dias para projectos do Anexo I e de 20 a 30 dias para projectos do Anexo II (n.º 2 do Artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 69/2000, na redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 197/2005, de 8 de Novembro), enquanto que, na AAE, o prazo de consulta pública varia em função do PMOT, sendo de 22 dias para Planos de Pormenor (n.º 4 do artigo 77 do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, na redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 46/2009, de 20 de Fevereiro).

Relativamente à possibilidade de sobreposição dos dois processos, AAE e AIA, conforme referido anteriormente no capítulo 2.3.3, e de acordo com CCE (2009), teoricamente, esta sobreposição é improvável de ocorrer. No entanto, as diferentes áreas de potencial sobreposição da aplicação das duas directivas foram identificadas. Em particular, as fronteiras entre o que constitui um plano, um programa ou um projecto nem sempre são claras, e pode haver algumas dúvidas sobre se o "*objecto*" da avaliação cumpre os critérios de uma ou ambas as directivas. A este respeito, as definições de algumas categorias de projectos constantes do Anexo II da Directiva AIA, relativamente a alterações do uso do solo não são claras, o que pode criar confusão com a Directiva da AAE (CCE, 2009).

Para além deste aspecto, segundo CCE (2009), tendo em conta a experiência limitada na aplicação da Directiva AAE, não parece apropriado neste momento a fusão dos dois procedimentos. A este nível, muitos Estados-Membros consideram que não têm experiência suficiente para identificar e avaliar correctamente as questões que se sobrepõem. Nesta fase, uma vez que os mecanismos e ferramentas ainda não estão devidamente desenvolvidos e testados, poderia obter-se uma melhor coordenação e coerência, corrigindo as inconsistências entre as disposições das duas directivas e clarificando as definições de categorias de projectos problemáticos na Directiva AIA, mediante alteração desta última e/ou através da elaboração de documentos de orientação a elaborar em colaboração com os diferentes Estados-Membros.

Importa a este nível salientar que nenhum dos documentos legislativos ou de orientação referidos anteriormente (Guia da DGOTDU, Legislação nacional ou Directiva europeia) caracteriza o caso específico dos Planos de Pormenor, analisando os planos, no geral, e os PMOT (no caso do guia da DGOTDU), em particular. Constata-se que não existe informação esclarecedora relativamente ao modo de actuação no caso específico dos Planos de Pormenor que, conforme referido em capítulos anteriores, apresenta características muito específicas, e que importaria analisar pormenorizadamente. Se, relativamente aos Planos Directores Municipais e aos Planos de Urbanização, se concorda que possa existir essa articulação, no caso dos Planos de Pormenor a situação é diferente, por várias razões, as quais se discriminam de seguida.

Quanto ao tipo de informação utilizada para avaliar os efeitos da implementação do Plano, surge a questão relativa à fronteira entre a informação que deve ser avaliada numa AAE de um PP, e a informação que deve ser avaliada num EIA de um projecto (inserido num PP). Alguns dos casos de estudo analisados acabam por utilizar, nas AAE de PP, uma metodologia muito semelhante à utilizada em AIA, nomeadamente, quanto à avaliação dos impactes ambientais dos projectos a inserir na área territorial abrangida pelo respectivo plano, como se pode constatar na análise do caso de estudo do PP da Cova do Lago, cuja terminologia técnica utilizada se reporta ao procedimento de AIA (descritores ambientais em vez de factores críticos de decisão, assim como a própria tipologia de impactes). Desta forma, constata-se que, na AAE, além de serem avaliados os efeitos que as opções do plano têm sobre o ambiente circundante, uma vez que os objectos

das AAE são respeitantes a planos que correspondem a projectos concretos, acabam também por ser avaliados os impactes ambientais que os próprios projectos produzem.

Neste sentido, se na AAE de PP se avaliam os efeitos significativos que os planos (e projectos que irão integrar o plano), produzem no ambiente, então, no caso de não haver informação disponível detalhada sobre os projectos, a AAE acaba por não poder desenvolver uma avaliação objectiva dos efeitos produzidos pela implementação do plano. Por outro lado, no caso de haver informação detalhada sobre os projectos, então poderia desenvolver-se o processo de AIA.

De facto, tendo como base a análise dos casos de estudo (principalmente o relativo à Zona Industrial), salienta-se que os Planos de Pormenor não apresentam ainda informação suficiente relativa ao tipo de projectos que se poderão vir a instalar, pelo que a Avaliação em sede de AAE acaba por não poder ser exaustiva.

Por outro lado, no caso dos projectos estarem sujeitos ao procedimento de AIA, seria desenvolvida uma dupla avaliação, uma vez que se procede à AAE do PP, e posteriormente à AIA do projecto. Esta duplicação da avaliação traz consigo desvantagens, quer ao nível de recursos humanos (de quem faz e avalia os planos e projectos), quer ao nível económico (dos custos associados à elaboração de planos, de avaliações ambientais e decorrentes dos processos administrativos).

Neste sentido, quando o Plano de Pormenor é relativo a uma área (loteamento industrial, loteamento urbano ou loteamento turístico) que pode incluir projectos sujeitos a AIA¹² (uma vez que o PDM já deverá contemplar áreas próprias para o estabelecimento de projectos deste tipo), poderia optar-se por desenvolver apenas o procedimento de AIA, de forma a não sobrepor procedimentos nem duplicar a informação. De facto, a AAE não consegue avaliar numa escala de projecto, os impactes por ele produzidos (até porque não é esse o objecto da AAE), mas, por outro lado, a avaliação efectuada ao nível da AAE acaba por ser muito superficial, ligeira, e pouco estratégica quando relativa a Planos de Pormenor.

No entanto importa salientar que nesta fase de procedimento de AAE, pode acontecer não se ter conhecimento se os projectos a implantar nas áreas abrangidas pelos PP se encontram, ou não, sujeitos ao regime de AIA. No caso dos projectos sujeitos a AIA que se enquadrem de forma detalhada em PMOT (nomeadamente PP), estes poderiam ser objecto apenas de AIA (e não objecto de AIA em simultâneo com a AAE do respectivo plano, conforme definido no n.º 1 do artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 232/07, de 15 de Junho).

¹² Alínea a) e b) do n.º 10 e alínea c) do n.º 12 do Anexo II do Decreto-Lei n.º 69/2000, com a redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 197/2005, de 8 de Novembro

De facto, reconhecendo que os PMOT “*estabelecem o regime de uso do solo, definindo modelos de evolução previsível da ocupação humana e da organização de redes e sistemas urbanos*”¹³ e que os PDM (em particular) definem o modelo de organização espacial do território municipal tendo por base a classificação e qualificação do solo, a implementação de projectos, em território municipal, abrangidos pelo regime de AIA, poderia estar sujeita a uma avaliação de alternativas de localização (em sede de AIA), onde poderia ser escolhida a alternativa de localização mais adequada e sustentável do ponto de vista ambiental. Assim, poderia ser efectuada uma avaliação tendo como base os procedimentos que estão na base da AIA.

Os projectos não abrangidos pela AIA não seriam objecto de avaliação, uma vez que também não seria expectável que produzissem efeitos significativos no ambiente.

De facto, segundo Coutinho e Pinho (2008), as questões estratégicas de um Plano de Pormenor poderão estar relacionadas com a avaliação da localização, com a tipologia de ocupação ao nível dos usos previstos, ou ainda com o conteúdo (desenho) do plano de pormenor. No entanto, a maioria dos PP (de uma forma geral e nos casos de estudo em particular) que são objecto de AAE já se encontram inseridos em zonas regulamentares definidas no IGT hierarquicamente superior, no caso, o PU e/ou PDM e apresentam uma tipologia de ocupação já regulamentada.

4.2. DISCUSSÃO DA APLICAÇÃO DAS METODOLOGIAS

Relativamente à **aplicação das metodologias utilizadas** nos casos de estudo, conforme referido anteriormente, no capítulo 3.1, a selecção dos casos práticos, relativos a Planos de Pormenor sujeitos a AAE, teve em consideração as seguintes condições:

- A localização geográfica - pretendia-se que a amostra fosse representativa de Portugal Continental, pelo que foi seleccionado um PP da região Norte (concelho da Maia), outro da região Centro (concelho de Mira) e outro da região a Sul do Tejo (concelho de Sines).
- O objecto - pretendia-se que os Planos não fossem todos referentes ao mesmo objecto, para que a discussão pudesse ser mais abrangente, pelo que foi seleccionado um PP relativo a uma Zona de Urbanização, outro relativo a uma Zona Industrial, e outro relativo a uma Área de Utilização Turística.
- O estado de elaboração - uma vez que a AAE é muito recente no nosso país, e reconhecendo que não existiam Avaliações Ambientais estratégicas de PP finalizadas, à data de início da elaboração da presente investigação, a selecção dos casos práticos foi limitada. Ainda assim, foram seleccionados dois PP que se encontravam numa fase avançada de elaboração (PP-CL e PP-ZIM), e um outro plano de pormenor que se encontrava em fase inicial de elaboração (PP-ZNDUL).

¹³ De acordo com o definido no n.º 1 do artigo 69.º do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, na redacção que lhe é conferida pelo Decreto-Lei n.º 46/2009, de 20 de Fevereiro

Ao nível da localização geográfica, constatou-se que o posicionamento geográfico dos planos, face ao enquadramento nacional, não condicionou o tipo de abordagem efectuada na Avaliação Ambiental Estratégica. No entanto, importa salientar o facto da avaliação das diferentes ERAE poder ser diferente, para um plano com características idênticas, consoante seja avaliado por entidades, da mesma instituição, localizadas na região Norte, Centro ou Sul. Tal situação acontece devido à lacuna que existe ao nível da legislação e de documentos de orientação, que não indicam com precisão a forma como deverão ser avaliados os efeitos significativos associados aos Planos de Pormenor. Neste contexto, poderia ser desenvolvido um estudo comparativo relacionado com os pareceres emitidos pelas diferentes ERAE, para planos com tipologias semelhantes, de forma a identificar as disparidades encontradas, e tentar, junto das mesmas, encontrar um consenso ao nível da Avaliação Ambiental Estratégica que deve ser desenvolvida.

O facto de terem sido escolhidos Planos de Pormenor com **objectos** diferentes demonstra que a objectividade e a falta de estratégia, ao nível dos objectivos definidos, é transversal aos PP de uma forma geral (e aos casos práticos analisados, em particular), constituindo uma característica própria dos Planos de Pormenor, uma vez que estes *“abrangem áreas contínuas do território municipal, correspondentes, designadamente, a uma unidade ou subunidade operativa de planeamento e gestão ou a parte delas”* (n.º 3, artigo 90.º do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, na redacção que lhe é conferida pelo Decreto-Lei n.º 46/2009, de 20 de Fevereiro), logo o carácter estratégico destas pequenas áreas torna-se limitado.

Por outro lado, o estado avançado dos casos práticos (nomeadamente do PP-ZIM e do PP-CL) aquando do início da AAE, não permitiu a análise de alternativas. O processo de AAE do Plano de Pormenor da Cova do Lago não procedeu à avaliação de alternativas uma vez que a área territorial em análise se encontrava já definida no PDM de Sines e também devido ao próprio processo de elaboração do plano se encontrar numa fase muito avançada de desenvolvimento, com soluções praticamente fechadas. Também o facto da proposta de alteração do PP-ZIM resultar de uma ampliação, retirou em parte o carácter estratégico intrínseco à fase inicial da própria avaliação, assim como também a necessidade de avaliar alternativas. Por outro lado, refira-se que os Planos de Pormenor, mesmo que se encontrem em fase inicial de planeamento aquando da avaliação ambiental, não apresentam carácter estratégico que lhes permita desenvolver alternativas.

Relatório inicial

De acordo com o Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, na redacção que lhe é conferida pelo Decreto-Lei n.º 46/2009, de 20 de Fevereiro, *“os PP que impliquem a utilização de pequenas áreas a nível local só são objecto de AAE no caso de se determinar que são susceptíveis de ter efeitos significativos no ambiente”*. Conforme se verificou no caso de estudo do PP da Zona

Industrial de Cantanhede, “as alterações que o plano induz relativamente ao PP não são susceptíveis de produzir efeitos significativos no ambiente, uma vez que são pequenas alterações de pormenor, apenas das ocupações e alinhamentos já definidos, aparentando não gerar projectos sujeitos a avaliação de impactes, de acordo com o regime previsto na alínea a) do n.º 1, do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 25 de Junho (não prevê projectos que se enquadrem no procedimento de AIA) não se aplicando igualmente o constante na alínea b), constatando, por último que, do plano proposto não vão resultar impactes ambientais significativos, conforme referido na alínea c) do n.º 1 do artigo 3.º do diploma referido anteriormente, logo, o PP da ZI de Cantanhede (ampliação) não necessita de se sujeitar a AAE”.

No contexto da aplicabilidade de AAE aos PP, importa salientar o facto do guia da DGOTDU não transpor com exactidão o definido pelo Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro (na redacção que lhe é conferida pelo Decreto-Lei n.º 46/2009, de 20 de Fevereiro), estabelecendo que se encontram sujeitos obrigatoriamente a AAE “(...) os PP, salvo quando respeitem a pequenas áreas e não sejam susceptíveis de ter efeitos significativos no ambiente”. Este entendimento parte de um princípio que todos os PP se encontram abrangidos por AAE (“salvo se...”). No entanto, o definido no n.º 5, do artigo 74.º, do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro (na redacção que lhe é conferida pelo Decreto-Lei n.º 46/2009, de 20 de Fevereiro), indica que “(...) os planos de pormenor que impliquem a utilização de pequenas áreas a nível local só são objecto de avaliação ambiental no caso de se determinar que são susceptíveis de ter efeitos significativos no ambiente”, conforme referido no capítulo 2.1.2. Este diploma legal parte do princípio que os PP não se encontram abrangidos por AAE (“salvo se...”).

Neste âmbito considera-se que todos os PP deveriam ser sujeitos, numa fase inicial, a um Relatório Inicial que determinasse a sua susceptibilidade à produção de efeitos significativos no ambiente, ou não. Os que não fossem susceptíveis de produzir tais efeitos, não necessitariam de ser sujeitos a AAE.

Ainda relativamente à abrangência dos PP a AAE, no que respeita à “utilização de pequenas áreas a nível local”, de salientar que nem a legislação, nem os guias orientadores explicam em que consistem estas “pequenas áreas”, pelo que existe uma retórica técnica e uma lacuna a nível legislativo.

Em termos práticos, poderá ocorrer uma tendência em desenvolver a Avaliação Ambiental Estratégica a todos os planos de pormenor, sem que seja previamente elaborado o Relatório Inicial (mesmo para PP relativos a pequenas áreas e que não sejam susceptíveis de produzir impactes significativos no ambiente).

De salientar que, de acordo com o diploma que define o regime jurídico dos IGT, a avaliação ambiental estratégica, nos PMOT, deve reger-se pelo constante do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro (na redacção que lhe é conferida pelo Decreto-Lei n.º 46/2009 de 20 de Fevereiro) e, subsidiariamente, pelo disposto no Decreto-Lei n.º 232/2008, de 15 de Junho.

Relatório de Factores Críticos

Os **objectos de estudo** dos Planos de Pormenor em análise são diferentes: um é relativo à Zona a nascente da Urbanização do Lidador, outro relaciona-se com a Zona Industrial de Mira (Pólo II), e o outro corresponde ao Empreendimento Turístico da Cova do Lago.

A identificação dos **objectivos estratégicos** dos Planos de Pormenor foi desenvolvida durante o processo de elaboração dos respectivos PP, com base nas especificidades da área territorial abrangida por cada um dos Planos, assim como nos termos de referência que fundamentaram a elaboração dos diferentes Planos. Os objectivos estratégicos definidos no âmbito de cada um dos casos de estudo relacionaram-se directamente com cada um dos objectos.

Importa, neste contexto, discutir os diferentes conceitos de “**Estratégia**” existentes (conforme apresentado no capítulo 2.3.3.), verificar a estratégia que assiste ao IGT em estudo e de que forma foi incorporada nos objectivos estratégicos de cada um dos Planos de Pormenor. De acordo com Mintzberg (1994), *fidé* Partidário (2007), “*as abordagens estratégicas em política e planeamento não se destinam a tentar saber o que pode acontecer no futuro, mas sim a tentar planear e guiar acções que constituam caminhos possíveis para um futuro desejável*”. Neste sentido, importa lembrar que os Planos de Pormenor pretendem “*desenvolver e concretizar propostas de ocupação de qualquer área do território municipal, estabelecendo regras sobre a implantação de infra-estruturas e o desenho dos espaços de utilização colectiva, a forma de edificação e a disciplina da sua integração na paisagem, a localização, e inserção urbanística dos equipamentos de utilização colectiva e a organização espacial das demais actividades de interesse geral*”.

Por outro lado, de acordo com DGOTDU (2008), “*no âmbito local, a acção de ordenar o território enfrenta a prova decisiva da sua eficiência e da sua eficácia, na medida em que se traduz em **resultados concretos no terreno** e na formação de um quadro de vida objectivo para os cidadãos e para o desenvolvimento das actividades*”.

Neste contexto é perceptível a perda de cariz estratégico que assiste aos Planos de Pormenor, de uma forma geral. De facto, o objecto dos PP em estudo não é abrangente o suficiente de forma a conseguir atingir o carácter estratégico definido pelo próprio conceito, e que se pretende que exista numa AAE.

Através da análise dos casos de estudo, constata-se igualmente que os objectivos (considerados como estratégicos), são muito específicos, pelo que também não deveriam ser considerados “*estratégicos*”. De facto, à medida que se aproxima de instrumentos de gestão territorial mais locais, o nível estratégico diminui (PDM, PU e PP).

Relativamente ao **Quadro de Referência Estratégico**, este teve em consideração as características ambientais e os objectivos de protecção existentes na área de intervenção de cada

Plano. Neste sentido, o QRE considerado foi diferente, dependendo do âmbito e dos objectivos de cada um dos Planos de Pormenor.

Relativamente ao PP-ZIM, sendo um plano relativo a uma Zona Industrial, os instrumentos definidos relacionaram-se com os de cariz ambiental, considerando os potenciais impactes que podem surgir com a aplicação do Plano, nomeadamente os relativos aos factores ambientais água, ar e solos. Por outro lado, o PP -ZNDUL, referente a uma urbanização, definiu alguns instrumentos de carácter ambiental, mas sobretudo incluiu no seu QRE instrumentos relacionados com o ordenamento e planeamento urbano. No caso do PP da Cova do Lago, os instrumentos definidos no QRE estão relacionados com os planos de ordenamento e do sector do turismo.

No que respeita aos **factores ambientais** definidos, considera-se que estes foram selectivos e ajustados a cada caso específico, focados no contexto e no objectivo específico de intervenção de cada Plano de Pormenor. Assim, no PP -ZNDUL, cujo objecto se refere a uma urbanização, foram considerados todos os FA. Por outro lado, o PP-ZIM, relativo a uma zona industrial, não teve em consideração os factores ambientais relacionados com a biodiversidade, a fauna e a flora assim como não foram considerados os factores climáticos, nem o património. Relativamente ao PP-CL, não foram considerados a atmosfera, os factores climáticos nem o património.

De acordo com a metodologia utilizada, os **Factores Críticos de Decisão** dos casos de estudo resultaram da integração dos seguintes elementos: Quadro de Referência Estratégico, Objectivos Estratégicos e Factores Ambientais.

A análise dos casos de estudo permitiu constatar que os FCD do PP da Cova do Lago são muito semelhantes aos descritores ambientais utilizados no procedimento de Avaliação de Impacte Ambiental.

De referir ainda que todos os casos de estudo seguiram (para a elaboração do RFC) a metodologia prevista no Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de Junho e no Guia de Boas Práticas Ambientais para Avaliação Ambiental Estratégica (Partidário, 2007).

Relatório Ambiental

Os Relatórios Ambientais desenvolvidos (PP-CL e P-ZIM) prevêm a análise dos efeitos esperados e identificam oportunidades e ameaças produzidas pela implementação do Plano. De forma a colmatar as ameaças, ambos os relatórios ambientais apresentaram medidas de minimização e monitorização para cada um dos FCD identificados. De facto, todos apresentaram uma estrutura semelhante à proposta pelo Guia da DGOTDU (2008): *Resumo Não Técnico; Introdução e Enquadramento; Objecto de Avaliação e Metodologia; Âmbito e Objectivos da AAE; Efeitos Significativos e Alternativas e Implementação e Monitorização.*

No Relatório Ambiental referente ao **PP da Cova do Lago**, a abordagem técnica dos conceitos remete para o procedimento de AIA (avalia os impactes positivos e negativos, nas fases de construção e exploração). Esta situação pode dever-se ao facto da sua elaboração ter sido

desenvolvida numa fase que precedeu a entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de Junho, pelo que a sua análise técnica de impactes manteve-se muito semelhante à utilizada na Avaliação de Impacte Ambiental.

O Relatório referente ao **PP-ZNDUL** ainda se encontra em fase de elaboração. Este caso de estudo permite-nos constatar a morosidade que normalmente se encontra associada a este tipo de planos, não só devido a questões relacionadas com os prazos e com questões administrativas, mas também pela necessidade que existe, ao longo da preparação do plano, de reformular questões discutidas em reuniões com as equipas de planeamento e de AAE (ou recorrentes dos pareceres das entidades).

Ainda assim, apesar do Relatório Ambiental se encontrar em fase de elaboração, pode constatar-se que este apresenta uma estrutura semelhante à proposta pelo Guia da DGOTDU (2008), uma vez que prevê a inclusão dos seguintes capítulos: *“Avaliação Ambiental Estratégica, Objecto de avaliação, Caracterização da Situação de Referência, Factores Críticos para a Decisão, Efeitos significativos e alternativas, Implementação e Monitorização”*.

Relativamente ao **PP-ZIM**, também este relatório apresentou os efeitos significativos, oportunidades, ameaças e medidas que permitem colmatar as ameaças identificadas. A linguagem técnica utilizada é mais próxima com a que se pretende para a AAE. Salienta-se, no entanto, que este relatório foi elaborado numa fase mais avançada do que o de Sines (Novembro de 2008 e Setembro de 2008, respectivamente).

Importa ainda referir que, nos casos de estudo analisados, apenas foram avaliados os efeitos significativos positivos e negativos e não os efeitos secundários, cumulativos, sinérgicos, de curto, médio e longo prazos, permanentes e temporários, definidos na Directiva 2001/42/CE, de 27 de Junho e transposta para o Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de Junho. De salientar que esta terminologia de análise de efeitos significativos relaciona-se muito com a metodologia de *“impactes”* utilizada na AIA. A este nível, verifica-se que as equipas não desenvolvem esta análise na avaliação dos efeitos significativos dos planos.

Todos os casos de estudo tiveram como base o Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de Junho, assim como o Guia de Boas Práticas para Avaliação Ambiental Estratégica (Partidário, 2007). Constata-se, ainda, que todos os relatórios posteriores à publicação do Guia da Avaliação Ambiental dos Planos Municipais de Ordenamento do Território (DGOTDU, 2008), utilizaram igualmente este guia como referência (como foi o caso da elaboração do Relatório Ambiental do PP-ZIM e PP-ZNDUL). Conforme referido anteriormente, o facto do RA do PP de Sines ter sido elaborado numa fase anterior à publicação do guia da DGOTDU (Novembro, 2008), poderá ser a explicação para o facto desta AAE se apresentar muito semelhante à avaliação que normalmente é desenvolvida nos processos de Avaliação de Impacte Ambiental (desde os descritores ambientais à metodologia de avaliação dos próprios impactes ambientais).

Declaração Ambiental

Através da análise das Declarações Ambientais efectuadas foi possível constatar que os casos de estudo dos Planos de Pormenor de Sines e de Mira seguem a estrutura definida pelo Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de Junho.

Relativamente ao cumprimento do propósito da AAE, a integração das questões de sustentabilidade foram garantidas nos Planos através da definição de medidas de seguimento, a ter em consideração na fase de execução dos respectivos Planos. A AAE nestes casos de estudo não permitiu incluir questões de sustentabilidade ambiental nos processos de planeamento uma vez que estes processos se encontravam numa fase avançada de elaboração, aquando do início das respectivas AAE.

Ao nível da análise de alternativas, ambos os casos de estudo ficaram aquém do esperado numa AAE uma vez que não desenvolveram uma avaliação de alternativas. O PP de Mira não apresentou cenários alternativos uma vez que se tratava de uma ampliação, e como tal não existiam alternativas de localização para se proceder à ampliação da zona industrial. No caso do PP de Sines, de acordo com informação constante na Declaração Ambiental, este não apresentou alternativas uma vez que a AAE não acompanhou o processo de planeamento desde o início, tendo incidido numa versão do plano com soluções já quase fechadas.

Salienta-se ainda a morosidade a que a Avaliação Ambiental Estratégica de Planos de Pormenor pode estar sujeita (desde a fase de definição do âmbito, até à emissão da Declaração Ambiental). No caso do PP de Mira, o RFC teve início em Setembro de 2008 e a Declaração Ambiental foi elaborada em Agosto de 2009. O PP de Sines teve início com o RFC, elaborado em Setembro de 2008, tendo a Declaração Ambiental sido emitida em Março de 2009. Relativamente ao PP da Maia, o RFC foi elaborado em Outubro de 2008 e, na presente data, o Relatório Ambiental encontra-se em fase final de elaboração.

Execução do Plano e Monitorização

Conforme referido anteriormente, no capítulo 2.1.1, e de acordo com o n.º 1 do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 232/207, de 15 de Junho, esta fase do processo de AAE pretende controlar os efeitos significativos no ambiente, decorrentes da aplicação e extensão do plano, e tem o intuito de verificar se as medidas previstas na Declaração Ambiental estão a ser tidas em consideração durante a execução do Plano, de forma a corrigir os efeitos negativos previstos.

Nenhum dos casos de estudo em análise atingiu esta fase de avaliação, no entanto, importa salientar que, com excepção do PP -ZNDUL, os outros PP apresentaram nas suas Declarações Ambientais as medidas previstas para corrigir os efeitos negativos significativos decorrentes da aplicação do plano e que deverão ser consideradas posteriormente, na execução do plano, aquando desta fase da avaliação.

Relativamente a este aspecto, de salientar que, conforme referido anteriormente no capítulo 2.1.1, a maioria dos Estados-Membros ainda não estabeleceu métodos de controlo, nem elaborou directrizes nacionais relativas ao estabelecimento de indicadores de controlo (monitorização). Neste sentido, de acordo com CCE (2009), a falta de orientações nacionais adequadas pode pôr em causa a aplicação efectiva da monitorização, em determinados Estados-Membros.

Salienta-se ainda a importância desta fase da AAE no sentido de permitir ao município efectuar uma leitura ambientalmente correcta da sua actuação, assente numa lógica de sustentabilidade ambiental.

Considerações genéricas

A análise efectuada confirma a necessidade de serem promovidas reuniões de trabalho, ao longo da elaboração dos Planos de Pormenor, entre equipas de planeamento e de ambiente, com o intuito de permitir integrar as questões ambientais nos PP (corrigindo e alterando, por vezes, questões ambientais fundamentais, como aconteceu no caso do PP-ZNDUL, que ainda não apresentou o Relatório Ambiental definitivo pela necessidade que surgiu, durante a elaboração do plano, de desenvolver estudos pormenorizados relativos ao Zonamento Acústico). Para além destes estudos de caracterização específica que, por vezes, têm de ser desenvolvidos e provocam, naturalmente, um alargamento do prazo, também a consulta pública às ERAE e as suas recomendações (por vezes com solicitações para o desenvolvimento de estudos de caracterização específica como por exemplo estudos relativos à biodiversidade, fauna, flora, entre outros) provocam um prolongamento nos prazos.

Outros casos existem em que a AAE de PMOT (no geral) se atrasa devido à indefinição relativa ao próprio planeamento territorial. De facto, é reconhecido que, em Portugal, os processos de planeamento são geralmente morosos e implicam algum tempo até estarem concluídos. Neste sentido, a AAE acaba por acompanhar o processo de planeamento, e por se estender igualmente nos prazos.

De acordo com Campos¹⁴ (DGOTDU, 2008) as metodologias da AAE e de planeamento territorial têm muitos aspectos em comum, nomeadamente *“identificar opções alternativas de desenvolvimento territorial, caracterizá-las e ponderá-las nos seus efeitos, escolher a mais favorável face aos objectivos de política e aos critérios técnicos estabelecidos”* que, sem dúvida, não deverão ser esquecidas. No entanto, no caso dos Planos de Pormenor, as opções alternativas de desenvolvimento territorial muitas vezes não são consideradas uma vez que a AAE dos PP surge quando os planos já se encontram numa fase avançada de desenvolvimento e, mesmo que tal não se verifique, por regra, estes planos já têm as opções de localização territorial definidas,

¹⁴ Director-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano

não cumprindo na totalidade a função que a AAE pretende desempenhar na avaliação dos PMOT: integrar-se no processo de elaboração dos planos.

Conforme já referido nesta discussão, a Avaliação Ambiental Estratégica, quer em Portugal, quer noutros países europeus, é ainda muito recente, pelo que só a experiência acumulada poderá resultar, a médio prazo, na identificação e posterior resolução de eventuais problemas que surjam, de forma a contribuir para a melhoria de todo o processo.

De acordo com CCE (2009), e conforme analisado no capítulo 2.1.1, existe ainda a necessidade de melhorar as competências nos Estados-Membros, de modo a assegurar a aplicação efectiva da Directiva AAE. Para isso, deverá ser incentivado o reforço de competências, nomeadamente através de campanhas orientadas para o recrutamento e formação de especialistas em AAE, assim como através de documentos de orientação específicos.

Importa referir que, de acordo com a mesma fonte, alguns Estados-Membros destacaram a necessidade de existirem mais documentos orientadores, nomeadamente sobre a interpretação de certos conceitos-chave da Directiva (critérios de “*análise preliminar*”, identificação de alternativas, mecanismos de coordenação e / ou procedimentos conjuntos para o cumprimento dos requisitos relativos à avaliação de outras directivas e orientações específicas sobre a ligação entre AAE e a AIA).

Por outro lado, segundo CE (2009), a maior dificuldade referida pelos Estados-Membros, na elaboração do Relatório Ambiental foi a identificação da escala correcta dos dados e o nível de pormenor da avaliação, assim como a falta de informação de boa qualidade, o tempo dispendido na recolha de dados, **a falta de critérios homogéneos relativos ao âmbito e ao conteúdo da análise de base e a ausência de um conjunto normalizado de critérios ambientais e de sustentabilidade** para avaliação dos planos, (conforme referido no capítulo 2.3.1). Relativamente à definição de alternativas, em alguns Estados-Membros foram elaboradas orientações nacionais exaustivas, a fim de ajudar a **identificar e a seleccionar alternativas razoáveis em processos individuais**, no entanto, a maioria dos Estados-Membros não definiu o modo como tal se deve processar. Ao nível do controlo dos efeitos ambientais significativos, foram poucos os Estados-Membros que comunicaram ter estabelecido **métodos de controlo ou elaboradas directrizes nacionais relativas ao estabelecimento de indicadores de controlo** (monitorização), pelo que, segundo CE (2009), a falta de orientações nacionais adequadas pode pôr em causa a aplicação efectiva da monitorização, em determinados Estados-Membros.

Neste sentido, e de forma a dar resposta a estas questões, Portugal poderia proceder ao desenvolvimento de documentos de orientação, mais específicos do que o guia elaborado pela DGOTDU (2008), para cada uma das tipologias de PMOT (PDM, PU e PP), uma vez que cada um destes IGT apresenta especificidades diversas na produção de efeitos significativos no ambiente.

Esta recomendação conduziria a uma maior objectividade no procedimento de AAE uma vez que todos os intervenientes (desde equipas de planeamento de AAE, até entidades com responsabilidades ambientais específicas) ficariam a conhecer a forma como pode e deve ser desenvolvida cada uma das avaliações, em cada IGT, assim como as principais questões que deveriam ser sujeitas a avaliação. Desta forma, aumentar-se-ia a objectividade e a transparência de todo o procedimento.

5. CONCLUSÕES FINAIS

O presente capítulo pretende reforçar os aspectos considerados mais relevantes abordados nas recomendações.

A Avaliação Ambiental Estratégica de Planos Municipais de Ordenamento do Território deve identificar, descrever e avaliar eventuais efeitos significativos no ambiente que a implementação do plano possa provocar, de modo a serem tidos em consideração nas soluções técnicas preconizadas no plano.

A discussão efectuada no capítulo anterior permitiu reconhecer as diferenças metodológicas existentes entre a Avaliação Ambiental Estratégica e a Avaliação de Impacte Ambiental, assim como identificar possíveis formas de integração dos dois procedimentos na avaliação ambiental de Planos de Pormenor.

Relativamente a uma possível **articulação entre os procedimentos de AIA e AAE**, conforme constatado no capítulo da discussão, esta é difícil de ser efectuada, não só pelo facto dos procedimentos apresentarem prazos diferentes (nomeadamente a fase da consulta pública), como também devido à experiência ainda limitada na aplicação da Directiva da AAE, por parte dos Estados-Membros, pelo que este não parece ser o momento apropriado para a fusão destes dois procedimentos (isto apesar da legislação nacional prever esta integração).

Por outro lado, no caso de Planos de Pormenor abrangidos pela AAE incluírem projectos sujeitos ao procedimento de AIA, o facto de se desenvolver uma AAE do plano e, posteriormente, uma AIA do projecto, pode originar uma **duplicação da avaliação**, que se traduz em desvantagens, quer ao nível de recursos humanos (de quem faz e avalia os planos e projectos), quer ao nível económico (dos custos associados à elaboração de planos, de avaliações ambientais e outros decorrentes dos processos administrativos). Para além disso, esta repetição pode contribuir para a descredibilização de ambos os instrumentos.

Neste contexto, e com base na discussão efectuada no capítulo anterior, constata-se também que a pertinência e as vantagens de submeter um Plano de Pormenor ao processo de AAE não parece representar mais-valias significativas quando este se encontra na fase final do processo (desenho) e, portanto, a um nível equivalente ao projecto (com a localização já definida, tipologia de ocupação já definida e com reduzida possibilidade de serem geradas alternativas). Mesmo quando não se encontra em fase final do processo, o Plano de Pormenor apresenta uma escala equivalente a um plano de execução. Conforme referido no capítulo anterior, o Plano de Pormenor é um IGT que manifesta um grau de pormenor muito elevado e, como tal, as opções de desenvolvimento já estão tomadas, sendo o nível de decisão estratégica muito reduzido.

De facto, a AAE de Planos de Pormenor não assegura a opção ambientalmente mais adequada uma vez que, genericamente, a adopção da solução baseia-se na existência de apenas uma solução.

Posto isto, constata-se que a Avaliação Ambiental Estratégica deste Instrumento de Gestão Territorial assemelha-se à avaliação de impactes ambientais de um projecto, pelo que poderia ser analisado e avaliado através do **procedimento de AIA**. Aliás, o facto dos Planos de Pormenor ocuparem na hierarquia dos instrumentos de ordenamento do território a posição mais baixa, integrando o grupo dos Planos Municipais, mas aos quais juridicamente e administrativamente se submete, reforçam esta ideia de perda de referencial estratégico e como tal a sua análise e avaliação aproximar-se da lógica de AIA.

No entanto, não será demais acrescentar que, conforme referido no capítulo 2.1.1. e reafirmado no capítulo anterior, a Avaliação Ambiental Estratégica é um procedimento muito recente em Portugal (e na União Europeia), pelo que se encontra actualmente em fase de discussão, por parte de todos os Estados-Membros, a melhor forma da sua aplicação aos diferentes planos.

Neste sentido, apenas a experiência acumulada pelos diferentes Estados-Membros pode servir de análise crítica, com o objectivo de promover eventuais propostas de alteração à Directiva, no que respeita, nomeadamente, à relação entre a AAE e a AIA.

Uma vez que a Directiva 2001/42/CE, de 27 de Junho de 2001, impõe que a Comissão envie ao Parlamento Europeu e ao Conselho, de sete em sete anos, relatórios de avaliação relativos à aplicação e eficácia da Directiva, constata-se que o próximo relatório a elaborar deverá ser emitido em 2013. Este novo relatório a efectuar nessa data poderá trazer novas informações quanto à evolução de cada Estado-Membro relativamente à aplicabilidade de avaliação ambiental (Avaliação Ambiental Estratégica ou Avaliação de Impacte Ambiental) aos Planos de Pormenor, assim como atender a eventuais alterações à Directiva que possam ser sugeridas, neste âmbito.

A realização desta investigação permitiu realçar a necessidade de serem desenvolvidos documentos orientadores, específicos para cada tipologia de Planos Municipais de Ordenamento do Território, de forma a uniformizar a informação que se pretende que seja desenvolvida e analisada em fase de Avaliação Ambiental Estratégica, promovendo uma maior objectividade e transparência em todo o processo.

Por outro lado, importa referir que a realização desta investigação permitiu também compreender divergências e convergências associadas aos procedimentos de AAE e de AIA, e verificar que a Avaliação de Impacte Ambiental, pelas características inerentes aos Planos de Pormenor, poderia apresentar-se como a melhor alternativa de avaliação, uma vez que promove melhores decisões à escala territorial que assiste este tipo de Instrumento de Gestão Territorial, sendo eficaz na avaliação e minimização dos impactes ambientais produzidos. A Avaliação de Impacte Ambiental (assim como a Avaliação Ambiental Estratégica), também privilegia a promoção do desenvolvimento sustentável, pela gestão equilibrada dos recursos, assegurando a protecção da qualidade do ambiente, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida.

BIBLIOGRAFIA

CCAD – Comisión Centroamericana de Ambiente e Desarrollo (2005). “*Evaluación Ambiental Estratégica en Centroamérica*” in: Seminário e Curso Internacional sobre Evaluación Ambiental Estratégica. 36p.

Câmara Municipal da Maia (2008). “*Plano de Pormenor da Zona a Nascente da Designada Urbanização do Lيدador - Relatório de Factores Críticos*”. Maia. 42p.

Câmara Municipal de Cantanhede (2008). “*Plano de Pormenor da Zona Industrial I de Cantanhede (Ampliação) – Alteração*”. Relatório de justificação para a não realização de Avaliação Ambiental Estratégica. Cantanhede. 6p.

Câmara Municipal de Mira (2008). “*Avaliação Ambiental Estratégica da Proposta de alteração do Plano de Pormenor da Zona Industrial de Mira – Pólo II*”. Relatório Ambiental. Mira. 114p.

Câmara Municipal de Mira (2008). “*Avaliação Ambiental Estratégica da Proposta de alteração do Plano de Pormenor da Zona Industrial de Mira – Pólo II*”. Relatório de Factores Críticos. Mira. 50p.

Câmara Municipal de Mira (2009). “*Avaliação Ambiental Estratégica da Proposta de alteração do Plano de Pormenor da Zona Industrial de Mira – Pólo II*”. Declaração Ambiental. Mira. 24p.

Câmara Municipal de Sines (2008). “*Plano de Pormenor da Cova do Lago*”. Relatório Ambiental. Sines. 72p.

Câmara Municipal de Sines (2009). “*Plano de Pormenor da Cova do Lago*”. Declaração Ambiental. Sines. 11p.

Canter, L (1996). “*Environmental Impact Assessment*”. Second edition. New York [etc]: McGraw-Hill, inc. 660p.

Comissão das Comunidades Europeias - CCE (2009). “*Relatório da Comissão ao Conselho, ao Parlamento Europeu, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões*”. Bruxelas. 14p.

Comissão Europeia - CE (2009). “*Study concerning the report on the application and effectiveness of the SEA Directive (2001/24/EC)*”. Relatório Final. 153p.

Coutinho, Miguel; Pinho, Raquel (2008). “*Planos de Pormenor: AAE e/ou AIA?*” in: 3ª Conferência Nacional de Impactes. Relatório CNAI’08. Beja. pp 30-31.

Dalal-Clayton, B., Sandler B. (1999). “*Strategic Environmental Assessment: a rapidly evolving approach*”. Environmental Planning Issues n.º 18 – International Institute for Environment and Development (IIED). London. 21p.

Decisão do Conselho 2008/871/CE. “*Relativa à aprovação, em nome da Comunidade Europeia, do Protocolo relativo à avaliação ambiental estratégica à Convenção da CEE-ONU sobre a Avaliação dos Impactes Ambientais num Contexto Transfronteiras, concluída em Espoo em 1991 Protocolo AAE*”.

Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de Junho. Diário da República n.º 114, Série I. Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional.

Decreto-Lei n.º 46/2009, de 20 de Fevereiro. Diário da República n.º 36, Série I. Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional.

DGOTDU - Direcção-Geral do Ordenamento do Território e do Urbanismo (2003). “*Guia para Avaliação Estratégica de Impactes em Ordenamento do Território*”. MCOTA – DGOTDU, Lisboa. 77p.

DGOTDU - Direcção-Geral do Ordenamento do Território e do Urbanismo (2008). “*Guia de Avaliação Ambiental dos Planos Municipais de Ordenamento do Território – Documentos de orientação DGOTDU 01/2008*”. Lisboa: DGOTDU. 152p.

Directiva Europeia 85/337/CEE. “*Avaliação dos efeitos de determinados projectos públicos e privados no ambiente*”. Conselho das Comunidades Europeias, 27 de Junho 1985. Jornal Oficial das Comunidades Europeias L175.

Directiva Europeia 2001/42/CE. “*Avaliação dos efeitos de determinados planos e programas no ambiente*”. Parlamento Europeu e Conselho da União Europeia, 27 Junho 2001. Jornal Oficial das Comunidades Europeias L197.

Fischer, Thomas B. (2006). “*SEA in spatial/land use laning in the 25 EU member state – a July 2006 update*”. University of Liverpool. 10p.

González, S. (2006). “*La experience de la EAE en Espanha*” in: Seminário de expertos sobre la EAE en la formulación y gestión de políticas en Latinoamérica”. Chile. 39p.

GRDP – Greening Regional Development (2006). *“Handbook on SEA for cohesion Policy 2007-2013”*. 47p.

Nicolau, Isabel (2001). *“O conceito de Estratégia”*. INDEG/ISCTE. 17p.

OCDE - Organización para la Cooperación y el Desarrollo Económicos (2007). *“La Evaluación Ambiental Estratégica – Una Guía de Buenas Practicas en la Cooperación para el desarrollo”*. pp 27-37.

Office of the Deputy Prime Minister (2002). *“A Practical Guide to the Strategic Environmental Assessment Directive”*. London. 110p.

Partidário, Maria do Rosário (1999). *“Introdução ao Ordenamento do Território”*. Universidade Aberta. 1999. Lisboa.

Partidário, Maria do Rosário; Pinho, Paulo (2000). *“Guia de apoio ao novo regime de AIA”*. Instituto de Promoção Ambiental (IPAMB) – Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território. Lisboa. 91p.

Partidário, Maria do Rosário (2007). *“Guia de Boas Práticas para Avaliação Ambiental Estratégica”*. Agência Portuguesa do Ambiente. Amadora. 59p.

Petts, J. (1999). *“Handbook of Environmental Impact Assessment”*. Oxford [etc]: Blackwell Science Lda. 464p.

Platzer – Schneider, U. (2007). *“Implementation of Directive 2001/42EC on strategic Environmental Assessment in Austria”* in: Seminário Europeu sobre AAE. Associação Portuguesa de Avaliação de Impactes. 16p.

Soares, J. A. A. (2008). *“Avaliação Ambiental Estratégica: discussão metodológica da sua aplicação”*. Universidade de Aveiro. Departamento de Ambiente e Ordenamento. 82p.

Tomlinson, Paul (2005). *“EIA and SEA tiering: the missing link?”* in international Experiences and Perspectives in SEA. Praga. 8p.

Universitat Politècnica de Catalunya - Centre de Política de Sòl i valoracions (2006). *“Pla d’Ordenació Ubanística Municipal - Avaluació Ambiental en el planejament Urbanístic - 6”*. Generalitat de Catalunya. Departament de Medi Ambient i Habitatge. 156p.

WEBGRAFIA

<http://www.apai.org.pt>

<http://www.apambiente.pt>

<http://www.cm-cantanhede.pt>

<http://www.cm-maia.pt>

<http://www.cm-mira.pt>

<http://www.cm-sines.pt>

<http://www.dgotdu.pt>

<http://www.enviro.gov.sk>

<http://www.envir.ee>

http://www.juridicas.com/base_datos/Admin/I9-2006.html

<http://www.mepa.org.mt>

<http://www.moa.gov.cy>

<http://www.mos.gov.pl>

<http://www.opsi.gov.uk/si/si2004/20041633.htm>

<http://www.opsi.gov.uk/acts/acts2004/20040005.htm>

<http://www.parlamento.it>

<http://www.sweden.gov.se/sb/d/2023/a/22847>

<http://www.skovognatur.dk>

<http://www.unece.org/env/eia>

<http://www.vidm.gov.lv/ivnvb/Esivn.htm>

<http://www.vrom.nl>

<http://www.ymparisto.fi/default.asp?contentid=65699&lan=en>

ANEXOS

ANEXO I – Plano de controlo definido no Relatório Ambiental da proposta de alteração do Plano de Pormenor da Zona Industrial

ANEXO II – Avaliação de impactes do Plano de Pormenor da Cova do Lago

ANEXO III - Medidas de Controlo definidas no Plano de Pormenor da Cova do Lago

ANEXO I – Plano de controlo definido no Relatório Ambiental da proposta de alteração do Plano de Pormenor da Zona Industrial de Mira (Pólo II)

Plano de Controlo: indicadores de sustentabilidade e medidas de gestão ambiental a adoptar (Relatório Ambiental da proposta de alteração do PP-ZIM, 2008)

FCD	Objectivo de Sustentabilidade	Indicador	Medidas de Gestão Ambiental
Ordenamento do Território. Desenvolvimento Regional e Competitividade	Competitividade e Desenvolvimento Regional		
	<ul style="list-style-type: none">Aumentar a competitividade e atractividade do município no contexto regional e nacional	Espaços empresariais estruturados e infra-estruturados	<ul style="list-style-type: none">Promover um correcto ordenamento dos Espaços Empresariais.Promover uma correcta utilização e gestão destes espaços.
	<ul style="list-style-type: none">Criar condições para a atracção e fixação de novas empresas, inovadoras e competitivas no contexto regional	População Activa	<ul style="list-style-type: none">Aumentar o número de população activa empregada.Aumentar o nível de qualificação da população activa.Criar condições para a existência de mais emprego no concelho.
		Evolução da População Activa por Actividades Económicas	<ul style="list-style-type: none">Promover acções de Formação Profissional orientada para as áreas mais carenciadas de emprego.
	<ul style="list-style-type: none">Fomentar o desenvolvimento sustentável, proporcionando uma maior organização e coesão económica, social e territorial	Actividades Económicas Instaladas no Concelho	<ul style="list-style-type: none">Fomentar a fixação e o desenvolvimento das actividades económicas instaladas no concelho.Promover políticas de atracção e de fixação de novas unidades.
	<ul style="list-style-type: none">Criar novos postos de emprego, diminuindo a taxa de desemprego	Taxa de emprego	<ul style="list-style-type: none">Aumentar a taxa de emprego.Diminuir a taxa de desemprego.Criar condições para a fixação de empresas no concelho.
		Taxa de desemprego	<ul style="list-style-type: none">Promover a qualificação da população activa desempregada.Promover o desenvolvimento de projectos que envolvam as principais unidades empresariais locais e os principais pólos de conhecimento (Universidades de Coimbra e de Aveiro).
	Ordenamento do Território		
	<ul style="list-style-type: none">Fomentar a organização espacial do territórioPromover um correcto ordenamento biofísico e paisagístico, através da consolidação de espaços verdes urbanos	População Residente	<ul style="list-style-type: none">Incentivar a fixação da população.Criar condições que promovam a fixação da população jovem no concelho, nomeadamente em termos de emprego.
		Densidade Populacional	<ul style="list-style-type: none">Incentivar a organização espacial da população.
		População Residente por Grupos Etários	<ul style="list-style-type: none">Incentivar a fixação da população, nomeadamente a população em idade activa.
		Espaço urbano e urbanizável	<ul style="list-style-type: none">Promover o correcto ordenamento do Espaço Urbano.
		Solos RAN a desafectar	<ul style="list-style-type: none">Reclassificar o solo actualmente classificado com RAN, com o intuito de promover a valorização do espaço industrial e potenciar a base económica local.
	<ul style="list-style-type: none">Estruturar e infra-estruturar espaços vocacionados para a instalação de actividades económicasGarantir um nível de infra-estruturação adequado às novas exigências ambientais	Espaço Industrial	<ul style="list-style-type: none">Promover um correcto ordenamento do Espaço Industrial.Potenciar a dinâmica de base económica local.
	<ul style="list-style-type: none">Melhorar e potenciar o quadro das acessibilidades intra-concelhias	Rede Viária	<ul style="list-style-type: none">Promover o correcto ordenamento da estrutura rodoviária da área do plano.
	<ul style="list-style-type: none">Garantir um nível de infra-estruturação adequado às novas exigências ambientais	Infra-estruturas (água, saneamento, gás, electricidade	<ul style="list-style-type: none">Promover uma correcta utilização e gestão das infra-estruturas.Garantir o acesso a infra-estruturas a todas as unidades instaladas na Zona Industrial.

Qualidade Ambiental	Qualidade de Vida		
	<ul style="list-style-type: none"> Melhorar a qualidade de vida dos habitantes do concelho Promover um correcto ordenamento biofísico e paisagístico, através da consolidação de espaços verdes urbanos. 	Espaços verdes	<ul style="list-style-type: none"> - Garantir a definição de espaços verdes na ZI. - Promover uma correcta gestão dos espaços verdes.
	<ul style="list-style-type: none"> Qualificar a rede de Equipamentos de Utilização Colectiva 	Equipamentos Utilização Colectiva	<ul style="list-style-type: none"> - Promover uma correcta utilização e gestão dos equipamentos.
	<ul style="list-style-type: none"> Qualificar o Espaço Público 	Espaço Público	<ul style="list-style-type: none"> - Promover uma correcta utilização e gestão dos espaços públicos. - Garantir um espaço público atractivo e confortável.
	Solo		
	<ul style="list-style-type: none"> Diminuir a contaminação do solo 	Produção de Resíduos Sólidos Urbanos	<ul style="list-style-type: none"> - Promover acções de erradicação de depósitos ilegais de resíduos existentes.
		Produção de Resíduos Sólidos Urbanos Produção de Resíduos Industriais	<ul style="list-style-type: none"> - Garantir a inscrição no Sistema Integrado de Registo Electrónico de Resíduos pelas Unidades Industriais implantadas no território abrangido pelo PP.
	<ul style="list-style-type: none"> Minimizar o impacto provocado por resíduos. 	Valorização de Resíduos	<ul style="list-style-type: none"> - Diminuir a quantidade de resíduos valorizáveis com destino final o aterro - Valorizar os resíduos recicláveis (Papel/cartão, vidro e embalagens) produzidos pelas unidades industriais a instalar. - Promover acções de sensibilização de separação de resíduos relativas à implementação de boas práticas de gestão de resíduos no âmbito da recolha selectiva, e promoção da redução, reutilização e reciclagem dos resíduos produzidos. - Estabelecer um programa de monitorização dos resíduos valorizáveis e os que vão para aterro.
	Água Superficial e Subterrânea		
	<ul style="list-style-type: none"> Reduzir os níveis de poluição da água, para níveis que não prejudiquem os sistemas naturais Manter processos ecológicos chave 	Qualidade da água superficial e subterrânea	<ul style="list-style-type: none"> - Assegurar a conservação e sustentabilidade dos recursos hídricos. - Promover acções que visem proteger e melhorar a qualidade da água. - Promover acções de sensibilização relativas à implementação de boas práticas de gestão dos recursos hídricos (medidas de redução do consumo de água, entre outras). - Estabelecer um programa de monitorização das águas superficiais (curso de água existente) e das águas subterrâneas (poços, furos).
	<ul style="list-style-type: none"> Reduzir a poluição das águas causadas por nitratos de origem agrícola. Reduzir a contaminação dos aquíferos. 	Níveis de nitratos de origem agrícola	<ul style="list-style-type: none"> - Estabelecer um programa de monitorização das águas subterrâneas (poços, furos).
	Água para Consumo Humano		
	<ul style="list-style-type: none"> Garantia de abastecimento de água para consumo 	Consumo de água por habitante	<ul style="list-style-type: none"> - Assegurar o uso racional e eficiente da água. - Assegurar o cumprimento nas normas de qualidade das águas para consumo humano. - Promover acções de sensibilização relativas à poupança de água. - Estabelecer um programa de monitorização do consumo de água.
		População servida por sistema de abastecimento de água para consumo humano	<ul style="list-style-type: none"> - Assegurar a qualidade e quantidade da água para consumo humano. - Assegurar que 95% da população é servida por sistemas de abastecimento de água.

	Promover um consumo eficiente e racional do recurso água	Perdas no sistema de abastecimento	- Assegurar e promover acções que visem o uso eficiente e racional da água, como a implementação de sistemas que identifiquem as perdas existentes na rede de distribuição.
	Águas Residuais		
	• Garantia de saneamento de águas residuais	População servida por sistemas de drenagem de águas residuais	- Assegurar que os sistemas de drenagem de águas residuais e de tratamento de águas residuais se encontram a funcionar de forma adequada.
		População servida por sistemas de tratamento de águas residuais	- Assegurar que 90% da população é servida por sistemas de drenagem e de tratamento de águas residuais.
	Ruído		
	Assegurar a emissão de níveis de ruído que não perturbem a incomodidade dos ecossistemas.	População afectada pelos níveis de ruído	- Diminuir os níveis de ruído ambiental nas zonas mistas e nas zonas sensíveis. - Estabelecer um programa de monitorização dos níveis de ruído ambiental.
	Ar		
	• Reduzir a poluição do ar	Qualidade do ar	- Promover um conjunto de acções que visem diminuir a emissão de GEE e controlar a emissão de poluentes para a atmosfera. - Assegurar o cumprimento dos valores-limite estipulados para os poluentes regulamentados.
		Dias com parâmetros de qualidade do ar acima dos limites	
	• Diminuição das emissões de gases com efeito de estufa	Emissões de gases com efeito de estufa	
	Energia		
	• Aumento da Eficiência Energética	Consumo de energia (gás, electricidade)	- Fomentar a implementação de sistemas industriais mais eficientes do ponto de vista energético. - Fomentar a implementação de sistemas de gestão de energia, através da avaliação de consumos (programa de monitorização) - Fomentar a racionalização e utilização de energia nomeadamente quando se verificar a necessidade de cumprimento do Regulamento de Gestão do Consumo de Energia (RGCE). - Promover acções de sensibilização relativas à poupança de energia.
• Utilização Racional de Energia			
• Utilização de Fontes de Energia Renovável	Produção de energia através de recursos renováveis		
Riscos Ambientais	Incêndio		
	• Reduzir a ocorrência de incêndios florestais e em edifícios	Risco de ocorrência de incêndios	- As estabelecidas no PMDFCI de Mira (2007). - Garantir a implementação das normas de higiene e segurança em função das características dos edifícios a instalar.
		Área ardida	
		Número de ocorrências de incêndio	
		Número de edifícios afectados	- Garantir a implementação das normas de higiene e segurança em função das características dos edifícios a instalar. - Monitorizar a implementação dos planos de emergência.
	• Reduzir a influência dos incêndios na saúde pública e nos ecossistemas	Corporações de bombeiros existentes no concelho	- Garantir a existência de corporações de bombeiros que respondam às necessidades.
		Existência de planos de prevenção e combate a incêndios em edifícios	- Garantir a implementação das normas de higiene e segurança em função das características dos edifícios a instalar. - Monitorizar a implementação dos planos de emergência.
	Derrame		
	• Prevenir a ocorrência de derrames para o solo	Área de terreno afectada em resultado de ocorrência de derrame	- Monitorizar a ocorrência de derrames. - Avaliar os efeitos da área contaminada.

		Existência de planos e mecanismos de prevenção e minimização de derrames	- Monitorizar a implementação dos planos de emergência.
	• Adopção dos procedimentos de higiene e segurança no trabalho de acordo com a legislação vigente para o tipo de unidade industrial instalada	Número de indústrias com planos e procedimentos de protecção individual	- Garantir a implementação das normas de higiene e segurança em função das características das actividades a instalar.
	Explosão		
	• Prevenir a ocorrência de situações de explosão	Número de ocorrências de explosão	- Monitorizar a ocorrência de explosões.
		Existência de planos e mecanismos de prevenção e minimização de explosões	- Monitorizar a implementação dos planos de emergência.
	• Adopção dos procedimentos de higiene e segurança no trabalho de acordo com a legislação vigente para o tipo de unidade industrial instalada	Número de indústrias com planos de prevenção e minimização face a situações de explosão	- Garantir a implementação das normas de higiene e segurança em função das características das actividades a instalar.

ANEXO II – Avaliação de impactes do Plano de Pormenor da Cova do Lago

Avaliação de impactes do Plano de Pormenor da Cova do Lago (adaptação do Relatório Ambiental da Cova do Lago, 2008)

Descritores Ambientais	Objectivos de Sustentabilidade	Avaliação do PP da Cova do Lago
Sócio-Economia	<p>Melhoria da qualidade de vida da população.</p> <p>Incremento da taxa de emprego.</p> <p>Desenvolvimento turístico e económico.</p>	<p>Na fase de construção os impactes negativos resumem-se a algumas interferências na população, nomeadamente algumas dificuldades de acesso, à praia do Norte. Perturbação do quotidiano, designadamente, no que respeita à possibilidade de estabelecimento de circuitos motorizados ou pedonais alternativos e ao aumento da circulação de máquinas diversas na área. Surgimento de fontes poluidoras relacionadas com a emissão de partículas e geração de ruído.</p> <p>Durante a fase de exploração a criação de diversos empreendimentos turísticos, melhorando e diversificando a oferta dos serviços turísticos, contribui de forma positiva para o incremento do número de turistas, novas oportunidades de emprego e de negócios e contribui para um desenvolvimento socio-económico da região.</p> <p>Poderá representar uma valência positiva no desenvolvimento do sector educativo, nomeadamente na criação de escolas de formação Turística e Hoteleira.</p> <p>Espera-se, com a concretização do Plano, um acréscimo das oportunidades de emprego dirigidas aos residentes e não só, reduzindo a taxa de desemprego junto da população residente activa, quer por via directa (117 postos de trabalho directos), quer indirecta (234 postos de trabalho indirectos).</p> <p>Impacte positivo - Os espaços verdes cumprem funções essenciais, entre elas, benefícios sociais e psicológicos, servem de locais de lazer, recreio e fruição e promovem pontos de encontro entre os cidadãos.</p> <p>Constituem elementos preponderantes na qualidade de vida da população.</p> <p>A fase de exploração também pode acarretar impactes negativos na sócio-economia do município, nomeadamente, o aumento do custo de vida, aumento de lixo e maior consumo dos recursos naturais.</p> <p>Contudo a implementação correcta das medidas de minimização poderão reduzir significativamente os efeitos destes impactes.</p>
Recursos hídricos	Proteger os recursos hídricos.	<p>Acções decorrentes da fase de construção poderão acarretar impactes negativos em operações de terraplanagens, escavações, remoção de vegetação, depósito de inertes, movimentação de maquinaria pesada, construção de edifícios de apoio às obras provocando alterações na drenagem natural decorrentes de processos de compactação e impermeabilização dos solos.</p> <p>Segundo o PBH Sado, a disponibilidade hídrica subterrânea média do concelho de Sines é de 30 hm³/ano, com um volume anual médio de água extraível de 21 hm³/ano e um valor de consumo de 1,4 hm³/ano. Na fase de exploração é expectável um consumo médio anual de 0,0012045 hm³/ano. Salienta-se que o sistema municipal tem capacidade para estes consumos de água.</p> <p>De afluência à rede de drenagem considerou-se um factor de 80% do consumo de água. A ETAR da Ribeira dos Moinhos está sobredimensionada e com falta de carga orgânica pelo que o encaminhamento destas águas residuais induz uma melhoria do funcionamento do sistema de tratamento. A estação elevatória prevista no PP irá conduzir as águas residuais até ao sistema municipal e este tem capacidade de as encaminhar até à ETAR.</p> <p>No que se refere à qualidade da água a mesma está assegurada pela sub-exploração do aquífero e pelo sistema de monitorização implementado pela Câmara Municipal, nos termos do DL 236/98 de 1 de Agosto. Durante a fase de exploração os impactes negativos decorrem por um lado do aumento da área impermeabilizada e compactação dos solos resultado da implantação dos empreendimentos turísticos e infraestruturas associadas, alterando a área de superfície de escoamento e de absorção. Contudo destacam-se diversas acções propostas no PP que compensam e minimizam os impactes neste descritor, nomeadamente a criação de uma rede de drenagem pluvial que encaminhará as águas pluviais para a linha de água mais próxima; a manutenção/recuperação da linha de água, linha de drenagem natural, constitui um factor positivo para a manutenção e equilíbrio dos recursos hídricos; a criação de zonas verdes, na medida que permitem reduzir a poluição das águas de superfície que escorrem sobre os espaços pavimentados, em direcção aos cursos de água ou captadas pelas redes de esgotos.</p> <p>O incremento do consumo deste recurso em actividades de rega dos espaços verdes constitui um impacte negativo. Contudo, e no sentido de minimizar este impacte o PP contempla a utilização de espécies autóctones e bem adaptadas às condições edafoclimáticas, a instalação de mecanismos automáticos adequados à diminuição do consumo de água e da sua perda por fuga ou evapotranspiração e o abastecimento de água mediante fontes alternativas, como por exemplo, águas tratadas ou recolha de precipitação e de pluviais.</p>
Solo	Proteger o recurso solo.	<p>Tanto na fase de construção como na fase de exploração prevê-se um impacte negativo decorrente do incremento da área de solo compactado e impermeável, reduzindo a superfície do solo disponível para realizar as suas funções, nomeadamente a absorção de águas pluviais. Esta situação acarreta um impacte negativo nas áreas circundantes por alteração dos padrões de circulação da água e aumento de fragmentação dos habitats. O PP contempla a constituição de uma estrutura ecológica que permite compensar e minimizar estes impactes,</p>

Descritores Ambientais	Objectivos de Sustentabilidade	Avaliação do PP da Cova do Lago
		constituindo um elemento fundamental e consistente para a protecção e manutenção deste recurso.
Riscos Naturais e Tecnológicos	Prevenção e minimização de riscos naturais e tecnológicos.	Os riscos naturais identificados são o maremoto e o sismo. Para o maremoto considera-se que o risco é aceitável considerando a distância à costa e a existência de um sistema dunar entre o mar e o empreendimento. Quanto ao sismo considera-se igualmente de risco aceitável atendendo a que os projectos de edificação terão de respeitar, obrigatoriamente, o RSA (Regulamento de Segurança e Acções para Estruturas de Edifícios e Pontes) e o REBAP (Regulamento de Estruturas e Betão Armado e Pré-Esforçado). Na proximidade do empreendimento existe uma esteira de “pipeline” que liga o Porto de Sines a diversas unidades industriais. Os “pipelines” têm uma servidão administrativa que se localiza fora do empreendimento. Por outro lado, foi vedada toda a esteira de “pipelines” e colocado um sistema de videovigilância. Face à distância entre o empreendimento e a esteira de “pipelines” e aos sistemas de segurança, considera-se que o risco é aceitável.
Biodiversidade Fauna e Flora	Proteger, assegurar e promover a biodiversidade. Assegurar a conservação dos habitats da flora e da fauna.	Na fase de construção do Projecto é de esperar a ocorrência de impactes negativos ao nível da biodiversidade e da preservação dos habitats, decorrentes de acções que visem contribuir para a desmatção e movimentação de terras bem como para o aumento da acessibilidade e do pisoteio. Na fase de exploração a presença de novos elementos, edifícios, a circulação de veículos, aumento da acessibilidade e do pisoteio poderão causar impactes negativos na fauna e na flora, nomeadamente a perturbação de habitats, destruição do coberto vegetal e morte de alguns espécimes de animais. A intervenção paisagística para a área promove a constituição de uma estrutura ecológica (estrutura verde principal e secundária) que adquire, no contexto deste descritor, importância relevante e impacte positivo . Constituída por manchas e corredores, assegura a continuidade dos processos ecológicos, a promoção da biodiversidade e proliferação de habitats. Favorece a concretização do princípio subjacente ao conceito de “ <i>continuum naturale</i> ” definido e descrito na Lei de Bases do Ambiente como sendo “ <i>o sistema contínuo de ocorrências naturais que constituem o suporte de vida silvestre e de manutenção do potencial genético e que constitui para o equilíbrio e estabilidade do território</i> ”. As acções do PP fomentam a preservação tanto quanto possível da vegetação existente e a consolidação e plantação de vegetação com espécies autóctones ou tradicionais da paisagem, reduzindo o número de infestantes existentes e contribuindo para um reforço e manutenção do potencial genético, assegurando o equilíbrio ecológico e fomentando a biodiversidade. A linha de água e o lago existentes constituem elementos fundamentais para o equilíbrio ecológico da paisagem, a sua preservação acarreta impacte positivo ao nível da manutenção da biodiversidade e conservação dos habitats.
Paisagem	Proteger e valorizar a qualidade cénica e diversidade da Paisagem.	Considera-se impacte negativo , na fase de construção , as acções que visam a introdução de elementos estranhos na paisagem, alterações cromáticas da área e fragmentação da mancha de pinhal. Na fase de exploração pode-se considerar impactes negativos as alterações no ambiente visual pela presença dos empreendimentos turísticos e infra-estruturas associadas. Contudo destacam-se diversas acções propostas no PP que compensam e minimizam os impactes na paisagem: a integração harmoniosa dos empreendimentos turísticos no espaço rural e a coerência adoptada na linguagem arquitectónica e urbanística, por outro lado a criação de espaços verdes melhora a estética da paisagem, a textura, a forma, e as cores aliam-se num cenário de contrastes, harmonizam-se com os elementos arquitectónicos, marcam, definem e separam espaços exteriores. A preservação da linha de água e do lago constitui factor preponderante no cenário e funcionalidade da paisagem, na expressão de diversidade e na identidade do local
Ruído	Diminuir as fontes de ruído.	Na fase de construção prevê-se um incremento do ruído provocado pela maquinaria usada nas actividades de construção, no entanto este impacte negativo será de pouca significância atendendo que a perturbação será pontual e temporária. Durante a fase de exploração e segundo o “Estudo de Ruído” elaborado pela empresa GGT, com a implementação do PP, as fontes de ruído “ <i>resultarão essencialmente do aumento de tráfego nas vias de circulação interiores e de acesso ao empreendimento, à instalação de equipamentos ruidosos de uso colectivo e ao ruído inerente às actividades típicas humanas. Não estão previstas a implantação de outras fontes de ruído susceptíveis de alterar significativamente o ambiente sonoro da zona</i> ”.
Resíduos	Gestão e monitorização da produção de resíduo.	Na fase de construção serão gerados resíduos inerentes à actividade de construção, no entanto este impacte negativo será de pouca significância dado que a perturbação será pontual e temporária, pelo que, na fase de projecto deverá ser elaborado um Plano de Gestão de Resíduos. Na fase de exploração será gerado um significativo volume de resíduos pelo que deverão ser considerados os princípios gerais e as normas técnicas das operações de gestão de resíduos, constantes do DL n.º 178/2006, de 5 de Setembro.

ANEXO III - Medidas de Controlo definidas no Plano de Pormenor da Cova do Lago

Medidas de Controlo definidas no PP da Cova do Lago (Relatório Ambiental da Cova do Lago, 2008)

FCD	Medidas	Monitorização
Sócio-Economia	Resumem-se à fase de construção: Estabelecendo medidas que assegurem o bem-estar e uma fácil, adequada e segura circulação da população.	As medidas de controlo passam pela definição e implementação de programas de monitorização e registos periódicos da evolução dos seguintes indicadores sócio-económicos: - N.º de dormidas mensais realizadas em cada tipologia de estabelecimento. - Duração média da estadia em cada tipologia de estabelecimento. - N.º de postos de trabalho directos em cada tipologia de estabelecimento. - N.º de postos de trabalho indirectos em cada tipologia de estabelecimento.
Recursos Hídricos	Deverão ser asseguradas, na fase de obra, as medidas necessárias a prevenir e resolver atempadamente quaisquer derrames e descargas acidentais que venham a afectar os recursos hídricos. Correcta limpeza da linha de água sempre que se verifique necessário.	-
Solo	A minimização dos efeitos, sobre o solo, passa pela selecção cuidada dos locais de obra e de apoio à empreitada, bem como a definição de uma adequada gestão de resíduos, evitando a sua colocação no solo, ainda uma planificação dos acessos garantindo uma circulação ordenada evitando a compactação desnecessária do solo.	-
Riscos Naturais e Tecnológicos	Cumprimento dos regulamentos aplicáveis aos projectos das edificações bem como das demais disposições legais e regulamentares em vigor. Os projectos de edificação terão de respeitar, obrigatoriamente o Regulamento de Segurança e Acções para Estruturas de Edifícios e Pontes e o Regulamento de Estruturas de Betão Armado e Pré-Esforçado. Deverá ser igualmente respeitada a servidão administrativa dos "pipelines".	As medidas de controlo passam pela elaboração dos projectos por técnicos inscritos em ordens ou associações profissionais, no estrito cumprimento das normas legais e regulamentares aplicáveis, conforme Regime Jurídico da Urbanização e Edificação.
Biodiversidade, Fauna e Flora	Evitar a perturbação de habitats, a fuga de animais, a destruição desnecessária de manchas de vegetação, e seleccionar adequadamente o período para acções de limpeza da vegetação, evitando a época de reprodução das espécies animais (essencialmente no período entre Março e Julho), de forma a minimizar o impacto ambiental.	As medidas de controlo passam pela definição e implementação de programas de monitorização e registos periódicos da evolução dos diversos parâmetros e indicadores ambientais, de forma a acompanhar e avaliar as alterações que efectivamente serão causadas pela execução do PP. Estes programas deverão contribuir para a resolução do problema das espécies invasoras. As duas espécies de plantas invasoras mais problemáticas presentes actualmente na área do Plano de Pormenor são a <i>Acacia longifolia</i> e o <i>Carpobrotus edulis</i> .
Paisagem	Na fase de obra, deverão ser colocadas infraestruturas que tapem as obras, e uma planificação adequada dos acessos garantindo uma circulação ordenada.	-
Ruído	Na fase em construção deverão ser adoptadas medidas adequadas de forma a minimizar o eventual impacto sonoro em zonas sensíveis, quer através da escolha de percursos rodoviários a utilizar pelos veículos pesados necessários à obra, quer pela escolha de um horário adequado para a realização das operações mais ruidosas. A localização do (s) estaleiros deverá igualmente acautelar a proximidade de zonas sensíveis já existentes.	A fase de exploração não deverá induzir quaisquer impactes sonoros susceptíveis de motivar situações de incómodo, devendo no entanto ser efectuadas medições acústicas para a avaliação da evolução da paisagem sonora com periodicidade bienal ou, periodicidade inferior caso se justifique.
Resíduos	Na fase de construção serão gerados resíduos inerentes à actividade de construção civil, não sendo efectuado um enquadramento deste descritor no PP.	A fase de exploração deverá gerar um aumento significativo do volume de resíduos produzidos pelo que, apesar de o

FCD	Medidas	Monitorização
	Assim, alerta-se para a necessidade de elaborar, na fase de projecto, um Plano de Gestão de Resíduos que permita efectuar o acompanhamento da obra no que concerne à gestão dos mesmos.	PP ser omissos neste capítulo, deverão ser tidos em consideração os princípios gerais e as normas técnicas das operações de gestão de resíduos, constantes do Decreto-Lei nº 178/2006, de 5 de Setembro, que estabelece o Regime Geral da Gestão de Resíduos.